

FACULDADES EST
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

DJONATA BRÜNING

**ORDEM DA PRESERVAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES DE DIETRICH BONHOEFFER PARA A POLÍTICA**

São Leopoldo

2023

DJONATA BRÜNING

**ORDEM DA PRESERVAÇÃO:
CONTRIBUIÇÕES DE DIETRICH BONHOEFFER PARA A POLÍTICA**

Trabalho Final de
Mestrado Profissional
Para a obtenção do grau de
Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação
Mestrado Profissional em Teologia
Área de Concentração: Teologia e
Sociedade
Linha de Atuação: Dimensões do Cuidado
e Práticas Sociais

Pessoa Orientadora: Dr. Wilhelm Wachholz

São Leopoldo

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B896o Brüning, Djonata

Ordem da preservação : contribuições de Dietrich Bonhoeffer para a política / Djonata Brüning ; orientador Wilhelm Wachholz. – São Leopoldo : EST/PPG, 2023.
101 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2023.

1. Política. 2. Teologia. 3. Ética. 4. Bonhoeffer, Dietrich, 1906-1945. I. Wachholz, Wilhelm, orientador. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

**ORDEM DA PRESERVAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES DE DIETRICH BONHOEFFER
PARA A POLÍTICA**

Dissertação de Mestrado
Para a obtenção do grau de Mestre em Teologia
Faculdades EST
Programa de Pós-Graduação em Teologia
Área de Concentração: Teologia e Sociedade
Linha de atuação: Dimensões do Cuidado e
Práticas Sociais

Data de Aprovação: 03 de julho de 2023

PROF. DR. WILHELM WACHHOLZ (PRESIDENTE)
Assinado digitalmente

PROF. DR. MARCELO RAMOS SALDANHA (EST)
Assinado digitalmente

PROF. DR. CARLOS CALDAS (PUC MINAS)
Participação por webconferência

Assinado digitalmente
por
Marcelo Ramos
Saldanha
Data: 16/06/2023
15:50:45 -03:00



Assinado digitalmente por
WILHOLZ
WACHHOLZ.5641923090
1
Data: 16/06/2023
17:25:44 -03:00



*Dedico este trabalho a Luciane Persuhn
Brüning, minha amada esposa e fiel
companheira.*

AGRADECIMENTOS

Sou imensamente grato

à Deus, pelos dons da vida e da nova criação em Cristo Jesus;

ao prof. Dr. Wilhelm Wachholz, meu orientador;

ao apoio e incentivo da minha esposa Luciane Persuhn Brüning;

aos colegas de trabalho do Centro de Recuperação Nova Esperança – CERENE;

aos companheiros e companheiras de pesquisa da Sociedade Internacional
Bonhoeffer – Seção Brasil;

aos componentes da banca de avaliação:

Prof. Dr. Carlos Ribeiro Caldas Filho e

Prof. Dr. Marcelo Ramos Saldanha;

a Faculdades EST, seu corpo docente e administrativo-técnico, pelo atendimento
sempre atencioso, gentil e especializado;

e, não por último,

a bibliotecária da Faculdade Luterana de Teologia, Hanelore Voigt Wanke, por sua
paciência e prestatividade.

A questão responsável última não é como eu poderia escapar da situação de modo heróico, mas [como] a próxima geração deverá continuar a viver. Somente dessa questão responsável do ponto de vista histórico é que podem surgir soluções produtivas, mesmo que temporariamente muito humilhantes.

Dietrich Bonhoeffer

RESUMO

O presente trabalho analisa o conceito de ordem da preservação de Dietrich Bonhoeffer, o qual foi usado por ele no início dos anos 1930. O objetivo é investigar as contribuições que este conceito bonhoefferiano traz para o discernimento teológico sobre a política. Assim sendo, a pergunta que norteia a pesquisa é: quais são as contribuições que o conceito bonhoefferiano de ordem da preservação traz para o discernimento teológico na política? Para tal, a pesquisa utiliza o método exploratório bibliográfico. Primeiro, a análise se concentra nos textos de Bonhoeffer onde o termo ocorre, evidenciando a relação deste conceito teológico com o seu contexto histórico e político. Depois, investiga o pano de fundo teológico e filosófico onde se dá a criação e o desenvolvimento do conceito, bem como sua análise e interpretação na pesquisa recente. Constata-se o resgate da ética social e política de Lutero para aquele contexto e, conjuntamente, a natureza polêmica e corretiva deste conceito em relação à absolutização e divinização da cultura. Por fim, evidencia quatro aspectos fundamentais do discernimento teológico da política enquanto ordem da preservação: o lugar da política, a função da política, a confusão com a política e a relativização da política. A partir destes aspectos, conclui com algumas propostas de aplicação prática na reflexão teológica sobre a política.

Palavras-chave: Política. Ordem da Preservação. Teologia. Ética. Dietrich Bonhoeffer.

ABSTRACT

The present work analyzes Dietrich Bonhoeffer's concept of order of preservation, which he used in the early 1930s. The objective is to investigate the contributions that this Bonhoefferian concept brings to theological discernment about politics. Therefore, the question that guides the research is: what are the contributions that the Bonhoefferian concept of order of preservation brings to theological discernment in politics? To this end, the research uses the exploratory bibliographic method. First, the analysis focuses on Bonhoeffer's texts where the term occurs, highlighting the relationship of this theological concept with its historical and political context. Afterwards, it investigates the theological and philosophical background behind the creation and development of the concept, as well as its analysis and interpretation in recent research. We can see the recovery of Luther's social and political ethics for that context and, together, the controversial and corrective nature of this concept in relation to the absolutization and divinization of culture. Finally, it highlights four fundamental aspects of the theological discernment of politics as an order of preservation: the place of politics, the function of politics, the confusion with politics and the relativization of politics. Based on these aspects, it concludes with some proposals for practical application in theological reflection on politics.

Keywords: Politics. Order of Preservation. Theology. Ethics. Dietrich Bonhoeffer.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 DIETRICH BONHOEFFER E O CONCEITO DE ORDEM DA PRESERVAÇÃO EM SEUS TEXTOS	21
2.1 PRELEÇÃO “HISTÓRIA DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA DO SÉCULO XX”	22
2.2 TESES SOBRE O RECONHECIMENTO DA ORDEM DA CRIAÇÃO	25
2.3 RELATÓRIO DA “CONFERÊNCIA TEOLÓGICA DA CENTRAL PARA O TRABALHO ECUMÊNICO JOVEM”	28
2.4 SEMINÁRIO: “EXISTE UMA ÉTICA CRISTÃ?”	31
2.5 PALESTRA NA CONFERÊNCIA ECUMÊNICA DA JUVENTUDE E DA PAZ: “DA FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA DO TRABALHO DA ALIANÇA MUNDIAL”	32
2.6 PRELEÇÃO “CRIAÇÃO E PECADO”	37
2.7 ENSAIO “VENHA TEU REINO”	40
2.8 ENSAIO “A IGREJA DIANTE DA QUESTÃO JUDAICA”	42
2.9 CONFISSÃO DE BETHEL	44
2.10 RESUMO	47
3 PANO DE FUNDO E INTERPRETAÇÕES DO CONCEITO DE ORDEM DA PRESERVAÇÃO	49
3.1 PANO DE FUNDO TEOLÓGICO E FILOSÓFICO DA ORDEM DA PRESERVAÇÃO	49
3.1.1 Teologia de Lutero	49
3.1.1.1 Doutrina dos Três Estamentos.....	50
3.1.1.2 Ensino do Duplo Governo de Deus: Os Dois Regimentos	53
3.1.2 Teologia e Filosofia do Século XX – Até 1933	56
3.1.2.1 A Formulação de Um Ideal Nacionalista.....	56
3.1.2.2 Elaboraões Teológicas.....	60
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ORDEM DA PRESERVAÇÃO EM ALGUNS AUTORES	62
3.2.1 Christoph Strohm.....	63
3.2.2 Gottfried Claß	66
3.2.3 Steven Christian Van Den Heuvel	69
3.2.4 Michael P. DeJonge.....	72
3.2.5 Wilhelm Sell	77
3.3 RESUMO	79
4 A POLÍTICA COMO ORDEM DA PRESERVAÇÃO	81
4.1 BONHOEFFER E LUTERO: SOBRE A ORDEM DA PRESERVAÇÃO	81

4.2 A RESPOSTA DE BONHOEFFER À FILOSOFIA E TEOLOGIA DE SEU TEMPO	84
4.3 O DISCERNIMENTO TEOLÓGICO DE BONHOEFFER SOBRE A POLÍTICA	86
4.3.1 O Lugar da Política	87
4.3.2 A Função da Política	88
4.3.3 A Confusão com a Política.....	89
4.3.4 A Relativização da Política.....	91
4.4 POLÍTICA COMO ORDEM DA PRESERVAÇÃO – ALGUMAS PROPOSTAS	92
5 CONCLUSÃO	95
REFERÊNCIAS.....	97

1 INTRODUÇÃO

O testemunho político das pessoas cristãs na história foi e continua sendo um fenômeno ambíguo. Através dele houve grandes avanços, como a conquista de liberdades para todos os indivíduos sociais, a luta pela dignidade humana e a luta pela paz, para citar alguns exemplos. Por outro lado, também trouxe retrocessos, como a imposição de sua crença, a monopolização de poder e, em alguns casos, chegou até o uso da violência. Também hoje, no nosso país, vivemos num cenário social e político conturbado, onde testemunhamos cada vez mais o apoio religioso a partidos, governos e candidatos. Por um lado, há quem queira se isentar completamente de qualquer polêmica política. Por outro, há aqueles que assumem militâncias políticas e entram na tensa polarização da sociedade. Não importa qual é a escolha, cada qual traz consigo sua responsabilidade e suas consequências. Portanto, emerge a pergunta: quais os critérios que uma pessoa cristã pode usar para fazer suas escolhas políticas?

No século passado, na Alemanha, grande parte das pessoas cristãs apoiou o regime nazista. Este é um exemplo de retrocesso, infelizmente. Todavia, sempre há exemplos de testemunho fiel aos mandamentos de Cristo, como do teólogo e pastor alemão Dietrich Bonhoeffer (1906-1945). Ele se tornou muito famoso pela sua participação na conspiração para assassinar Hitler e o fim trágico que sua vida teve. Já quase ao final da Segunda Guerra Mundial, a Gestapo descobriu sobre seu envolvimento na conspiração e Hitler ordenou sua morte por enforcamento, no dia 9 de abril de 1945, no Campo de Concentração de Flossenbürg. Sua vida foi marcada por uma profunda coerência entre fé e vida, discurso e prática. Apesar da fama decorrente da sua biografia, no Brasil, Bonhoeffer ainda permanece um grande desconhecido quando se trata da sua teologia. Isso ocorre porque, em grande medida, as pessoas só conhecem as obras clássicas da espiritualidade de Bonhoeffer, como “Discipulado” e “Vida em Comunhão”.

Já durante o curso de bacharelado em teologia, este pesquisador se ocupou com a análise da teologia e biografia de Dietrich Bonhoeffer, na produção do seu Trabalho de Conclusão de Curso. Durante esta pesquisa, chamou a atenção o

conceito de ordem da preservação¹ de Bonhoeffer, na obra “Criação e Queda”. Surgiu o interesse de investigar o conceito, mas não houve espaço e tempo hábil. A aproximação inicial com este conceito já deixou perceber que, se tratava de uma crítica teológica com implicações políticas, que nosso teólogo fez. Em sua própria biografia, já vemos o seu engajamento com um comprometimento político pautado numa reflexão política profunda. Como o desejo de dar continuidade aos estudos, buscamos a oportunidade para realizar a análise deste conceito através do Mestrado Profissional.

Partimos das inquietações que brotam dos tumultos e das polêmicas atuais, em torno do envolvimento de pessoas cristãs no âmbito da política. Em busca de critérios que possam trazer mais clareza para a pessoa cristã e para a Igreja, partimos do pressuposto que Bonhoeffer tem boas contribuições a oferecer. A presente pesquisa examina a sua teologia, por isso não nos atemos à apresentação de sua biografia. Entretanto, é importante localizar a nossa análise dentro da biografia deste teólogo. O teólogo e também amigo próximo de Bonhoeffer, Eberhard Bethge, divide sua vida em três fases. A primeira se refere à sua infância e formação acadêmica na teologia. A segunda se refere ao período que assume suas tarefas profissionais, como pastor e professor. Depois, a última fase se refere à participação do destino da Alemanha, quando ele se envolve na conspiração contra Hitler. A pesquisa do conceito de ordem da preservação se refere ao início da segunda fase da vida de Bonhoeffer, logo após ele concluir os seus estudos, quando ele volta dos EUA e passa a residir em Berlim, de 1931 a 1933. Estes anos iniciais em Berlim foram essenciais na definição das suas bases teológicas para tratar assuntos ligados a ética política e social.²

A pergunta problema que norteia a pesquisa é: Quais são as contribuições que o conceito bonhoefferiano de ordem da preservação traz para o discernimento teológico na política?

¹ No original *Erhaltungssordnung*. Apesar que, a tradução portuguesa da obra Criação e Queda opte por traduzir o termo por “ordem da conservação”, optaremos pela tradução “ordem da preservação”, pois consideramos que expressa melhor o sentido do termo original. O termo preservação significa “guardar antecipadamente”, enquanto que o termo conservação significa mais “guardar intensamente”. Levando em conta que a análise apontará a redenção escatológica em Cristo como alvo das ordens, no que segue, o termo preservação expressa melhor este aspecto, pois o mundo é guardado antecipadamente para a nova criação em Cristo.

² BETHGE, Eberhard. **Dietrich Bonhoeffer**: Theologe, Christ, Zeitgenosse. 5. ed. München: Chr. Kaiser, 1983.

Formulamos duas hipóteses para a solução do problema. Na primeira, suspeitamos que o conceito contribui para a percepção teológica da queda no pecado. Assim sendo, a política, o Estado e o governo não podem ser divinizadas ou aceitas irrestritamente e acriticamente, pois são ordenanças caídas, não são “muito boas” por si mesmas. A partir deste entendimento, a política (e tudo que ela engloba) não é santa, nem possui caráter eterno, mas está sob a condição da queda, do pecado. Todas as ordens estão definitivamente marcadas pela corrupção do pecado, assim como cada ser humano e tudo que ele faz repousa nesta mesma condição.

Na segunda hipótese, suspeitamos que o conceito traga a valorização e o olhar positivo para a política. Pois acentua o aspecto do cuidado e da manutenção de Deus com a criação caída, através da política, do Estado, do povo, da economia, do governo. Bonhoeffer chama estas ordenanças de ordens da preservação, com o objetivo de mostrar que através delas Deus mantém a ordem na sua criação, para que a vida seja mantida e ela volte a ser redimida em Cristo, na nova criação. Assim, a política enquanto agir do ser humano caído somente tem seu valor, sua autorização, sua razão de ser, sua função e intenção por estar orientada para Cristo.

A pesquisa possui natureza básica e uma abordagem qualitativa. O seu objetivo é exploratório, pois investiga o conceito e apresenta um aprimoramento de ideias. Seguimos os procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica, pois se baseia na análise de material já elaborado, como artigos, ensaios e livros científicos. Assim sendo, a metodologia usada é exploratória bibliográfica.³

Estrutura do texto é dividida em três partes. Na primeira parte, correspondente ao capítulo 2, analisamos o conceito de ordem da preservação nos próprios textos de Bonhoeffer. Na segunda parte, corresponde ao capítulo 3, é analisado o pano de fundo teológico e filosófico do conceito de ordem da preservação e, logo em seguida, a recepção e as interpretações do conceito na literatura secundária, dos especialistas na teologia de Bonhoeffer. Na terceira e última parte, no capítulo 4, é examinado o extrato político do conceito bonhoefferiano.

³ GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002; MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

2 DIETRICH BONHOEFFER E O CONCEITO DE ORDEM DA PRESERVAÇÃO EM SEUS TEXTOS

Neste primeiro capítulo, se pretende fornecer uma apresentação do conceito de ordem da preservação nos textos de Bonhoeffer. Serão tomados texto por texto, de acordo com sua ordem cronológica. Por mais que a atuação de Bonhoeffer tenha se dado em três âmbitos diferentes – universidade, igreja e movimento ecumênico – a apresentação cronológica aproxima mais a pesquisa ao contexto vivido pelo autor. Para aguçar esta noção, a pesquisa trará dados do contexto histórico dos textos, da biografia do autor e outras informações complementares daquele período.

Dietrich Bonhoeffer deixou uma vasta produção literária, como cartas, rascunhos, anotações, ensaios, livros etc. Além disso, ainda existem anotações de seus ouvintes, que permitem o acesso ao conteúdo exposto por Bonhoeffer em casos em que não se preservou registros por escrito do próprio autor. Todo este material foi compilado em dezessete volumes chamados de “*Dietrich Bonhoeffer Werke*”⁴ (doravante DBW). A obra completa de Bonhoeffer não foi traduzida para o português. O leitor em língua portuguesa tem acesso apenas os seus escritos mais famosos, que foram sendo traduzidos individualmente, como A Comunhão dos Santos, Criação e Queda, Discipulado, Vida em Comunhão, Orando Com os Salmos, Tentação, Ética e Resistência e Submissão.

A pesquisa adotou como critério de delimitação, a seleção dos textos pela ocorrência do conceito de ordem da preservação. Assim, a pesquisa se concentrou no período de 1931 até 1933, porque o conceito só corre nesta fase da vida de Bonhoeffer. Nesta fase ele esteve residindo em Berlim, se sucedendo ao período de estudos nos EUA e antes de assumir uma vaga como pastor em Londres. Ele usou o novo conceito de ordem da preservação como alternativa em lugar de ordem da criação⁵. Neste período, em bem poucos textos Bonhoeffer usa apenas um dos dois conceitos. Na maioria das ocorrências, ambos os conceitos aparecem juntos, até

⁴ “Obras de Dietrich Bonhoeffer”. Há também a tradução inglesa da obra completa de Bonhoeffer, que é chamada de “*Dietrich Bonhoeffer Works in English*” (DBWE).

⁵ No original *Schöpfungsordnung*. O conceito de ordem da criação também será analisado nos textos do período de 1931-1933.

porque se referem ao mesmo assunto. De acordo com Eberhard Bethge, Bonhoeffer abandonou o conceito de ordem da preservação depois de 1933, “quando outros luteranos como Künneth tomaram-no a fim de construir sobre esta base o seu próprio conceito dos dois reinos.” (tradução nossa)⁶.

No que segue, serão apresentados os textos selecionados pela pesquisa. Se procura dar uma visão geral sobre a natureza do texto e o contexto no qual Bonhoeffer o redigiu. Entretanto, o critério metodológico será que o foco da investigação recaia sobre o conceito em questão e os assuntos a ele relacionados. Assim, a pesquisa se atém apenas às partes em específico onde ordem da preservação e ordem da criação são abordados nos textos. Quando se fizer necessário, para trazer clareza na pesquisa, outros assuntos paralelos ao tema também poderão ser explanados.

2.1 PRELEÇÃO “HISTÓRIA DA TEOLOGIA SISTEMÁTICA DO SÉCULO XX”

A preleção de inverno “A História da Teologia Sistemática do Século XX” foi lida por Bonhoeffer na Universidade Friedrich-Wilhelm, em Berlim, de 02 de novembro de 1931 até 29 de fevereiro de 1932⁷. Bonhoeffer não deixou nenhum registro escrito da sua preleção. O texto que a pesquisa toma por base é uma transcrição de Joachim Kanitz⁸ com anotações complementares de Jürgen W. Winterhager⁹ - ambos foram ouvintes da preleção. De acordo com os editores do volume 11 de DBW, esta primeira preleção foi uma “definição de posição” (*Standordbestimmung*) de Bonhoeffer diante da renovação teológica barthiana, com a teologia dialética. Segundo eles, a preleção “parece [...] ter levado em conta a relação entre a filosofia e a teologia protestante” (tradução nossa)¹⁰.

⁶ BETHGE, 1983, p. 525 „[...] als andere Lutheraner wie Künneth sie aufnahmen, um ihr eigenes Konzept von den zwei Reichen auf dieser Basis zu errichten.“

⁷ BONHOEFFER, Dietrich. Die Geschichte der systematischen Theologie des 20. Jahrhunderts. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 139, nota 1.

⁸ Joachim Kanitz graduou-se teologia e se tornou pastor. Ele pertencia ao círculo de estudantes que se formou em torno de Bonhoeffer, em Berlim, e mais tarde participou do curso no seminário de Zingst e Finkenwalde.

⁹ Jürgen Wilhelm Winterhager graduou-se em teologia e em filosofia, depois fez doutorado em filosofia. Foi colega de Bonhoeffer na atuação ecumênica.

¹⁰ AMELUNG, Eberhard. STROHM, Christoph. Nachwort der Herausgeber. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 475. „scheint [...] das Verhältnis von Philosophie und protestantischer Theologie in den Blick genommen zu haben“.

Em um momento breve da sua preleção, Bonhoeffer toca no tema da ordem da criação, no parágrafo 9, intitulado “O problema ético e a cultura” (tradução nossa)¹¹. O seu conceito de ordem da preservação ainda não aparece nesta preleção. Isso se explica pelo simples fato do objetivo da preleção, que é apresentar e discutir a teologia sistemática do início do século XX¹². Bonhoeffer não está inserindo algo novo, como o seu conceito de ordem da preservação.

No campo da ética, Bonhoeffer constata que a cultura moderna atingiu seu ápice no processo de maturação da secularização da cultura: as “leis do agir [decorem] das leis imanentes do objeto” (tradução nossa)¹³, ou seja, é a busca pelo agir objetivo através da autonomia do ser humano. Ele mostra que o pressuposto para esta apropriação dos objetos é que

[eles são] considerados como desejados por Deus, esta condição de criatura reproduz os mandamentos da criação de Deus. Quando a existência é boa, o agir que parte deste objeto também deve ser bom. (tradução nossa)¹⁴

Winterhager anota a seguinte afirmação, em complemento a esta parte da preleção: “Uma lei da criação [é] tirada das ordens da criação.” (tradução nossa)¹⁵. Assim, as ordens da criação servem de fonte para as leis do agir ético e a criação de Deus serve como justificativa para a ética.

No parágrafo seguinte, segue a explicação para uma ética a partir das ordens da criação:

O ser humano é basicamente capaz de deixar as coisas agirem em sua condição de criatura, sem nelas estragar algo, ele apenas precisa se adaptar às leis imanentes. Este é o degrau da cultura autônoma pura. Ética

¹¹ BONHOEFFER, 1994, p. 185-192. “§9 *Das ethische Problem und die Kultur*”. A análise se concentra nesta parte da preleção, pois que nestas páginas o objeto da pesquisa aparece. Bonhoeffer dialoga com a teologia desenvolvida antes de Karl Barth, i. é, antes de 1920. Recebem atenção especial Ernst Troeltsch e Friedrich Naumann como representantes deste período, cf. BETHGE, 1983, p. 257.

¹² De acordo com Bethge, nesta primeira preleção Bonhoeffer está tomando posição “no mapa teológico” do seu tempo. O ponto chave da preleção é o convencimento de Bonhoeffer, que uma importante virada está acontecendo na história da teologia. Cf. BETHGE, 1983, p. 256.

¹³ BONHOEFFER, 1994, p. 185. “*Gesetze des Handelns [ergeben sich] aus [den] der Sache immanenten Gesetzen*”.

¹⁴ BONHOEFFER, 1994, p. 186. “*Sie werden als gottgewollt gedacht, diese Geschöpflichkeit stellt die Schöpfungsgebote Gottes dar. Wenn das Dasein gut ist, muß auch das Handeln aus dieser Sache heraus gut sein.*”

¹⁵ BONHOEFFER, 1994, p. 186, nota 203. “*Den Schöpfungsordnungen [wird] eine Schöpfungsgesetzlichkeit entnommen.*”

cristã, então, significa somente o convencimento da moralidade que afeta os objetos. (tradução nossa)¹⁶

Aqui fica claro que, para Bonhoeffer, há um problema na aceitação deste pressuposto, que se evidencia nas ordens da criação, pois considera os objetos criados como bons em si mesmos. Podemos falar aqui que Bonhoeffer identifica um otimismo na cultura, mas que é perigoso porque se depreende a ética da própria criação. Assim, o agir ético correto procede unicamente das leis imanentes na cultura. No fim só sobra a moralidade para a ética cristã.

Um pouco adiante, apresenta as contribuições de Friedrich Nauman e de Ernst Troeltsch ao tema. Bonhoeffer vê que ambos chegaram às mesmas conclusões, assim como já

anteriormente as ordens existentes eram sancionadas como sendo desejadas por Deus, agora existem novas formas, daí também novas soluções para o problema ético: separação dos propósitos culturais imanentes dos supramundanos; um não pode ser reduzido ao outro. (tradução nossa)¹⁷.

Bonhoeffer, então, comenta esta solução a que Troeltsch e Naumann chegaram:

Esta solução temos que rejeitar. Existe [uma] ética cristã e [uma] humana, ela é uma questão de compromisso. [...] Já que ser cristão só existe na forma de obediência total, se tornou impossível, ainda falar do ser cristão do homem de forma alguma. Troeltsch e Naumann não extraíram esta consequência, porque ambos ainda viam a moral como algo sobre-humano. Uma nova compreensão do cristianismo teria sido a única solução. A ética cultural moderna reprime a cristã completamente. (tradução nossa)¹⁸.

Sua crítica a Troeltsch e Naumann consiste na fusão entre a ética cristã e a cultura moderna que eles faziam. Troeltsch e Naumann viam a ética cristã apenas numa versão ideal da moral, como uma forma de mediação entre o imanente e o

¹⁶ BONHOEFFER, 1994, p. 186. „Der Mensch ist grundsätzlich na die Lage, die Dinge in ihrer Geschöpflichkeit handeln zu lassen, ohne an ihnen etwas zu verderben, er braucht dann sich nur den immanenten Gesetzen anzupassen. Das ist die Stufe der reinen autonomen Kultur. Christliche Ethik bed[eu]tet] dann nur noch die Überzeugung von der sich in den Sachen auswirkenden Moralität.“

¹⁷ BONHOEFFER, 1994, p. 189. „Früher [hat man] die vorhandenen Ordnungen als Gottgewollt sanktioniert, jetzt [gibt es] neue Formen, daher auch neuen Lösung[en] des ethischen Problems: Loslösung der immanentes Kulturzwecken von den überweltlichen; eins auf das andre nich reduzierbar.“

¹⁸ BONHOEFFER, 1994, p. 190. „Diese Lösung müssen wir ablehnen. Es gibt [eine] christliche und [eine] humane Ethik, sie ist die Sache der Compromisse. [...] Da es Christsein nur als ganzen Gehorsam gibt, ist es unmöglich geworden, vom Christsein des Menschen überhaupt noch zu reden. Diese Konsequenz haben Troeltsch und Naumann nicht gezogen, weil beide das sittliche noch in einem Höchstmenschlichen sahen. Ein neues Verständnis des Christentums wäre die einzige Lösung gewesen. Die moderne Kulturethik verdrängte die christliche völlig.“

transcendente. O resultado disso, para o nosso autor, é que a ética cultural moderna se sobrepõe à ética cristã, onde esta última serve aos propósitos da primeira.

Fica evidente, nesta parte da preleção, que a tônica de Bonhoeffer é uma grande crítica à síntese entre cultura moderna e ética cristã, que ele via na teologia do século XX. Dentro desta síntese se encontra o conceito da ordem da criação, porque ele assume as realidades criadas como sendo boas em si mesmas, não precisando da redenção em Cristo. Bonhoeffer identifica que, nesta síntese, há um reducionismo do cristianismo à realidade cultural, como que se a manifestação de Deus na criação já fosse uma realização última, a irrupção escatológica da salvação. Ele quer destacar que a teologia do século XX não conseguiu resolver satisfatoriamente a questão da relação entre a cultura e o problema da ética cristã.

2.2 TESES SOBRE O RECONHECIMENTO DA ORDEM DA CRIAÇÃO

As teses sobre o “Reconhecimento da Ordem da Criação” foram escritas pelo próprio Bonhoeffer. O texto apresenta quatro teses breves e foi anexado a uma carta enviada a Reinhold Krause, em 17 de fevereiro de 1932. As teses foram apresentadas pelo autor em 19 de janeiro de 1932, na reunião do Grupo de Trabalho de Teólogos e Economistas, onde ele foi convidado a trazer uma exposição sobre o tema “Reconhecimento da Ordem da Criação”. Desde novembro de 1931, Bonhoeffer era membro do referido grupo de trabalho, que estava sob a estrutura da Aliança Eclesiástico-Social¹⁹. Algumas cartas de Bonhoeffer às pessoas líderes e membras deste grupo foram preservadas e contextualizam as teses em questão. Transparece o interesse do grupo em ouvir a exposição de Bonhoeffer e o relato que ela trouxe boas discussões, que tiveram continuidade em reuniões posteriores. Entretanto, Bonhoeffer não conseguia participar das reuniões até o final devido ao seminário “A Ideia da Filosofia e a Teologia Protestante”, que acontecia sempre na mesma tarde.

Apesar da exposição tratar do reconhecimento da ordem da criação, Bonhoeffer logo substituiria este conceito por ordem da preservação. A primeira tese

¹⁹ Cf. BONHOEFFER, Dietrich. *Erkennbarkeit der Schöpfungsordnung*. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 237, nota 1. Este foi um grêmio criado no final do século XIX, na Alemanha, o qual visava tratar de questões fundamentais de ética social, sindical e de política social na perspectiva protestante.

afirma: “Na criação caída, deve ser falado de ordem da preservação em lugar de ordem da criação.” (tradução nossa)²⁰. Nela o tema teológico central para o autor é a queda. Para ele, a situação atual que se encontra a criação é a queda, que é a razão principal para se falar de preservação. A queda é o fundamento da substituição da ordem da criação por ordem da preservação. Isso significa que as ordens criadas por Deus estão corrompidas pela queda, mas não foram abandonadas pelo Criador, pois Ele as preservou de sua total destruição.

Na segunda tese, o autor faz a distinção entre ordem da criação e ordem da preservação:

Em distinção à ordem da criação, ordem da preservação significa que as ordens históricas, como tais, não possuem valoração na existência e no ser em sentido absoluto, mas somente em sua abertura para o Evangelho, são preservadas pela vontade de Deus para a esperança da nova criação. (tradução nossa).²¹

A sua distinção é muito precisa. Ele contrapõe a fonte de valoração de ambos os conceitos. A ordem da criação tem seu valor em si mesma, baseado em sua ontologia (*Dasein/Sosein*) em termos absolutos. Diferentemente, a ordem da preservação tem seu valor fora de si mesma, no Evangelho²² e na esperança da nova criação em Cristo. Bonhoeffer entende que, na criação caída, as ordens nunca terão o seu valor em si mesmas, mas somente a partir de fora, de Cristo. Assim, as ordens históricas são ordem da preservação porque foram preservadas por Deus e sua função é estarem abertas para a nova criação, que vem de fora delas, de Cristo.

Na tese 3 ele aborda o reconhecimento da ordem da preservação. Talvez até tenha frustrado os ouvintes da sua exposição, que esperavam que apresentasse sobre o reconhecimento da ordem da criação. Ela diz:

Reconhecemos uma ordem como ordem da preservação de Deus se o evangelho ainda puder ser ouvido nela. Devemos protestar contra uma ordem em que o evangelho não pode mais ser ouvido, e pertença ela às ordens mais antigas da história humana. (tradução nossa).²³

²⁰ BONHOEFFER, 1994, p. 237. „In der gefallenen Schöpfung muß anstatt von Schöpfungsordnung von Erhaltungsordnung gesprochen werden.“

²¹ BONHOEFFER, 1994, p. 237. „Ehrhaltungsordnung bedeutet im UNterschied von Schöpfungsordnung, daß die geschichtlichen Ordnungen als solche keine Daseins- oder Soseinswertigkeit im absoluten Sinne besitzen, sondern nur um ihrer Offenheit für das Evangelium, für die Hoffnung der Neuschöpfung willen von Gott erhalten werden.“

²² Cf. tese 4, abaixo, que explica o significado do Evangelho como “perdão de pecados”.

²³ BONHOEFFER, 1994, p. 237-238. „Wir erkennen eine Ordnung als eine Erhaltungsordnung Gottes, wenn in ihr noch Evangelium gehört werden kann. Gegen eine Ordnung, in der das

A marca distinta que identifica a ordem da preservação é o Evangelho. Mas não é o “ter” do Evangelho e sim o “fazer ouvi-lo”. O Evangelho necessariamente precisa ser ouvido numa ordem para que seja reconhecida como ordem da preservação. Assim, se a ordem não torna mais o Evangelho audível a reação deve ser o protesto contra ela, a fim de reestabelecer o seu funcionamento. Chama a atenção o destaque para as ordens antigas da história humana, que para Bonhoeffer não estão exclusas do erro do abandono ao Evangelho e, por isso, também se deve protestar contra elas. Ou seja, nenhuma ordem é imune a este protesto.

A tese 4 anuncia: “O mandamento do Criador nos está ocultado sob a aparência da lei da ira. Não podemos mostrá-lo: veja, aqui ou lá está ele. Mas nós o temos apenas em cada pedido por perdão de pecados” (tradução nossa)²⁴. O autor destaca agora que o mandamento do Criador está abscôndito. Não há mais acesso direto do ser humano ao mandamento original do Criador, como pretendia a ordem da criação, isso por causa da queda (cf. tese 1). Sob a lei da ira que hoje encontramos o mandamento do Criador, ele é o manto que esconde o mandamento original do amor. Chama a atenção que, em sua última tese, Bonhoeffer evoca o pedido de perdão como chave única de acesso ao mandamento de Deus. Isso significa que a pessoa cristã só verdadeiramente encontra o mandamento de Deus no perdão de Jesus Cristo. As ordens são o lugar onde devemos encontrar o mandamento de Deus, mas, para que isso aconteça, primeiro precisamos do perdão de Jesus Cristo. Assim, para Bonhoeffer, Jesus Cristo é a chave de acesso ao mandamento do Criador, por isso propõe que a ordem da preservação deve tornar o Evangelho audível. O mundo se encontra sob a ira de Deus desde a queda, Jesus Cristo é o único que pode aplacar a lei da ira e tornar manifesto o mandamento do Criador.

Estas quatro teses são o primeiro registro autêntico de Bonhoeffer sobre o conceito de ordem da preservação. Infelizmente não há nenhum registro da exposição que ele fez das teses. Entretanto, certamente podemos destacar algumas características bem evidentes do conceito bonhoefferiano: (1) a queda é a razão

Evangelium nicht mehr gehört werden kann, muß unser Protest laut werden und gehöre sie zu den ältesten Ordnungen der menschlichen Geschichte.“

²⁴ BONHOEFFER, 1994, p. 238. „Das Schöpfergebot ist uns unter der Gestalt des Zornesgesetzes verborgen. Wir können es nicht aufweisen: siehe, hier oder da ist es. Sondern wir haben es nur jeweils in der Bitte um Sündenvergebung.“

para substituir a ordem da criação por ordem da preservação (tese 1); (2) o Evangelho é a justificativa para a existência da ordem da preservação, dando-lhe sua validação (tese 2), servindo-lhe o conteúdo da proclamação (tese 3) e manifestando-lhe o mandamento de Deus (tese 4).

2.3 RELATÓRIO DA “CONFERÊNCIA TEOLÓGICA DA CENTRAL PARA O TRABALHO ECUMÊNICO JOVEM”

A primeira grande conferência organizada pela *Deutsche Mittelstelle für ökumenische Jugendarbeit*²⁵ aconteceu de 29 a 30 de abril de 1932, a qual já estava sendo planejada desde outubro de 1931, para a discussão teológica de problemas ecumênicos²⁶. No primeiro dia da conferência, o superintendente geral da igreja da Westfália, Dr. Wilhelm Zoellner, fez uma apresentação do tema “A unidade das igrejas cristãs e a Igreja”. No dia seguinte foi a vez da apresentação do presidente da *Deutsche Mittelstelle* e professor Dr. Wilhelm Stählin, sobre o tema “A unidade das igrejas cristãs e os povos”. No relatório que Bonhoeffer escreveu sobre a conferência, encontramos o registro da discussão teológica entre ele e Wilhelm Stählin, no segundo dia, sobre o tema das ordens da criação²⁷. Bonhoeffer reagiu a apresentação discordando do “conceito de ordem de criação em que se baseia o esboço de Stählin e sua aplicação ao problema em questão.” (tradução nossa)²⁸. O problema em questão era a correlação entre a unidade da Igreja – como se buscava no movimento ecumênico – e a diversidade dos povos, nas exigências específicas de cada um. Nas teses apresentadas, Stählin defendeu que as exigências dos povos para a pessoa cristã vinham antes da unidade da Igreja. Bonhoeffer criticou esta primazia de uma sobre a outra e também a tentativa de fundamentar o agir ético nelas: “Não é possível destacar certas realidades do mundo como ordens de criação antes de outras e alicerçar a ação moral cristã nelas. Isso só é possível se for

²⁵ Esta era a agência ecumênica na Alemanha da época que abarcava várias organizações ecumênicas menores.

²⁶ Cf. BONHOEFFER, Dietrich. Bericht über die Sitzung der Mittelstelle für ökumenische Jugendarbeit am 20. Oktober 1931. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p.131-138.

²⁷ Cf. o relatório completo em BONHOEFFER, Dietrich. Bericht über die theologische Konferenz der Mittelstelle für ökumenische Jugendarbeit am 29.-30. April 1932 in Berlin. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 317-327.

²⁸ BONHOEFFER, 1994, p. 323. „Stählinschen Entwurf zugrundeliegenden Begriff der Schöpfungsordnung und seine Anwendung auf der das vorliegende Problem.“

considerada a revelação em Cristo, o que não é o caso aqui.” (tradução nossa)²⁹. Chama a atenção, que Bonhoeffer entende que a ética deve ser fundamentada na revelação de Cristo, em oposição ao que Stählin fez, utilizando as ordens da criação.

Bonhoeffer identifica as consequências de uma ética baseada na teologia das ordens da criação, pois “com base neste pressuposto, i. e. com base na ordem da criação, justifica-se a tarefa de luta dos povos” (tradução nossa)³⁰. Assim, estava fornecida uma justificativa teológica para a realização da guerra, mesmo bem antes dela acontecer. Com base na ordem da criação, os povos estavam claramente sendo posicionados acima da pertença à Igreja de Cristo e das reivindicações da fé cristã. Fica evidente que há uma aceitação irrestrita e acrítica da revelação natural de Deus, sem levar em conta a dimensão da queda no pecado. De um lado, as lutas entre os povos pela sua própria determinação são aceitas e justificadas acriticamente. De outro, as exigências da Igreja e da fé bíblica são completamente esquecidas, quando não, colocadas apenas a serviço da afirmação dos povos.

Depois de mostrar estes equívocos, Bonhoeffer propõe a substituição do conceito de ordem da criação por ordem da preservação. A diferença central está na visão da realidade que ambas trazem.

[...] do ponto de vista da ordem de criação, certas ordens, realidades, são vistas como intrinsecamente valiosas, primordiais, como tais “muito boas”, enquanto o conceito de ordem de preservação significa que toda realidade é apenas uma realidade preservada por Deus em graça e ira em vista da revelação em Cristo. Qualquer ordem sob a preservação de Deus é orientada para Cristo e mantida apenas por causa dele. (tradução nossa)³¹

A ordem da criação traz uma visão otimista das ordens, levando aos equívocos, como a justificação da guerra entre as nações. Já a ordem da preservação apresenta uma visão da realidade preservada em graça e ira em vista de Cristo. É uma visão cristológica da realidade. Quer dizer que toda e qualquer ordem e realidade está obrigatoriamente voltada em direção a Cristo, foi preservada

²⁹ BONHOEFFER, 1994, p. 323. *„Es sei nicht möglich, gewisse Gegebenheiten der Welt als Schöpfungsordnungen vor anderen herauszuheben und hierauf ein christlich-sittliches Handeln zu begründen. Vielmehr sei dies allein möglich, wenn von der Offenbarung in Christus her gedacht werde, was hier nicht der Fall sei.“*

³⁰ BONHOEFFER, 1994, p. 323. *„von dieser Voraussetzung aus aber, d. h. von der Schöpfungsordnung her, werde die Kampfesaufgabe der Völker gerechtfertigt“.*

³¹ BONHOEFFER, 1994, p. 324. *„[...] vom Begriff der Schöpfungsordnung her gewisse Ordnungen, Gegebenheiten als an sich wertige, urständliche, also solche ‚sehr gute‘ angesehen werden, während mit dem Begriff der Erhaltungsordnung gemeint sei, daß jede Gegebenheit nur von Gott in Gnade und Zorn erhaltene Gegebenheit sei im Ausblick auf die Offenbarung in Christus. Jede Ordnung unter der Erhaltung Gottes sei ausgerichtet auf Christus und nur seinetwegen erhalten.“*

na graça e na ira de Deus. Em si mesmas as ordens não são boas ou más, todavia, elas só encontram seu sentido em Cristo. Segundo nosso autor, somente é considerada ordem da preservação “apenas enquanto ainda estiver aberta à proclamação do evangelho”, e se perder esta abertura “ela deve ser abandonada.” (tradução nossa)³². Assim, o conceito teológico de ordem da criação é deficitário para se solucionar o problema em questão: a relação entre os povos e a igreja de Cristo. Bonhoeffer via uma solução possível só na realidade fundamentada em Cristo.

Stählin se opôs a todas as colocações de Bonhoeffer em duas críticas fundamentais. Primeiro, critica a ideia que a ordem da criação só possa ser reconhecida a partir de Cristo, pois “há também crenças não cristãs na criação.” (tradução nossa)³³. Em segundo lugar, critica o conceito de ordem da preservação contestando a possibilidade de abandonar uma determinada ordem existente por causa de Cristo, pois, neste caso, “[...] é discutível que tenhamos a possibilidade de decidir quando esse momento chegou.” (tradução nossa)³⁴. Na sua avaliação, o resultado dessa maneira de ver são “[...] ideias pacifistas suaves, que são não cristãs.” (tradução nossa)³⁵.

Bonhoeffer reage a Stählin sustentando a importância essencial do pensamento responsável, que tenha coragem de tomar esta decisão, quando vier o momento que uma ordem da preservação tenha que ser quebrada, porque não está mais aberta a revelação em Cristo³⁶. Ele conclui afirmando: “E esta decisão está longe de qualquer suavidade.” (tradução nossa)³⁷. Bonhoeffer irá explicar melhor esta questão em sua palestra na Conferência Ecumênica em Ciernohorské Kúpele, como será analisado adiante³⁸.

³² BONHOEFFER, 1994, p. 325 „als sie noch offen ist für die Verkündigung des Evangeliums. [...] muß sie preisgegeben werden.“

³³ BONHOEFFER, 1994, p. 325. „Es gäbe auch außerchristlichen Schöpfungsglauben.“

³⁴ BONHOEFFER, 1994, p. 325 „[...] so sei zu bestreiten, dass wir die Möglichkeit haben, zu entscheiden, wann dieser Augenblick gekommen sei.“

³⁵ BONHOEFFER, 1994, p. 325 „[...] weichlich-pazifistische Ideen hinein, die unchristlich sein.“

³⁶ BONHOEFFER, 1994, p. 326-327.

³⁷ BONHOEFFER, 1994, p. 327 „Und dieses Entscheiden sei gerade jeder Weichheit fern.“

³⁸ Cf. seção 2.2.5 Palestra na Conferência Ecumênica da Juventude e da Paz: “Da Fundamentação Teológica do Trabalho da Aliança Mundial”, p. 35.

2.4 SEMINÁRIO: “EXISTE UMA ÉTICA CRISTÃ?”

Não existem datas precisas de início e término deste seminário. Sabe-se apenas que, o seminário sobre ética foi oferecido no semestre de verão de 1932. Bonhoeffer não deixou nenhuma anotação do seu seminário. Tem-se apenas uma transcrição cheia de lacunas, feita pelo ouvinte Wolf-Dieter Zimmermann, e um fragmento de um pós-escrito, de Jürgen Winterhager, ambos foram participantes do seminário, que dá uma tímida aproximação com o conteúdo que foi abordado por Bonhoeffer³⁹. Segundo os editores, apesar de seu caráter fragmentário, há uma relação próxima entre as considerações anotadas do seminário com outros dois textos de Bonhoeffer de 1932: o relatório da Conferência Teológica da Central para o Trabalho Ecumênico Jovem, que acabamos de analisar, e a palestra “Da Fundamentação Teológica do Trabalho da Aliança Mundial”, que analisaremos em seguida. Justamente um ponto em comum destes textos é a rejeição do conceito de ordem da criação em favor de um discurso de “ordens da preservação em direção a Cristo”⁴⁰.

De acordo com as anotações existentes, Bonhoeffer deve ter entrado no tema da ordem da criação em alguns momentos. Este conceito aparece nas anotações como uma possível fonte da vontade imperativa de Deus, de onde a pessoa cristã pode saber o conteúdo do agir ético⁴¹. Com base no exposto até o momento, podemos compreender que o conceito de ordem da criação era de fato visto naquele contexto como fonte do imperativo de Deus, que traz exigências e cobra a obediência das pessoas. Assim como no caso da luta entre os povos, defendida por Stählin, na Conferência Teológica da Central para o Trabalho Ecumênico Jovem.

Mas é mesmo na parte final das anotações que aparecem os trechos mais relevantes para a nossa pesquisa⁴². A base cristológica da ética cristã está evidente para nosso autor. Com a base posta, ele segue mostrando que cada uma das outras

³⁹ As anotações de ambos são reunidas em BONHOEFFER, Dietrich. Gibt es eine christliche Ethik? **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 303-313.

⁴⁰ BONHOEFFER, 1994, p. 303-304, nota 1. „*Erhaltungsordnungen auf Christus hin*“.

⁴¹ BONHOEFFER, 1994, p. 306.

⁴² O fragmento pós-escrito de Jürgen Winterhager apresenta o conteúdo do tópico “C. A Possibilidade de uma Ética Teológica”, do plano de aula de Bonhoeffer, que os editores acreditam se referir a última aula do seminário. Cf. BONHOEFFER, 1994, p. 311-313.

tentativas ou possibilidades de estabelecer uma continuidade da revelação do mandamento de Deus perdem sua validade. Ele então descarta as ordens da criação, a consciência, o princípio cristão do amor, a situação, a fé no perdão de pecados e o sermão do monte (como lei). Como já apareceu nos textos analisados anteriormente, as ordens da criação são rejeitadas “porque as ordens são ordens caídas.”⁴³ A queda é a ruptura da continuidade da revelação do mandamento de Deus na criação.

Bonhoeffer argumenta que o discurso da ética baseada nas ordens só tem validade se considerada na sua abertura para Cristo. Por isso, a sua insistência em serem ordens da preservação:

As ordens, estas que nos restaram, portanto, apenas são *ordens da preservação* para Cristo; ordens, que não estão fechadas em si, mas apontam além de si mesmas para Cristo; não mais ordens muito boas e intrinsecamente valiosas, mas ordens frágeis, que só são santificadas por serem dirigidas para Cristo (tradução nossa)⁴⁴

Apesar de serem ordens caídas, Bonhoeffer entende que elas cumprem sua função em Cristo, quando indicam para Ele. Por isso, são ordens da preservação, preservam a criação para Cristo. A cristologia é o fundamento teológico do conceito de ordem da preservação do nosso autor, assim como também o é para a sua ética. Cristo é o ponto de gravidade que sustenta a ética cristã, como a anotação final do seminário afirma: “O Cristo presente é o lugar a partir do qual o nosso agir é sempre redefinido” (tradução nossa)⁴⁵.

2.5 PALESTRA NA CONFERÊNCIA ECUMÊNICA DA JUVENTUDE E DA PAZ: “DA FUNDAMENTAÇÃO TEOLÓGICA DO TRABALHO DA ALIANÇA MUNDIAL”

Entre os dias 20 e 30 de julho de 1932 se realizou mais uma Conferência Ecumênica Internacional, para tratar da questão da paz mundial. Em substituição ao superintendente Max Diestel, adoentado, Bonhoeffer fez a palestra “Da Fundamentação Teológica do Trabalho da Aliança Mundial”, no dia 26 de julho de

⁴³ BONHOEFFER, 1994, p. 312. *„weil die Ordnungen gefallene Ordnungen sind.“*

⁴⁴ BONHOEFFER, 1994, p. 312. *„Die Ordnungen, die uns geliebt sind, sind also nur noch Ordnungen der Erhaltung auf Christus hin; Ordnungen, die nicht in sich geschlossen sind, sondern über sich hinausweisen auf Christus hin; nicht mehr sehr gute, in sich wertige Ordnungen, sondern zerbrechbare Ordnungen, die nur durch ihr Gerichtesein auf Christus hin geheiligt sind“.*

⁴⁵ BONHOEFFER, 1994, p. 313 *„Der gegenwärtige Christus ist der Ort, von dem aus unser Handeln immer neu bestimmt wird“.*

1932. Apesar do aceite com compreensível relutância, esta palestra se tornou uma das mais importantes contribuições de Bonhoeffer para o ecumenismo e a questão da paz. Enquanto a conferência estava em andamento também acontecia a campanha eleitoral na Alemanha, para a composição do parlamento. Por este motivo Bonhoeffer também deixou a conferência mais cedo, para conseguir comparecer à votação no dia 31 de julho.⁴⁶

Nesta palestra, Bonhoeffer toma várias considerações para a teologia e a ética, que foram desenvolvidas no seu seminário de verão sobre ética⁴⁷. Bethge resume a palestra em três pontos centrais que Bonhoeffer discute. Primeiro, ele critica os ecumênicos antigos que evitavam a fundamentação teológica no movimento ecumênico. Para Bonhoeffer, a falta de uma teologia ecumênica clara levou o movimento a agir tal qual qualquer outra organização da sociedade civil, uma mera “organização de propósito” (tradução nossa)⁴⁸. Esta falta é a causa do desinteresse da geração jovem pelo movimento ecumênico. A segunda crítica é contra o nacionalismo que se mistura com confessionalismo, que é tratado no combate teológico ao conceito de ordem da criação. Em terceiro lugar, Bonhoeffer critica os ideais anglo-saxões do Reino de Deus e da paz, que é evidenciado na prática pelo grande apreço à redação de resoluções em cada conferência, mas que não responde de modo contundente às questões atuais. Aqui, iremos nos concentrar principalmente no segundo tema a que Bonhoeffer critica.⁴⁹

Ao criticar a concepção de ordem da criação, Bonhoeffer se opôs à maioria dos ecumênicos alemães. Ele entra nesse tema quando faz a pergunta pela fonte da qual a Igreja sabe sobre o mandamento concreto de Deus para o momento atual. Os ecumênicos alemães, assim como Wilhelm Stählin, por exemplo, entendiam as ordens da criação como fonte da revelação do mandamento de Deus. Bonhoeffer explica que desta forma “[...] o mandamento de Deus é concebido como algo que existe de uma vez por todas, sempre dado em certas ordens, que pode ser encontrado.” (tradução nossa)⁵⁰. Logo em seguida ele aponta o perigo em extrair o

⁴⁶ BETHGE, 1983, p. 294-297 e BONHOEFFER, Dietrich. Zur theologischen Begründung der Weltbundarbeit. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 327, notas 1 e 2.

⁴⁷ BONHOEFFER, 1994, p. 327, nota 1.

⁴⁸ BONHOEFFER, 1994, p. 328. “Zweckorganisation”.

⁴⁹ BETHGE, 1983. p. 296.

⁵⁰ BONHOEFFER, 1994, p. 336. „[...] ist das Gebot Gottes als etwas gedacht, das ein für allemal da ist, in bestimmten Ordnungen jederzeit gegeben, auffindbar.“

mandamento de Deus das ordens da criação, pois qualquer existente (*Daseiendes*) pode ser apresentado como desejado por Deus e criado por Deus, portanto justificado para a eternidade: aqui ele lista “[...] a divisão da humanidade em povos, luta nacional, a guerra, a oposição de classes, a exploração dos fracos pelos fortes, a concorrência econômica para a morte e a vida.” (tradução nossa)⁵¹. Como já vinha afirmando anteriormente, Bonhoeffer identifica a falta do reconhecimento do pecado no emprego das ordens da criação, que ignora essa ruptura radical da realidade que gera a separação entre a criação e seu Criador. Ele afirma que se deixou passar despercebido “o grande desconhecido” (*die große Unbekannte*), ou seja,

que o mundo está caído e que o pecado reina ainda mais e que criação e pecado estão tão entrelaçados um ao outro, que nenhum olho humano pode soltar um do outro, que cada ordem humana é ordem do mundo caído e não da criação, isto não é visto em sua seriedade. (tradução nossa)⁵².

Um erro fundamental, em especial dos teólogos alemães, era esta desconsideração da queda no pecado. Por esta causa, não é possível encontrar numa ordem da criação a revelação direta do mandamento de Deus.

De onde, então, o movimento ecumênico poderá extrair o mandamento de Deus a ser anunciado para a momento concreto? Bonhoeffer propõe a fonte segura, não corrompida pelo pecado:

*O mandamento não procede de nenhum outro lugar, do que de onde precedem promessa e cumprimento, de Cristo. [...] Somente onde a lei foi cumprida, onde o novo mundo da ordem de Deus está, ali podemos ouvir o mandamento de Deus. (tradução nossa)*⁵³.

Em Cristo está cumprida a lei, ou seja, o castigo do pecado e Nele está revelado o novo mundo da ordem de Deus. Por isso só Nele encontramos o mandamento de Deus. Bonhoeffer vê o sentido das ordens do mundo a partir de Cristo. Para ele, a partir de Cristo

todas as ordens do mundo só têm duração pelo fato que elas estão apontadas para Cristo; todas elas somente permanecem sob a preservação

⁵¹ BONHOEFFER, 1994, p. 336. „[...] *die Zerrissenheit der Menschheit in Völker, nationaler Kampf, der Krieg, die Klassegegesätze, die Ausbeutung der Schwachen durch die Starken, die wirtschaftliche Konkurrenz auf Tod und Leben.*“

⁵² BONHOEFFER, 1994, p. 336. „*die große Unbekannte*“ *“Daß die Welt gefallen ist und daß nun mehr die Sünde herrscht und daß Schöpfung und Sünde so ineinander verflochten sind, daß kein menschliches Auge sie voneinander lösen kann, daß jede menschliche Ordnung der gefallenen Welt ist und nicht der Schöpfung, das ist in seinem Ernst nicht gesehen.*“

⁵³ BONHOEFFER, 1994, p. 336-337 *„Das Gebot kann nirgends anders herkommen, als wo die Verheißung und Erfüllung herkommt, von Christus. [...] Nur dort, wo das Gesetz erfüllt ist, wo die neue Welt der Ordnung Gottes da ist, können wir das Gebot für vernehmen.*“

de Deus, enquanto elas ainda estão abertas para Cristo, elas são ordens da preservação, não ordens da criação. (tradução nossa)⁵⁴.

Ele define de ordens da preservação porque “a preservação é o agir de Deus com o mundo caído, através do qual Ele garante a possibilidade da nova criação.” (tradução nossa)⁵⁵. Isso significa que as ordens da têm um papel importante em preservar o mundo caído, para que ele não seja completamente destruído pelo pecado. Entretanto, o seu papel no plano salvífico de Deus não é o de salvar o mundo, mas sim de mantê-lo para que sua salvação ocorra em Cristo. Então, elas estão a serviço de Cristo enquanto apontam para Ele e estão abertas para a nova criação Nele. Em si mesmas as ordens que Deus colocou no mundo não tem poder salvífico algum. Com a crítica de Bonhoeffer, começa a ficar claro que o conceito de ordens da criação estava sendo usado para justificar uma outra forma de salvação, mas não em Cristo e sim nas próprias ordens. Bonhoeffer já denuncia o que mais tarde ficou escancarado: a fé numa salvação pelo pertencimento ao povo alemão, pelo Reich e pelo Führer como forma de idolatria. Para prevenir este mal entendido com as ordens da preservação, Bonhoeffer afirma que “elas obtêm seu valor a partir de fora, de Cristo, da nova criação.” (tradução nossa)⁵⁶. Trazendo assim a centralidade de Cristo para a discussão sobre a teologia das ordens.

Por conta deste abuso que Bonhoeffer irá defender também a necessidade de quebrar as ordens da preservação. Este ponto já foi abordado na discussão com Stählin, alguns meses antes, mas é esclarecido pelo autor aqui nesta palestra.

Cada ordem - e seja a mais antiga e mais sagrada - pode ser quebrada e deve ser, quando ela se fecha em si mesma, se endurece e não permite mais a proclamação da revelação. A partir daqui a Igreja de Cristo tem condições de julgar as ordens do mundo. E daqui ela deve ouvir o mandamento de Deus. [...] Somente de Cristo, não de nenhuma lei estabelecida, nem de qualquer ordenança eterna, a Igreja ouve o mandamento, e ela o ouve nas ordens de preservação. (tradução nossa)⁵⁷.

⁵⁴ BONHOEFFER, 1994, p. 336-337. “*Das Gebot kann nirgends anders herkommen, als wo die Verheißung und Erfüllung herkommt, von Christus. Nur dort, wo das Gesetz erfüllt ist, wo die neue Welt der Ordnung Gottes da ist, können wir das Gebot für vernehmen.*”

⁵⁵ BONHOEFFER, 1994, p. 337. “*Die Erhaltung ist das Tun Gottes mit der gefallen Welt, durch dass er die Möglichkeit der Neuschöpfung gewährleistet.*”

⁵⁶ BONHOEFFER, 1994, p. 337. “*Sie bekommen ihren Wert ganz von außen her, von Christus her, von der neuen Schöpfung her.*”

⁵⁷ BONHOEFFER, 1994, p. 337. “*Jede Ordnung - und sei ist die älteste und heiligste - kann zerbrochen werden und muss es, wenn sie sich in sich selbst verschließt, verhärtet und die Verkündigung der Offenbarung nicht mehr zulässt. Von hier aus hat die Kirche Christi über die Ordnungen der Welt zu urteilen. Und von hier aus muss sie das Gebot Gottes hören. [...] Allein von*

Cristo é a fonte! Segundo Bonhoeffer, a Igreja tem condições de julgar as ordens a partir de Cristo. Ele está indicando que a Igreja tem não apenas a revelação do mandamento em Cristo, mas também tem Dele a missão de quebrar as ordens da preservação que não estiverem cumprindo sua finalidade, isto é, cercar o pecado e apontar ao Evangelho. Isso significa que as ordens não são absolutas e eternas, mas estão sujeitas a deturpação de sua função e a perda de seu propósito. As ordens estão a serviço de Cristo. Por isso, a Igreja recebe o discernimento na revelação de Cristo a respeito das ordens da preservação e quando deve agir para quebrá-las. Nosso autor conclui reforçando, que este desafio e decisão da Igreja a favor ou contra uma ordem da preservação somente é possível a partir da “[...] fé neste Deus que, em Cristo, também perdoa os pecados da Igreja.” (tradução nossa)⁵⁸.

Por fim, Bonhoeffer critica o ideal de paz anglo-saxão presente no movimento ecumênico. Ele conclui que esta visão ideal da paz

É, portanto, a ordem da criação e do reino de Deus e, como tal, deve ser preservada incondicionalmente. Mas essa visão deve ser rejeitada como entusiasta e, portanto, não evangélica. A paz internacional não é uma realidade do evangelho, não é um pedaço do Reino de Deus, mas um mandamento do Deus irado, uma ordem de preservação do mundo para Cristo. (tradução nossa)⁵⁹.

Nosso autor quer mostrar que o ideal da paz havia se tornado em uma espécie de ordem da criação, numa realidade com valor intrínseco, ou ainda, num pedaço do reino de Deus sobre a terra. Ele usa o conceito de ordem da preservação para reestabelecer o sentido evangélico da paz. Isso significa que o estabelecimento da paz, enquanto ordem da preservação no mundo, tem um o propósito além dela mesma, pois a paz deve existir “[...] para ouvir a revelação.” (tradução nossa)⁶⁰. Assim, quando a paz se torna num ideal, ela já não está mais aberta para Cristo e para a nova criação, portanto, também se tornou numa ordem que deve ser quebrada.

Christus her, nicht aus irgendeinem festgelegten Gesetz, noch aus irgendeiner ewigen Ordnung, hört die Kirche das Gebot, und sie vernimmt es in den Ordnungen der Erhaltung.“

⁵⁸ BONHOEFFER, 1994, p. 338. „[...] im Glauben an den Gott, der in Christus auch die Kirche ihre Sünden vergibt.“

⁵⁹ BONHOEFFER, 1994, p. 339. „Es ist somit Schöpfungs- und Reich-Gottes-Ordnung, und als solcher bedingungslos zu erhalten. Diese Auffassung aber muss als schwärmerisch und darum unevangelisch abgelehnt werden. Der internationale Frieden ist nicht eine Wirklichkeit des Evangeliums, nicht ein Stück des Reiches Gottes, sondern ein Gebot des zornigen Gottes, eine Ordnung der Erhaltung der Welt auf Christus hin.“

⁶⁰ BONHOEFFER, 1994, p. 339. „[...] um des Hörens der Offenbarung willen.“

2.6 PRELEÇÃO “CRIAÇÃO E PECADO”

“Criação e pecado” originalmente foi uma preleção proferida por Bonhoeffer na universidade de Berlim, iniciada no dia 8 de novembro de 1932 e concluída em 21 de fevereiro de 1933. Como o sentimento de antissemitismo estava ganhando cada vez mais espaço na igreja e na universidade, crescia juntamente a rejeição ao Antigo Testamento. Mesmo assim, Bonhoeffer ousou trazer os três primeiros capítulos de Gênesis para o foco desta preleção, a fim de serem lidos e interpretados frente aos acontecimentos daquela época. Foi a pedido de seus alunos que ele aceitou colocar o conteúdo desta preleção à disposição para publicar, a qual recebeu o nome de “Criação e Queda”⁶¹. Esta foi a primeira vez que Bonhoeffer fez uma preleção que tomou o texto bíblico como conteúdo. Foi a partir deste período da sua vida que a Bíblia passou a ter um lugar de centralidade em sua teologia.

Inicialmente, Bonhoeffer destaca a ação preservadora de Deus em relação a sua criação. Deus não só cria, Ele igualmente preserva o que criou. Deus é o autor da preservação da criação, sem Ele nada subsiste. Segundo Bonhoeffer, Deus age em preservação da criação mesmo antes da queda, por isso, ele ainda não refere o conceito de ordem da preservação. Só após a queda que faz sentido Deus estabelecer as ordens da preservação. Para o autor, a preservação da criação não é uma qualidade a qual Deus entregou para as criaturas, como se por sua autopreservação ocorresse através das leis inalteráveis da natureza e pela capacidade de gerar vida. Essa ideia se encontra no pensamento do deísmo, segundo a qual o Criador está distante e indiferente à criação, após concluí-la⁶². Bonhoeffer discorda de tal pensamento, pois somente pela sua palavra que Deus preserva toda a criação:

Se Deus retirar sua palavra de sua obra, ela retorna ao nada. Por isso a regularidade do curso do mundo e a vitalidade das coisas criadas não se identificam com o agir mantenedor de Deus. Pelo contrário, também a lei e a vida são preservadas unicamente pela livre palavra de Deus. A lei e a vida

⁶¹ Em 1933, quando se deu a sua publicação, Emanuel Hirsch já publicara um livro com o mesmo nome, o que motivou a mudança do título.

⁶² O filósofo iluminista alemão Christian Wolff também descreveu essa mesma ideia, quando comparou o mundo a um relógio, ao qual Deus deu corda e, portanto, não está largado ao acaso, mas se auto sustém.

não são dignas de adoração. Elas são criaturas, como todo o restante. Somente o Senhor da lei e dos seres vivos é digno de adoração.⁶³

Desta afirmação destacamos três pontos. Primeiro, a preservação da criação é feita exclusivamente por Deus, ela é externa à natureza criada, Deus é o sujeito da preservação e a criação é passiva desta ação. Segundo, a palavra livre de Deus é seu instrumento de manutenção, a palavra de ordem que é *extra nos* que sustenta a criação, assim como ela mesma cria a partir do nada, ela preserva para não voltar a cair no nada. Terceiro, a autopreservação é apenas uma forma indiscreta de autoglorificação da criação, portanto, idolatria da criação e usurpação da glória do próprio Criador.

O conceito de ordem da preservação só é introduzido na exposição de Gênesis 3.21⁶⁴. “O Criador agora é o preservador; o mundo criado agora é o mundo caído *preservado*.”⁶⁵ Assim Bonhoeffer começa sua exposição. Mas Deus já não era o preservador antes da queda? Sim, evidentemente, pelo que nosso autor já tratou previamente, mas agora Deus é completamente o preservador por excelência. Chama a atenção que, depois da queda, a preservação de Deus passa a ser a nova forma de Deus agir com o mundo e passa a ser uma característica predominante do mundo, como o caído e preservado.

Este é o agir mantenedor de Deus no mundo: ele afirma o mundo pecador e por meio de ordenamento lhe evidencia seus limites. Entretanto, nenhum desses ordenamentos, como tais, possui caráter de eternidade, pois todos eles existem para a conservação da vida. Entretanto, como já dissemos, a manutenção da vida para Adão representa um caminho para a morte; para nós, é unicamente orientado para Cristo. Todos os ordenamentos em nosso mundo caído são ordenamentos conservadores de Deus e se orientam para Cristo; não são ordens da criação, mas ordens de conservação, sem valor em si mesmas, orientam-se para Cristo e a apenas assim têm seu sentido. Este é o novo modo de agir de Deus com o ser humano: em seu mundo caído, em suas ordens caídas, ele os mantém para a morte – para a ressurreição, para a nova criação, para Cristo.⁶⁶

Esta citação é a mais importante da obra “Criação e Queda” sobre o tema em questão. Devemos destacar que, as ordens da preservação - aqui traduzidas por “ordens da conservação” - são este novo cuidado de Deus com o novo mundo *sicut*

⁶³ BONHOEFFER, Dietrich. **Criação e Queda**: Uma interpretação teológica de Gênesis 1-3. São Leopoldo: Sinodal, 2020. p. 62.

⁶⁴ “O Senhor Deus fez roupas de pele e com elas vestiu Adão e sua mulher” BÍBLIA. Português. **Nova Versão Internacional**. Traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000, p. 12.

⁶⁵ BONHOEFFER, 2020, p. 135.

⁶⁶ BONHOEFFER, 2020, p. 135-136.

*deus*⁶⁷, o mundo caído, que apresenta duas ações: afirmar e limitar este novo mundo. Que Deus afirma o mundo significa que ele não o destrói, elimina ou abandona em seu ser *sicut deus*, caído e em divisão. Pelo contrário, o novo agir de Deus se integra à nova condição que o mundo se encontra, assim Deus o afirma, ou seja, ele o reconhece como caído e aponta para a sua maldade. Que Deus limita o novo mundo quer dizer que ele põe limites a sua maldade por meio de ordenamentos, que são as ordens da preservação. Em resumo, Deus não aniquila a maldade do mundo, mas a limita. Para isso, servem as ordens que Deus estabelece.

Novamente, na formulação central da ordem da preservação se destacam as seguintes características: 1) deve substituir o conceito equivocado de ordem da criação, 2) não tem caráter de eternidade em si, servem para preservação da vida, 3) se orientam para Cristo. O primeiro ponto, sobre a substituição da ordem da criação, é necessário porque essas ordenanças não possuem um valor em si mesmas, mas apenas em Cristo. O sentido das ordens é apontar para Cristo, elas são servas de Cristo, do contrário, serão autoglorificadas e exaltadas acima de Cristo. O segundo ponto chama a atenção, pois Bonhoeffer destaca o caráter provisório das ordenanças, que por sua vez está em conexão com sua função de preservar a vida. O mundo e o ser humano são *sicut deus*, existem na morte - que deve ser entendida como rompimento da fonte de vida que é Deus - e por si mesmos só produzem mais morte. Estas ordenanças têm a função de amenizar o poder destrutivo da morte, até que a morte seja vencida em Jesus Cristo. Então o terceiro ponto, que mostra o porquê não tem caráter eterno, porque em Jesus Cristo o ser humano e o mundo *sicut deus* têm sua morte decretada. Jesus Cristo é o eterno, em sua morte morre o mundo *sicut deus* e em sua ressurreição há nova existência.

Assim podemos concluir que a ética da ordem da preservação que Bonhoeffer propõe está baseada em sua cristologia. Isso quer dizer que a fundamentação das ordens da preservação do mundo tem sua razão de ser por causa de Cristo; as ordens da preservação querem apontar a maldade do mundo e limitá-la a fim de que o mundo não se autodestrua e com o objetivo que seja

⁶⁷ Expressão em latim, que traduzida significa “como Deus”, uma referência a Gênesis 3.5. Bonhoeffer usa esta expressão para caracterizar o ser humano caído, que existe na morte porque se rompeu do Deus da Vida, que existe na realidade dividida entre bem e mal.

redimido em Cristo, na nova criação. Aqui, criação, redenção e escatologia convergem na pessoa e obra de Jesus Cristo. O autor conclui a obra “Criação e Queda” apontando para Jesus Cristo quando afirma: “Árvore da vida, cruz de Cristo, centro do mundo caído e mantido por Deus, esse é o final da história do paraíso para nós.”⁶⁸. Por isso, não quer dizer que depois da morte e ressurreição de Cristo se pode abolir as ordens da preservação. Elas continuam válidas, mais precisamente por manter a ordem e as condições de vida no mundo a fim de que sua redenção seja consumada na vinda de Cristo.

2.7 ENSAIO “VENHA TEU REINO”

Esta palestra foi feita por Bonhoeffer no dia 19 de novembro de 1932, no contexto da 8. Semana de Aprofundamento do Instituto de Ensino das Mulheres e Meninas Evangélicas, que aconteceu em Postdam-Hermannswerder (Berlim). A palestra se tornou em um ensaio, que foi publicado em dois informativos eclesiais em 1933, com o título “Venha Teu Reino! A oração da comunidade pelo Reino de Deus sobre a terra!”⁶⁹, cujo texto foi analisado pela presente pesquisa. Este ensaio, que tem como tema a primeira petição da oração do “Pai Nosso”, é considerado um dos mais importantes textos de Bonhoeffer dos anos 1932-1933.

No que concerne ao escopo desta pesquisa, a primeira afirmação de Bonhoeffer é que Deus é o preservador, assim como o fez em “Criação e Queda”. Ele combate o pensamento e a crença bem presente em sua época, que faz a dicotomia entre Deus e a terra, que despreza a terra e procura Deus além da existência na terra, como um ser supra terreno. Ele insiste que o amor ao Reino de Deus deve ser pleno, o que também inclui a terra. Ele afirma: “E isso porque o rei do reino é o criador e preservador da terra, porque ele abençoou a terra e nos tirou dela.” (tradução nossa)⁷⁰. Para Bonhoeffer, a terra pertence ao reinado de Deus, ele é seu Criador e Preservador, sendo assim, impossível amar a Deus e o seu Reino sem amar inteiramente a terra em conjunto.

⁶⁸ BONHOEFFER, 2020, p. 142.

⁶⁹ BONHOEFFER, Dietrich. Dein Reich komme! Das Gebet der Gemeinde um das Reich Gottes auf Erden. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1997. Bd. 12. p. 264-278.

⁷⁰ BONHOEFFER, 1997, p. 268. „Und das darum, weil der König des Reiches der Schöpfer und Erhalter der Erde ist, weil er die Erde gesegnet hat und uns aus Erde genommen hat.“

Neste ensaio, notamos que Bonhoeffer avança nas suas afirmações sobre a ordem da preservação. Ele identifica o Estado como ordem da preservação e através dessa afirmação irá apontar a sua função. Ele explica que o Reino de Deus vem a nós em uma simultaneidade, onde um lado não exclui o outro, mas ambos coexistem ao mesmo tempo e paradoxalmente: o milagre e a ordem, a ressurreição e a preservação, a Igreja e o Estado.

O milagre como quebra de toda ordem e ordem como preservação para o milagre. Mas também o milagre está completamente velado no mundo da ordem, e a ordem se mantém completamente em suas limitações através do milagre. Chamamos a forma na qual o Reino de Deus dá testemunho de si mesmo como um milagre - a igreja; chamamos a forma na qual o reino de Deus testemunha a si mesmo como uma ordem - o estado. (tradução nossa).⁷¹

Segundo Bonhoeffer, Igreja e Estado em conjunto manifestam o Reino de Deus, por isso, devem ser concebidos numa necessária relação mútua. O Reino de Deus toma forma quando a Igreja anuncia o milagre da ressurreição, da nova criação, que destrói a lei a morte, na qual o mundo jaz em maldição. Da mesma maneira, quando o Estado assume e guarda a ordem da preservação da vida, quando usa a sua autoridade para impedir que o mundo sucumba e que a vida seja destruída. O trabalho do Estado não é criar nova vida, mas a preservação da vida que nos foi dada. O poder da morte é destruído pelo testemunho da Igreja sobre o milagre da ressurreição e é limitado pelo Estado através da ordem da preservação da vida. Estado e Igreja em seu agir próprio indicam cada qual um para o agir do outro, isto é, estão em uma relação de complementariedade mútua.⁷²

De acordo com a exposição do autor, Deus faz a preservação da vida no mundo maldito através do Estado, que em seu exercício de autoridade e responsabilidade preserva as ordens da vida. Ele escreve: “Para que a humanidade não se desintegre por vontade de indivíduos que querem ficar a sós, o Estado se compromete a preservar a ordem das comunidades, casamento, família, povo no

⁷¹ BONHOEFFER, 1997, p. 273. *„Das Wunder als die Durchbrechung aller Ordnung und die Ordnung als die Erhaltung auf das Wunder hin. Aber auch das Wunder ganz verhüllt in der Welt der Ordnungen, und die Ordnung sich ganz in ihrer Begrenztheit durch das Wunder haltend. Die Gestalt, in der das Reich Gottes sich als Wunder bezeugt, nennen wir — die Kirche; die Gestalt, in der das Reich Gottes sich als Ordnung bezeugt, nennen wir — den Staat.“*

⁷² BONHOEFFER, 1997, p. 273-274.

mundo da maldição.” (tradução nossa)⁷³. Assim, Bonhoeffer explica a função Estado enquanto ordem de Deus, que foi estabelecida para a preservação da vida, por isso, deve limitar o poder da morte e da solidão e domesticar a sede da violência. Ao orarmos a primeira petição do Pai Nosso “[...] oramos para que a igreja testemunhe o milagre da ressurreição de Deus e para que o Estado proteja com sua autoridade as ordenanças do mundo preservado da maldição” (tradução nossa)⁷⁴.

2.8 ENSAIO “A IGREJA DIANTE DA QUESTÃO JUDAICA”

O ensaio é fruto de uma exposição que Dietrich Bonhoeffer fez para um círculo de pastores de Berlim, no início de abril de 1933. O ensaio é uma forma ampliada desta exposição, cuja redação foi finalizada em 15 de abril de 1933, sendo publicada na revista mensal “Der Vormarsch” em junho do mesmo ano. O texto leva em consideração o crescente antissemitismo na Alemanha. Expressão social deste fato foi o boicote nacional aos negócios de judeus, que ocorreu no 1º de abril de 1933. Logo em seguida, no dia 7 de abril de 1933, o novo governo de Hitler decretou o Parágrafo Ariano, lei que impedia pessoas de descendência judaica ocuparem cargos públicos⁷⁵. Como o Estado Alemão manifestava claros sinais de exclusão racial, era hora de agir e formular uma resposta frente aos fatos. O ensaio reflete a relação Igreja-Estado e procura responder à pergunta pelo papel da Igreja diante das ações que o Estado em relação aos judeus.

“A Igreja diante da Questão Judaica” está dividido em duas partes. É logo na primeira parte, onde Bonhoeffer discute a responsabilidade da Igreja da Reforma perante os atos do Estado aos judeus, que toca no tema da ordem da preservação. Ele afirma que a Igreja não tem o papel de intervir nas leis do Estado,

[...] nem para elogiar nem para censurar, mas para afirmar o Estado como ordem de preservação de Deus no mundo ímpio; tem que reconhecer e

⁷³ BONHOEFFER, 1997, p. 274. *„Auf daß die Menschheit nicht durch den Willen der alleinseinwollenden Einzelnen zerfalle, bekennt sich der Staat zur Erhaltung der Ordnungen der Gemeinschaften, Ehe, Familie, Volk in der Welt des Fluches.“*

⁷⁴ BONHOEFFER, 1997, p. 275. *„[...] beten wir um die Kirche, daß sie vom Wunder der Auferstehung Gottes Zeugnis ablege, und um den Staat, daß er die Ordnungen der erhaltenen Welt des Fluches mit seiner Autorität schütze.“*

⁷⁵ Informações do contexto histórico e sobre a redação do ensaio extraídas de BETHGE, 1983, p. 321-323 e BONHOEFFER, Dietrich. **Die Kirche vor der Judenfrage**. In: http://www.geschichte-bk-sh.de/fileadmin/user_upload/BK_im_Reich/Die_Kirche_vor_der_Judenfrage.pdf. p. 1, nota 1. Acessado em 23.11.2021.

compreender sua criação de ordem - vista do ponto de vista humanitário: bom ou mau – como fundamentada na vontade preservadora de Deus em meio à impiedade caótica do mundo. (tradução nossa)⁷⁶.

Em primeiro lugar, o Estado é apresentado aqui como uma ordem da preservação de Deus. Em segundo, a Igreja deve compreender isso e afirmar o Estado nesta sua vocação de ordem da preservação. Em terceiro, a vontade preservadora de Deus para o Estado é criar ordem neste mundo de impiedade caótica. Vemos nesta afirmação a base teológica luterana de Bonhoeffer, que entende o Estado como servo do governo de Deus no mundo caído. Com base nisso, não se espera uma ordinária intervenção da Igreja no ofício do Estado, apenas que ela afirme o Estado em sua vocação confiada por Deus.

Depois disso, o autor passa a discutir como a Igreja deve agir quando a moral é ferida, como no caso da questão judaica. Primeiro, ele indica que quem deve confrontar o Estado são as pessoas cristãs individualmente e associações humanitárias⁷⁷. Depois disso, ele começa a ponderar o agir político da Igreja em relação ao Estado. Então, Bonhoeffer propõe a primeira forma de ação da Igreja, que é perguntar ao Estado se seu agir é legítimo. Ao perguntar ao Estado sobre o seu agir, a Igreja não está atacando o Estado em sua responsabilidade própria de promover o direito e a ordem, mas justamente do contrário. “Desta forma, liberta o Estado de qualquer reprovação moralizante e assim o instrui a cumprir a função que lhe foi atribuída pelo preservador do mundo.” (tradução nossa)⁷⁸. Importante notar que o “preservador do mundo” aqui, não é o Estado e nem a Igreja, mas é Deus. É Ele que ordenou o Estado em sua função de promotor do direito e da ordem. Esta função não vem de si mesmo, nem do povo, mas do Criador e Preservador do mundo. Ao perguntar ao Estado sobre o seu agir, a Igreja está direcionando o Estado para a função que lhe foi dada pelo Preservador do mundo. Deus usa o

⁷⁶ BONHOEFFER, Dietrich. **Die Kirche vor der Judenfrage**. In: http://www.geschichte-bk-sh.de/fileadmin/user_upload/BK_im_Reich/Die_Kirche_vor_der_Judenfrage.pdf. p. 1. „[...] weder zu loben noch zu tadeln, sie hat vielmehr den Staat als Erhaltungsordnung Gottes in der gottlosen Welt zu bejahen, sie hat sein – vom humanitären Gesichtspunkt aus gesehen: gutes oder schlechtes – Ordnungschaffen anzuerkennen und zu verstehen als begründet in dem erhaltenden Willen Gottes mitten in der chaotischen Gottlosigkeit der Welt.”

⁷⁷ BONHOEFFER, Dietrich. **Die Kirche vor der Judenfrage**. In: http://www.geschichte-bk-sh.de/fileadmin/user_upload/BK_im_Reich/Die_Kirche_vor_der_Judenfrage.pdf. p. 1.

⁷⁸ BONHOEFFER, Dietrich. **Die Kirche vor der Judenfrage**. In: http://www.geschichte-bk-sh.de/fileadmin/user_upload/BK_im_Reich/Die_Kirche_vor_der_Judenfrage.pdf. p. 2. „Sie befreit den Staat so von jedem moralisierenden Vorwurf und weist ihn eben hierdurch in seine ihm vom Erhalter der Welt angeordnete Funktion.“

testemunho da Igreja para alinhar as ordens da preservação, quando elas se perdem de sua vocação dada por Deus.

Uma questão que fica aberta é a possibilidade de quebra de uma ordem da preservação, como Bonhoeffer vinha indicando em textos do ano anterior. Talvez, seria a terceira forma de agir da Igreja, de se lançar nos raios da roda⁷⁹, uma forma de quebrar a ordem da preservação de Deus – o Estado, nesse caso?

2.9 CONFISSÃO DE BETHEL

A pesquisa analisa o texto da “Versão de Agosto” – como ficou conhecida a primeira versão da Confissão de Bethel. Esta Confissão nasceu no contexto da luta interna na igreja alemã, o *Kirchenkampf*⁸⁰, na criação de uma base teológica para combater a ideologia nazista, que estava sendo promovida pelos teuto-cristãos no âmbito eclesiástico. Nas palavras de Friedrich von Bodelschwingh, a motivação para a formulação de uma confissão era

[...] com base na confissão luterana gostaríamos de tomar uma posição de testemunho diante das questões de hoje, a fim de ter uma base firme para as disputas, a qual até mesmo os lutadores solitários podem se apegar [...] (tradução nossa)⁸¹.

⁷⁹ Bonhoeffer foi uma das primeiras vozes proféticas a denunciar a injustiça evidente nos atos sociais e, principalmente, nos atos e nas leis do Terceiro Reich em relação aos judeus. Seu ensaio ficou conhecido no apelo que faz para a Igreja responder à questão judaica, que seria de três formas: primeira, perguntar ao Estado se seu agir pode ser responsabilizado como legítimo; segunda, cuidar das vítimas do Estado, mesmo que não elas não pertencem a comunidade cristã; terceira, não apenas cuidar das vítimas da roda, mas se lançar nos raios da roda, i. é, parar o Estado que age injustamente, produz morte e destrói as ordens da preservação. Cf. BONHOEFFER, Dietrich. **Die Kirche vor der Judenfrage.** In: http://www.geschichte-bk-sh.de/fileadmin/user_upload/BK_im_Reich/Die_Kirche_vor_der_Judenfrage.pdf. p. 2-3. Acessado em 23.11.2021.

⁸⁰ Este termo pode ser traduzido por “luta das igrejas” ou “conflito eclesiástico”. Ele se refere ao conflito no interior da igreja protestante, entre o grupo dos teuto-cristãos, que apoiava a ideologia nacional-socialista e pretendia alinhar a Igreja Alemã aos interesses do Estado, e o grupo da igreja confessante, composta por aqueles que se mantiveram fieis a sua confissão contra a ideologia e política nacional-socialista. Um fator importante para desencadear este conflito, foi a pretensão de se formar uma igreja alemã popular e étnica, manifestada tanto pelos teuto-cristãos bem como pelo novo governo de Hitler. Conforme Kaufmann, o *Kirchenkampf* propriamente dito se deu nos anos de 1933 e 1934. Cf. KAUFMANN, Thomas. *et al.* (Orgs.). **História Ecumênica da Igreja 3: Da Revolução Francesa até 1989.** São Paulo: Loyola, Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2017. p. 224-246.

⁸¹ BONHOEFFER, Dietrich. Betheler Bekenntnis (Entwurf und August-Fassung). **Dietrich Bonhoeffer Werke.** Gütersloh: Kaiser, 1997. Bd. 12. p. 503-504. “[...] es möchte vom lutherischen Bekenntnis her zu den heutigen Fragen zeugnishaft Stellung genommen werden, um für die Auseinandersetzungen eine feste Grundlage zu haben, an die auch die vereinsamten Kämpfer sich halten können [...]”.

Os teólogos luteranos Hermann Sasse, Georg Merz e Dietrich Bonhoeffer foram os autores da proposta inicial do texto. Estes teólogos se reuniram nos dias 15 a 25 de agosto de 1933, na comunidade de Bethel, na cidade de Bielefeld, sob a tutela e patrocínio de Bodelschwingh, para redigir a “Versão de Agosto” da confissão. Eles contaram com contribuições do pastor Hans Fischer, do colaborador de Bodelschwingh Gerhard Stratenwerth e do professor de Antigo Testamento Wilhelm Vischer. No dia 31 de agosto, Bodelschwingh enviou o texto da confissão para avaliação por um grupo de cerca 20 pessoas. O texto recebeu muitas críticas e correções, a tal ponto que o grupo de redatores não conseguiu mais manter o cronograma planejado para a redação final. Por um lado, Bonhoeffer estava decepcionado com o enorme número de avaliadores e pelas suas críticas ao texto e, por outro, responsabilizava Bodelschwingh pelo curso que levou a avaliação do texto. Por conta de sua mudança para Londres, em 17 de outubro de 1933, Bonhoeffer não conseguiu mais participar da redação final da Confissão de Betel, a qual foi publicada na virada daquele ano.⁸²

Nota-se que, na “Versão de Agosto”, o tema das ordens da preservação não recebe mais tanta importância, mesmo que ele seja um claro ponto de oposição à teologia dos teuto-cristãos. Apenas no tópico “IV – Da Criação e Do Pecado”, subtópico “2 – As Ordens”, o tema emerge. Segundo anotações de Stratenwerths, que constam na “Versão de Novembro”, Fischer e Bonhoeffer justamente são os responsáveis pela elaboração deste tópico na “Versão de Agosto”⁸³. Segundo eles, a Igreja ensina corretamente que as ordens são fruto da paciência (*Geduld*) de Deus com o ser humano caído e querem servir para a sua proteção (*Bewahrung*) contra sua autodestruição.

Essas ordenanças não são as ordenanças da criação original, mas ordenanças nas quais Deus preserva os seres humanos vivos por causa do futuro de Cristo e da nova criação. Essas ordens de preservação, portanto, não têm valor próprio, mas estão relacionadas apenas ao fim que Deus trará para a humanidade, à nova criação em Cristo. Seu único sentido é que o homem pode e deve viver nelas até a redenção. Elas são ordens de Deus

⁸² Para a descrição da história do surgimento da “Versão de Agosto” da Confissão de Betel, nos utilizamos das fontes a seguir: NICOLAISEN, Carsten; SCHARFFENORTH, Ernst-Albert. Zur Entstehungsgeschichte der Betheler Bekenntnisses. *In: Dietrich Bonhoeffer Werke*. Gütersloh: Kaiser, 1997. Bd. 12. p. 503-507; BETHGE, 1983, p. 352-357.

⁸³ BONHOEFFER, 1997, p. 362-363, nota 2.

válidas, mas não definitivas. A partir do fim, elas sempre já foram quebradas e superadas. (tradução nossa)⁸⁴.

O tom de rejeição ao conceito de ordem da criação perpassa este subtópico. As ordens foram estabelecidas após a queda, não na criação original. Mais adiante, os autores rejeitam “a heresia de que nós mesmos somos capazes de restaurar a ordem da criação destruída pelo pecado em sua pureza.” (tradução nossa)⁸⁵. Somente em Cristo, isto é, na nova criação a pureza da criação é recuperada. O ofício das ordens é preservar a vida da humanidade para a nova criação em Cristo. Dele que vem o seu valor.

Os autores até listam as ordens que são dadas à humanidade: “[...] as ordens dos sexos, do casamento, da família, do povo, da propriedade (trabalho e economia), das autoridades.” (tradução nossa)⁸⁶. Segundo eles, as ordens não podem ser alteradas por eventos históricos, nem misturadas ou confundidas umas com as outras. Eles ainda afirmam categoricamente, em oposição aos teuto-cristãos, que “nem a Bíblia nem as confissões luteranas sabem algo sobre uma ordem de raça.” (tradução nossa)⁸⁷.

Na parte final do subtópico, são apresentadas as heresias que são condenadas. Os autores condenam como herética a rejeição das ordens da preservação por parte de quem é cristão, que age com indiferença a elas por causa do seu caráter transitório perante Cristo⁸⁸. Igualmente, eles também condenam “[...] que a obediência às ordenanças deve depender do cristianismo da pessoa que incorpora essas ordenanças.” (tradução nossa)⁸⁹. Os autores esclarecem que a obediência às autoridades seculares não está baseada na crença que professam,

⁸⁴ BONHOEFFER, 1997, p. 375. *„Diese Ordnungen sind nicht die Ordnungen der ursprünglichen Schöpfung, sondern Ordnungen, in denen Gott die Menschen am Leben erhält um der Zukunft Christi und der Neuschöpfung willen. Diese Ordnungen der Erhaltung haben also keinen eigenen Wert, sondern sie sind bezogen allein auf das Ende, das Gott über die Menschen bringen wird, auf die Neuschöpfung in Christus. Daß der Mensch in ihnen leben darf und soll bis zur Erlösung, das ist ihr einziger Sinn. Sie sind gültige, aber nicht endgültige Ordnungen Gottes. Sie sind vom Ende her immer schon zerbrochen und überwunden.“*

⁸⁵ BONHOEFFER, 1997, p. 379. *„[...] die Irrlehre, daß wir selbst es vermögen, die von der Sünde zerstörte Schöpfungsordnung in ihrer Reinheit wieder herzustellen.“*

⁸⁶ BONHOEFFER, 1997, p.375. *„[...] die Ordnungen der Geschlechter, der Ehe, der Familie, des Volkes, des Eigentums (Arbeit und Wirtschaft), der Obrigkeit.“*

⁸⁷ BONHOEFFER, 1997, p. 376. *„Von einer Ordnung der Rasse wissen weder die Bibel noch die lutherischen Bekenntnisse etwas.“*

⁸⁸ BONHOEFFER, 1997, p. 377-378.

⁸⁹ BONHOEFFER, 1997, p. 379. *„Wir verwerfen die Irrlehre, daß der Gehorsam gegen die Ordnungen abhängig zu machen sei von der Christlichkeit der Person, die diese Ordnungen verkörpert.“*

mas no fato “[...] que elas veem corretamente seu ofício secular.” (tradução nossa)⁹⁰. Assim, eles buscam dar o correto valor e sentido para as ordens da preservação, para que não sejam desprezadas e nem abandonadas. Chama a atenção que a desobediência só tem lugar quando o ofício dado por Deus é descumprido.

2.10 RESUMO

O que é ordem da preservação para Dietrich Bonhoeffer? Toda a análise dos seus textos de 1931-1933 foi analisada até aqui. Ela mostra a razão fundamental para Bonhoeffer propor o conceito de ordem da preservação: o abuso do conceito luterano de ordem da criação, como se podia notar, em uma afirmação da revelação natural de Deus no *Volk* e depois no próprio Estado (Terceiro Reich). Com esta substituição, ele quis ressaltar que as ordens são realidades caídas, não-eternas, inválidas em si mesmas, ou seja, não há continuidade da revelação de Deus na sua criação. Por isso, para Bonhoeffer o ponto gravitacional do seu conceito de ordem da preservação é a revelação de Deus em Cristo. Nosso autor parte de Cristo para fundamentar a revelação do mandamento concreto de Deus para a atualidade (ética cristã). Ele parte da realidade de Cristo para entender a realidade do mundo e da humanidade. As ordens da preservação são servas de Cristo, cujo propósito é preservar a vida de toda a criação, afirmando a criação e limitando o poder destruidor do pecado, a fim de que, em Cristo, a criação seja redimida. Por isso, uma ordem da criação que não aponta para Cristo e não está aberta para a nova criação em Cristo já não cumpre mais sua vocação, portanto, deve ser quebrada por uma ação responsável da Igreja. Em 1933, Bonhoeffer se ocupa mais com a função do Estado e sua relação com a Igreja. Ele então identifica o Estado como uma ordem da preservação, que foi vocacionado pelo Deus preservador a afirmar a vida da criação e limitar o poder destruidor do pecado pelo uso da força. Todavia, se o Estado não cumprir a sua vocação enquanto ordem da preservação, agindo em ordem e justiça, mas vier a promover o caos e a injustiça, a Igreja pode agir em desobediência e em resistência ao Estado, a fim de que a ordem seja reestabelecida.

⁹⁰ BONHOEFFER, 1997, p. 379. „[...] daß der Gehorsam gegen die Ordnungen abhängig zu machen sei von der Christlichkeit der Person, die diese Ordnungen verkörpert. [...] daß sie ihr weltliches Amt recht sieht“.

3 PANO DE FUNDO E INTERPRETAÇÕES DO CONCEITO DE ORDEM DA PRESERVAÇÃO

Neste capítulo iremos nos ocupar com a literatura secundária sobre o tema, para isso dividimos o capítulo em duas partes. Na primeira vamos apresentar as discussões, as ideias e as influências que subjazem como pano de fundo do conceito de ordem da preservação. Daremos atenção para aspectos teológicos e filosóficos deste pano de fundo, bem como, junto a isso, forneceremos dados do contexto histórico que explicam o desenvolvimento destas ideias. Na segunda parte do capítulo, serão apresentadas algumas interpretações de outros autores e estudiosos de Bonhoeffer sobre o conceito de ordem da preservação. O objetivo do capítulo é trazer uma clara compreensão sobre a base na qual repousa o conceito de ordem da preservação e contextualizar a pesquisa ao que já foi pesquisado sobre o tema até o presente momento. Em outras palavras, a pesquisa quer responder as seguintes perguntas: Quais temas e ideias estão no pano de fundo do conceito de Bonhoeffer? Como a literatura secundária entende o conceito bonhoefferiano de “ordem da preservação”?

3.1 PANO DE FUNDO TEOLÓGICO E FILOSÓFICO DA ORDEM DA PRESERVAÇÃO

Quando falamos de pano de fundo teológico, partimos da suspeita que os ensinamentos teológicos de Martinho Lutero sobre ética social e política serviram de base para Bonhoeffer formular o conceito de ordem da preservação. No entanto, daremos importância também a outras influências teológicas e filosóficas presentes no início do século XX, com as quais Bonhoeffer esteve em contato intenso.

3.1.1 Teologia de Lutero

Nesta parte vamos conhecer e investigar a teologia e a ética social e política de Martinho Lutero, como o objetivo de identificar até que ponto ela serviu de fundamentação para Bonhoeffer desenvolver o seu conceito de ordem da preservação. Vamos dar atenção a doutrina de Lutero sobre os três estamentos e ao

seu ensino sobre os dois regimentos de Deus. Apresentamos resumidamente aqui os ensinamentos de Lutero sobre ambos. Para apresentar estes ensinamentos de Lutero, recorreremos aos estudos de Oswald Bayer, Ulrich Duchrow, Wilhelm Wachholz e Michael P. DeJonge.

3.1.1.1 Doutrina dos Três Estamentos

É na teologia da criação e do pecado que Lutero fundamenta a compreensão do mundo da sua época. Segundo Bayer, na doutrina dos três estamentos “Lutero refere-se à maneira como ele interpreta para sua época a proto-história bíblica em termos da teologia da criação, da teologia do pecado e da ética social”⁹¹. A doutrina dos três estamentos tem um peso tão grande para Lutero que ele localiza sua origem já na criação de Deus⁹², como lemos em sua Preleção de Gênesis:

Essa é a instituição Igreja, antes que houvesse organização econômica e política, pois Eva ainda não foram criada. A Igreja instituída sem muros e sem qualquer pompa, num lugar muito amplo e agradável. Depois a instituição da Igreja, organiza-se também o regime doméstico, quando se dá Eva a Adão como parceira. Dessa maneira, o templo é anterior à casa, o que [, aliás,] também é melhor. Tampouco, houve organização política antes do pecado, porque não era necessária. Pois a organização política é o remédio necessário para a natureza corrompida.⁹³

Lutero interpreta Gênesis 2.16,17a⁹⁴ como instituição da Igreja, já na criação original, antes da queda. Ele até afirma que “esta árvore do conhecimento do bem e do mal, ou o lugar onde árvores deste tipo haviam sido plantadas em grande número, teria sido a Igreja”⁹⁵, i. é, o espaço para adorar a Deus e se relacionar com Ele, obedecendo o seu mandamento de não comer desta árvore. A Igreja (*status ecclesiasticus*) então é o estamento básico, que foi estabelecida por Deus como ordem da criação, porque dela fazem parte todos os seres humanos. Lutero entende

⁹¹ BAYER, Oswald. **A Teologia de Lutero**: Uma atualização. São Leopoldo: Sinodal, 2007. p. 88.

⁹² Conforme Bayer, na própria avaliação de Lutero a doutrina dos três estamentos tem mais peso do que a doutrina dos dois regimentos. Ele argumenta que a primeira ocorre em “textos sumários e testamentários de Lutero”, enquanto a segunda não. Também argumenta que para Lutero os três estamentos têm abrangência escatológica, enquanto que os dois regimentos têm seu fim na consumação do mundo. Cf. BAYER, 2007, p. 235-236; 90.

⁹³ LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2014. v. 12. p. 134-135.

⁹⁴ “E o SENHOR Deus ordenou ao homem: ‘Coma livremente de qualquer árvore, mas não coma da árvore do conhecimento do bem e do mal’ BÍBLIA, 2000, p. 9.

⁹⁵ LUTERO, 2014, v. 12, p. 136.

aqui por igreja não uma igreja específica, mas uma “sem muros”, que inclui cada ser humano. Ele entende que cada ser humano vive uma relação com Deus, isto é, que a fé foi dada a todos os seres humanos, mas que na verdade é uma relação errônea porque é medida pela razão humana, como conhecimento racional de Deus. Segundo explica Bayer, o que Lutero quer mostrar é que “na alocação divina e na expectativa da resposta humana reside o evento básico do culto, da adoração divina, o evento básico da igreja e religião [...]”, mas que na verdade “está corrompida pela ingratidão do ser humano, por seu pecado”⁹⁶, desde a queda. Por isso, o ser humano precisa de Cristo para encontrar a relação correta com Deus, porque “Tornar Deus seguro é um ministério de Jesus Cristo.”⁹⁷.

Quanto aos dois estamentos seguintes, a economia (*status oeconomicus*) e a política (*status politicus*), Lutero assumiu uma postura de afirmação do âmbito secular, em oposição a postura de negação do mundo, como era vista por parte do monasticismo e também dos entusiastas e anabatistas. A partir da sua nova compreensão de palavra e sacramento, – que tudo àquilo que a palavra de Deus se une se torna santo e puro – ele entendeu que em toda mediação secular do espiritual, dá-se também um peso espiritual a tudo que é secular⁹⁸. Esta nova valorização da vida secular atinge tanto o estamento econômico quanto o estamento político.

Depois, inserido no estamento básico da Igreja, Deus estabelece o estamento da economia, que é a segunda ordem da criação de Deus. Para Lutero, a fundação do estamento econômico se dá quando a organização familiar é criada por Deus, como ele afirmou “quando se dá Eva a Adão como parceira”⁹⁹, que é apresentado na interpretação de Gênesis 2.18¹⁰⁰. Bayer explica que o estamento econômico “engloba, em Lutero, tudo aquilo que nós hoje, em situação socialmente diferenciada, distinguimos como matrimônio e família, economia, formação e ciência”¹⁰¹. Lutero via toda esta dimensão expressa na economia doméstica (que tem sua origem no termo grego *oikos*, que significa “casa”). Ele fundamenta este

⁹⁶ BAYER, 2007, p. 89.

⁹⁷ BAYER, 2007, p. 92.

⁹⁸ BAYER, 2007, p. 101.

⁹⁹ LUTERO, 2014, v. 12, p. 134-135.

¹⁰⁰ LUTERO, 2014, v. 12, p. 145-148.

¹⁰¹ BAYER, 2007. p. 102.

estamento na autoridade da palavra de Deus. Neste sentido, afirma a respeito da paternidade e maternidade quando interpreta o quarto mandamento, que “Deus distinguiu o estado paterno e materno de modo especial, acima de todos os estados que estão abaixo de Deus.”¹⁰². Igualmente o matrimônio é um estado ordenado por Deus. Lutero afirma sobre o matrimônio: “Quem não sabe que o estado do matrimônio é fundado e instituído por Deus, criado no paraíso e confirmado e abençoado também fora do paraíso?”¹⁰³. Ele o faz interpretando os textos da criação do homem e da mulher, em Gênesis 1 e 2, e o dito de Jesus Cristo sobre o casamento, em Marcos 10.9¹⁰⁴.

Na interpretação de Lutero da proto-história, apenas igreja e economia foram criadas por Deus no estado original antes da queda, por isso são ordem da criação. Já a política não estava no plano original de Deus e não é considerada ordem da criação, mas foi estabelecida após a queda para conter as forças desagregadores do pecado, por isso Lutero reconhece este estamento como uma ordem emergencial. Em sua Preleção sobre Gênesis afirma sobre este estamento:

Tampouco, houve organização política antes do pecado, porque não era necessária. Pois a organização política é o remédio necessário para a natureza corrompida. A paixão precisa ser reprimida pelos grilhões da Lei e pelos castigos, para que ela não vagueie livremente. Por isso, chama-se corretamente organização política e reino do pecado, assim como Paulo chama Moisés de ministro da morte e do pecado. Pois é exclusiva e principalmente isto que a organização política faz: conter o pecado, conforme diz Paulo: “A autoridade carrega a espada para punição dos maus” [Rm 13.4].¹⁰⁵

Bayer ressalta que há duas orientações em Lutero¹⁰⁶, quanto à fundamentação do estamento político. A primeira, como vimos até aqui, fundamenta o estamento político na doutrina do pecado, pois sua função principal é “conter o pecado”. A segunda orientação fundamenta o estamento político como procedente do estamento econômico, que seria uma aproximação ao direito natural otimista. Esta segunda orientação podemos ver na interpretação que Lutero dá ao quarto mandamento, quando fundamenta a obediência às autoridades seculares na autoridade dos pais e das mães, “Porque da autoridade dos pais deflui e irradia toda

¹⁰² LUTERO, Martinho. Catecismo Maior. In: DREHMER, Darci (Ed.). **Livro de Concórdia: As confissões da Igreja Evangélica Luterana**. 6. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2006. p. 411.

¹⁰³ LUTERO *apud* BAYER, 2007, p. 103.

¹⁰⁴ “Portanto, o que Deus uniu, ninguém o separe” BÍBLIA, 2000, p. 1697.

¹⁰⁵ LUTERO, 2014, v. 12, p. 135.

¹⁰⁶ BAYER, 2007, p. 105-109.

autoridade.”¹⁰⁷. Esta segunda orientação se aproxima do direito natural porque parte da premissa que o ser humano possua a capacidade de sociabilidade original.

Um bom resumo a respeito da função dos três estamentos é apresentado por Wachholz. Ele argumenta que por meio deles o ser humano é cooperador na obra de Deus no mundo, em combate às forças do reino do diabo:

Os estamentos são instrumentos de Deus, através dos quais os seres humanos cooperam para o melhoramento do mundo. Através dos estamentos, as pessoas se relacionam em cooperação e apoio mútuos, de forma a serem cooperadoras de Deus contra as forças desagregadoras.¹⁰⁸

A partir do exposto até aqui, podemos concluir que Lutero é o primeiro que vai falar sobre as ordens da criação. Ele faz isso ao interpretar a proto-história bíblica de Gênesis 1-3 a partir da doutrina dos três estamentos. Mas para ele, apenas a Igreja e a economia são consideradas ordens da criação, ou seja, ordens originais que foram estabelecidas por Deus antes da queda. A política não é considerada ordem da criação, mas, segundo Lutero, se baseia na teologia do pecado, como ordem emergencial para o combate a injustiça e corrupção humana. Todavia, a teologia do pecado não foi a única fundamentação que Lutero usou para o estamento político, pois em outros textos ele o fundamenta a partir do estamento econômico. Mesmo assim, Lutero apenas usou a denominação “ordem da criação” para os estamentos eclesiástico e econômico, mas nunca para o estamento político.

3.1.1.2 Ensino do Duplo Governo de Deus: Os Dois Regimentos

Primeiramente, temos que esclarecer que Lutero nunca formulou uma doutrina dos dois regimentos – ou dos dois reinos, como é comumente conhecida – que fosse transmitida e praticada nas igrejas luteranas. Os estudiosos da teologia de Lutero concordam que ele não estava preocupado em formular um *topos* doutrinal, mas apenas reuniu diferentes elementos da tradição a fim de dar respostas

¹⁰⁷ LUTERO, 2006, p. 417. Esta orientação também ocorre em outros textos de Lutero, para isso cf. BAYER, 2007, p. 106.

¹⁰⁸ WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: ética cristã a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martim Lutero. **Estudos Teológicos**, v. 57, n. 1, p. 14-29, 2017. p. 22. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2936. Acesso em: 24 fev. 2023.

satisfatórias às questões de seu tempo¹⁰⁹. Por este motivo, expomos brevemente no que segue o ensino de Lutero a respeito dos dois regimentos.

Lutero quer dar resposta a questões concretas da ética política, em especial a questão a legitimidade das autoridades seculares (imperador, príncipes, juízes, etc.) e do uso da força. Ele irá desenvolver este ensino de modo exemplar em seu escrito “Da Autoridade Secular: Até que ponto se lhe deve obediência”¹¹⁰. Neste ensino, Lutero explica como ocorre o governo de Deus no mundo. De uma forma, Deus governa o mundo através do regimento secular pela “espada”, i. é, através de leis e uso deliberado da força para conter a injustiça e o mal, que são consequência do pecado e obras do reino do diabo. De outra forma, Deus governa o mundo através do regimento espiritual pela Palavra, i. é, pelo anúncio da Igreja em Lei e Evangelho. Ambos os regimentos pertencem a Deus e não se opõe um ao outro, mas se complementam: “Um que torna justo, o outro que garante a paz exterior e combate as más obras. Sozinho nenhum dos dois basta no mundo”¹¹¹. Bayer traz um resumo do ensino Lutero sobre os dois regimentos:

Deus governa tanto no secular como no espiritual; ambos os regimentos são seus e apenas seus. O que difere, contudo, é a respectiva maneira de governar. No âmbito secular, Deus governa por meio da "ordem política e do governo civil", como formula da maneira breve e sucinta do artigo 16 da Confissão de Augsburg, "em tais ordenações", cada qual deve exercer, "de acordo com a sua vocação, amor cristão e obras verdadeiramente boas". Assim como no escrito sobre a autoridade, também aqui Atos 5.29 constitui o critério para estabelecer o limite das competências do poder humano para governar. No âmbito espiritual, vigora o seguinte princípio: *sine vi humana, sed verbo* – “sem poder humano, mas somente mediante a palavra de Deus” como diz a famosa formulação do artigo 27 da *Confissão de Augsburg*.¹¹²

Outra característica importante neste ensino é a forma como Deus governa em cada um deles. No seu governo secular “Deus dá às pessoas aptidões, instrumentos e liberdades diferentes”, que Lutero resume no termo “razão” (*Vernunft*), que servem para a “participação naquilo que é bom e verdadeiro, naquilo que promove compartilhamento no bem de todos e dá estabilidade.”¹¹³. Estas

¹⁰⁹ DUCHROW, Ulrich. **Os Dois Reinos**: Uso e abuso de um conceito teológico luterano. São Leopoldo: Sinodal, 1987. p. 9; WACHHOLZ, 2017, p. 20; Bayer explica que Lutero sempre tratou das questões bem concretas de seus interlocutores e buscou dar respostas poimênicas, cf. BAYER, 2007, p. 225-226.

¹¹⁰ Para uma apresentação e análise deste escrito cf. BAYER, 2007, p. 228-231.

¹¹¹ LUTERO *apud* BAYER, 2007, p. 229.

¹¹² BAYER, 2007, p. 231.

¹¹³ DUCHROW, 1987, p. 10.

capacidades humanas da razão são a dimensão das obras. Mas como estas boas aptidões dadas por Deus podem ser abusadas e usadas para o mal, Deus, por intermédio do seu governo espiritual, “atua mediante seu Espírito renovador para libertar os seres humanos do pecado e dos poderes do mal, libertando-os assim também das ‘obras’ e conduzindo-os ao bem.”¹¹⁴. Esta libertação através do agir de Deus pelo seu Espírito se dá quando as pessoas chegam à fé em Cristo. Assim sendo, o governo secular se dá pela razão, com o conjunto de aptidões e liberdades das pessoas, e o governo espiritual pelo Espírito renovador de Deus, que leva a fé em Cristo e liberta as pessoas verdadeiramente para as boas obras.

O ensino de Lutero sobre os dois regimentos não deve ser interpretado tendo o Estado como governo secular e a Igreja como governo espiritual. Isso seria uma redução simplista deste ensino, algo que Lutero mesmo nunca ensinou. O regimento secular faz um serviço espiritual a Deus, pois quando as aptidões da razão são usadas pela pessoa cristã para o bem comum, como por exemplo, quando a força (espada) é usada em favor da vida e da ordem pública, Lutero chama isso de “serviço/culto a Deus [*Gottesdienst*]”¹¹⁵. Do contrário também ocorre, que “mediante a pregação da Lei e do Evangelho e da promoção dos dons do Espírito, a Igreja serve simultaneamente ao ‘governo’ espiritual e temporal de Deus.”¹¹⁶.

Apesar do debate entre especialistas em Lutero sobre a relação correta entre o ensino dos dois regimentos e a doutrina dos três estamentos, há concordância que não devem ser vistos separadamente, mas que “pertencem juntos no pensamento social luterano.” (tradução nossa)¹¹⁷. Segundo Wachholz, os dois regimentos são as formas que Deus age no mundo para fazer valer os seus mandamentos e os três estamentos seriam as esferas de cooperação dos seres humanos com Deus¹¹⁸. Neste sentido, Estado e Igreja são parte destas esferas da vida, juntamente com a economia. Nestas esferas circulam e se encontram todos os

¹¹⁴ DUCHROW, 1987, p. 10.

¹¹⁵ BAYER, 2007, p. 228.

¹¹⁶ DUCHROW, 1987, p. 11.

¹¹⁷ DEJONGE, Michael. **Bonhoeffer's Reception of Luther**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 131. „*belong together in Lutheran social thought.*“

¹¹⁸ WACHHOLZ, 2017, p. 20.

seres humanos e são chamados a cooperarem no duplo governo de Deus (dois regimentos) no combate as forças do reino do diabo.

3.1.2 Teologia e Filosofia do Século XX – Até 1933

Nesta parte, queremos apresentar o contexto mais amplo onde Bonhoeffer desenvolveu o seu conceito de ordem da preservação, por assim dizer, “colocar todos os atores em cena”. Portanto, aqui vamos mostrar sucintamente os principais temas em discussão na filosofia e na teologia do início do século XX, nos limitando a 1933. Assim, será possível compreender melhor as influências e as ideias às quais o conceito de ordem da preservação reage. Dito em outras palavras, veremos com maior clareza o exercício teológico de Bonhoeffer e seu respectivo discernimento político com o seu conceito de ordem da preservação.

3.1.2.1 A Formulação de Um Ideal Nacionalista

A Alemanha iniciou o século movida com um grande sentimento de orgulho nacional, pelo esplendor do seu Império Guilhermino. O ideal de nacionalidade já vem de um longo tempo, pois ganhou força desde os anos de 1870, durante as guerras de unificação nacional, quando se deu a fundação do Império Alemão¹¹⁹. Na esteira da tradição eclesiástica territorialista alemã, na qual as igrejas protestantes estavam vinculadas às dinastias territoriais, a fundação do Império sob a liderança da Prússia contribuiu para a unificação do protestantismo sob a liderança da Igreja da Prússia¹²⁰. Assim, estabeleceu-se uma vinculação estreita entre protestantismo e nação. Como resultado disso fala-se de um “nacional-protestantismo”, como movimento de identificação entre as igrejas protestantes, a tal ponto que “A história Alemã, de Lutero a Bismarck e Guilherme II, era vista agora como obra de procedência divina: como caminho que conduziu da Reforma ao Império Alemão.”¹²¹.

A política expansionista do Império Alemão era apoiada pela maioria da população, inclusive pela Igreja Protestante. Os anúncios de guerra feitos pela

¹¹⁹ KAUFMANN, 2017. p. 55-56.

¹²⁰ KAUFMANN, 2017. p. 58.

¹²¹ KAUFMANN, 2017, p. 56.

Alemanha às demais nações, foram, uma após outra, apoiadas pela Igreja Protestante Alemã com um discurso patriótico e bélico, vendo a causa do Império como justa perante Deus e o mundo¹²². Os soldados alemães levavam em seus capacetes a inscrição “Com Deus, pelo rei e pela nação”, revelando a forte ligação que foi criada entre a fé cristã e a nacionalidade alemã. Mas após a derrota na Primeira Guerra Mundial, a nação alemã caiu uma crise geral. A crise não era fruto apenas das mudanças nas estruturas sociais e do Estado, se tornou em uma grande crise de sentido. A Igreja e o Estado foram radicalmente separados pela constituição da nova República de Weimar. Agora a Alemanha não era mais uma sociedade cristã declarada e o Estado não trazia mais consigo as marcas do cristianismo¹²³.

Apesar do desastre final e a crise de sentido a qual a guerra levou, o sentimento de nacionalidade a ainda permanecia presente. Prevalencia um clima de antagonismo entre as Igrejas alemãs constituídas e a nova república, em especial após a crise econômica de 1929 e o dilema político entre as forças de direita e de esquerda, resultando na falta de soluções políticas viáveis para o país¹²⁴. Diante deste cenário de desalento, começou então a crescer

o clamor por um ‘homem forte’ [...] que reconstruísse o Estado autoritário de direito dos tempos do Império, sob o qual o protestantismo alemão se havia transformado, a partir de 1871, em elemento constitutivo dominante da sociedade sob os aspectos moral e religioso.¹²⁵

O reconhecimento forçoso da culpa pela guerra era visto como humilhação internacional da nação. Neste contexto, crescia um novo amor pela nacionalidade alemã, agora com face étnico-nacionalista. Com razão, Clemens afirma que “Desde a Primeira Guerra Mundial, no entanto, muito esforço foi dedicado na Alemanha para encontrar uma base metafísica ou teológica explícita para a *nacionalidade*” (tradução nossa) (grifo do autor)¹²⁶. Nas universidades as ciências humanas e sociais haviam se voltado “em direção à ‘história do povo alemão’”, pois partiam do entendimento de que somente no “retorno ao próprio povo e a seu *ethos* a única possibilidade de

¹²² KAUFMANN, 2017, p. 80.

¹²³ KAUFMANN, 2017, p.191-195.

¹²⁴ KAUFMANN, 2017, p. 210-211.

¹²⁵ KAUFMANN, 2017, p. 211.

¹²⁶ CLEMENS, Keith. **Dietrich Bonhoeffer Ecumenical Quest**. Genebra: WCC Publications, 2015. p. 74. „*Since the First World War, however, much effort had been devoted in Germany to finding an explicit metaphysical or theological basis for nationhood*“.

reerguimento da nação da crise cultural, política e, conseqüentemente, também religiosa.”¹²⁷.

Perguntamo-nos, então, o que alimentava este nacionalismo durante o Império e a República de Weimar? Segundo a tese do historiador australiano John Moses, apresentada no artigo de Geoffrey Kelly, a filosofia da história de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831) forneceu a estrutura conceitual para o expansionismo do Império Germânico¹²⁸. Para entender o que é a filosofia da história de Hegel, recorreremos à apresentação de Wachholz a respeito deste pensamento do filósofo. Segundo Wachholz, a filosofia da história de Hegel parte da leitura da história a partir do progresso do cristianismo germânico:

O cristianismo resume o pensamento de todo o progresso religioso. Considerando a história como história do Espírito, que encontra no cristianismo seu grau mais alto, Hegel afirma que a história do mundo inicia no Oriente e termina no Ocidente. Ela inicia com os grandes reinos da China, Índia e Pérsia. Com a vitória decisiva dos gregos sobre os persas, os acontecimentos importantes se deslocam para o mundo do mar Mediterrâneo e se concretizam, finalmente, no Reino Germânico-Cristão do Ocidente. A Europa é, para Hegel, pura e simplesmente o fim da história.¹²⁹

Assim, para Hegel, o alvo da história e o seu patamar mais elevado é a nação germânica cristã. De acordo com sua filosofia da história, a nação ou o povo alemão tem o papel fundamental de realização da história da salvação de Deus. Por fim Wachholz conclui que “Hegel estava convencido de que, com esta secularização da fé cristã, ou como preferia dizer, com a concreção do espírito, teria permanecido fiel aos princípios cristãos e estaria explicitando o Reino de Deus no mundo.”¹³⁰. Assim ficou fácil associar a implantação do Reino de Deus na história com o empenho pela expansão cultural e política germânica no globo, dando-se a gênese de uma ideologia nacionalista.

¹²⁷ KAUFMANN, 2017, p. 218-219.

¹²⁸ KELLY, Geoffrey. Bonhoeffer's Christ-Centered, Religionless Christianity. In: DE GRUCHY, John W.; PLANT, Stephen; TIETZ, Christiane. **Dietrich Bonhoeffer's Theologie heute: ein Weg zwischen Fundamentalismus und Säkularismus?** = Dietrich Bonhoeffer's Theology today : a way between Fundamentalism and Secularism? Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 2009. p. 145.

¹²⁹ WACHHOLZ, Wilhelm. O progresso do espírito: o céu como alvo e o inferno como conseqüência. O paradigma trinitário em Agostinho, Fiori, Comte e Hegel no diálogo com o pensamento de Lutero. **Estudos Teológicos**, v. 47, n. 2, p. 5-26, 2007. p. 18. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/444. Acesso em: 13 mar. 2023.

¹³⁰ WACHHOLZ, 2007, p. 19.

Naturalmente, o que houve durante o Império Alemão e, depois, durante a república e o Terceiro Reich, foi uma aplicação radical e autoritarista do legado de Hegel. Moses vai mostrar, por exemplo, que a conclusão de Hegel, que “o curso da história do mundo revelou uma constante luta pela hegemonia entre os povos” (tradução nossa)¹³¹, durante o Império Alemão, foi apropriada “pelo historiador Heinrich Treitschke (1825-1896) [...] que enfatizou que se uma nação não estava se expandindo, estava morrendo’.” (tradução nossa)¹³². Digno de nota é a abordagem de Wayne Whitson Floyd sobre o assunto, que mostra a seleção de uma determinada linha do hegelianismo para a sustentação do ideal de nacionalidade e de *Volk* (povo), durante Terceiro Reich. Segundo Floyd, houve uma opção consciente pelas

estratégias schleiermachiiana-romanticista e hegeliana-monista, que originalmente surgiram, devemos lembrar, como alternativas supostamente superiores à “abstração” da “crítica” kantiana, onde ambas facilmente cooptadas pelo “sentimento antirrepublicano, chauvinista, pangermânicos e *völkisch*” de totalidade, inteireza, identidade. (tradução nossa)¹³³

Como podemos imaginar, o resultado que isso levou foi a desvalorização da razão crítica, abrindo assim espaço para outras instâncias agregadoras, como a raça, o povo, a nação e, mais tarde, até o *Führer* (líder), que receberam um valor superior. Floyd nota que esta “perda do significado contínuo da crítica - a razão crítica - foi significativa na geração anterior a Bonhoeffer” (tradução nossa)¹³⁴. Por isso, não é de se admirar que, onde a crítica racional não é mais exercida a barbárie toma conta. Por fim, Floyd argumenta que nem Hegel [e nem Kant] concordaria com a estrutura da ideologia nacionalista que foi erigida a partir de sua filosofia:

A ousadia de Kant de usar a própria razão, bem como a concepção dinâmica da sociedade de Hegel, sempre sob o olhar crítico da *theoria*, contrastava fortemente com a concepção da ideologia nazista do *Volk* como

¹³¹ MOSES *apud* KELLY, 2009, p. 145. “the course of world history reveled a constant struggle between peoples for hegemony”.

¹³² MOSES *apud* KELLY, 2009, p. 145. “by the historian Heinrich Treitschke (1825-1896) [...] who stressed that if a nation was not expanding it was dying’.”

¹³³ FLOYD, Wayne Whitson. Encounter with an Other: Immanuel Kant and G. W. F. Hegel in the Theology of Dietrich Bonhoeffer. In: FRICK, Peter. **Bonhoeffer’s Intellectual Formation: Theology and Philosophy in His Thought**. Oregon: Wipf&Stock, 2008. p. 88-89. “the Schleiermachian-romanticist and the Hegelian-monistic strategies, which had originally arisen, we should remember, as supposedly superior alternatives to the “abstractness” of Kantian “criticism”, where both all too easily co-opted by the “antirepublican, chauvinist, Pan-German, and *völkisch* sentiments” of totality, wholeness, identity.”

¹³⁴ FLOYD, 2008, p. 89. “loss of the ongoing significance of critic - critical reason - was significant in the generation leading up to Bonhoeffer”.

"uma realidade natural unida por 'sangue e solo' e sujeito como normas racionais de valores". (tradução nossa)¹³⁵

3.1.2.2 *Elaborações Teológicas*

Como a teologia reagiu ao desenvolvimento do ideal nacionalista? Primeiramente, temos que entender que o mundo moderno trouxe para o cristianismo o desafio de redefinição do seu lugar. Os avanços científicos, a criação de novas tecnologias, a modernização da indústria, o progresso econômico, o fortalecimento do Estado, o racismo e o colonialismo, estas foram as forças dominantes durante o século XIX e início do século XX. Como resposta, a teologia liberal do final do século XIX e início do século XX, no esforço de garantir um espaço para o cristianismo, reconheceu estas forças como sendo ordenações divinas e reservando a religião à esfera privada do indivíduo¹³⁶. Esta corrente também ficou conhecida na teologia como protestantismo cultural, porque buscava a fusão entre cristianismo e cultura. Assim, no esforço em manter um espaço para o cristianismo, a teologia acabou aceitando acriticamente as forças do mundo vigente como sendo ordens divinas, por consequência acolheu também o ideal nacionalista, como veremos melhor no que segue.

O que se deu foi o emprego de duas noções que deram base para o desenvolvimento teológico da época, o dualismo e a autonomia (*Eigengesetzlichkeit*). Alguns pensadores que desenvolveram essas noções foram o jurista Rudolph Sohm, os teólogos Ernst Troeltsch, Friedrich Naumann, Wilhelm Herrmann e o sociólogo Max Weber¹³⁷. Deste último, DeJonge nos fornece uma exposição resumida da noção de autonomia, a qual acentua também a noção de dualismo:

Weber desenvolveu a teoria de que aqueles domínios da vida moderna especialmente formados pela racionalidade característica da ciência e da tecnologia (como a economia e a política) são regidos por normas e valores científicos e tecnológicos. Existem outras normas e valores no mundo moderno — Weber menciona a ética da fraternidade —, mas estes se limitam a esferas próprias, como o âmbito da espiritualidade ou das

¹³⁵ FLOYD, 2008, p. 89. „Kant's dare to use one's own reason, as well as Hegel's dynamic conception of society, always standing under the critical gaze of theoria, stood in stark contrast with Nazi ideology's conception of the Volk as "a natural reality bound together by 'blood and soil' and subject as a rational norms of values.“

¹³⁶ DUCHROW, 1987, p. 19-22.

¹³⁷ DUCHROW, 1987, p. 20.

relações pessoais, onde a racionalidade científica e tecnológica não foi formadora. Assim, de acordo com Weber, os domínios da vida moderna são eticamente autônomos ou *eigengesetzlich*; eles são regidos por diferentes normas e valores que se desenvolveram independentemente uns dos outros. (tradução nossa)¹³⁸

Criou-se, assim, um dualismo entre as dimensões espirituais e seculares, entre o privado e público, entre o interior e o exterior. Esta divisão dualista da realidade deve ser vista em relação com a *Eigengesetzlichkeit*, que é a autonomia radical das esferas da vida. Conforme DeJonge, Weber e Troeltsch aplicaram ambas as noções ao ensino de Lutero sobre os dois regimentos, afirmando que “Troeltsch, de maneira semelhante a Weber, conectou as distinções de Lutero entre lei e evangelho e entre os dois reinos a ‘ideias modernas sobre esferas da vida e autonomia privada interior’.” (tradução nossa)¹³⁹. Esta associação serviu de base para outros teólogos fazerem novas interpretações do ensino dos dois regimentos, nesta mesma via do dualismo, já durante a Primeira Guerra Mundial, depois durante a república e por fim também no Terceiro Reich¹⁴⁰. Não há dúvidas, tendo em mente o ensino de Lutero, como exposto acima, que o dualismo aqui empregado entre os dois regimentos é de uma antítese radical, mas que Lutero nunca expressou. O único dualismo usado por Lutero foi para contrapor o reino do Diabo ao Reino de Deus – este último, que se apresenta no mundo em seu duplo regimento, espiritual e secular, formas pelas quais Deus luta contra o reino do Diabo. Ou seja, no pensamento de Lutero sempre predominou a noção de distinção – não de separação – e, ao mesmo tempo, complementariedade entre os dois regimentos e entre os três estamentos.

Estas noções modernas do dualismo e da autonomia também são foram aplicadas para na polêmica em torno das ordens da criação. Com a separação clara

¹³⁸ DEJONGE, 2017, p. 96. *„Weber developed the theory that those realms of modern life especially formed by the rationality characteristic of science and technology (such as economy and politics) are governed by scientific and technological norms and values. There are other norms and values in the modern world—Weber mentions the ethic of brotherliness—but these are limited to their own spheres, such as the realm of spirituality or personal relationships, where scientific and technological rationality have not been formative. Hence, according to Weber, the realms of modern life are ethically autonomous or eigengesetzlich; they are governed by different norms and values that developed independently of each other.“*

¹³⁹ DEJONGE, 2017, p. 96. *„Troeltsch, in a way similar to Weber, connected Luther’s distinctions between law and gospel and between the two kingdoms to ,modern ideas about spheres of life and inner private autonomy.“*

¹⁴⁰ DEJONGE, 2017, p. 97-99.

entre a esfera secular e a esfera espiritual, com normas exclusivas para reger cada uma delas, os teólogos passaram a

reforçar a legitimidade do novo estado por meio de argumentos de lei natural teologicamente fundamentados que tratavam *Volk* e raça como ordens de criação. Enquanto a igreja e a piedade cristã privada podem ser governadas pelo sacrifício, continua o argumento, o estado e a vida pública são governados pela lógica autônoma da autoafirmação do *Volk* contra seus inimigos. (tradução nossa)¹⁴¹.

A conclusão de todo o empenho teológico em conectar o cristianismo com a cultura em vigência foi a atribuição de caráter divino a própria cultura e, com isso, a divinização de todos os ideais da nação, do povo e da raça. É notável, que houve uma fusão entre cultura e cristianismo. Alguns, com o surgimento do novo estado Nacional Socialista, voltaram a acreditar na viabilidade de um Estado cristão. Bonhoeffer recebeu toda essa influência teológica e cultural. Mas além desta, como contraponto a ela, Bonhoeffer também foi influenciado por uma nova geração de teólogos, do novo movimento da teologia dialética¹⁴², que ressaltava o completo distanciamento entre o humano e o divino, que Deus é o “totalmente outro”. Também devemos mencionar, na renascença de Lutero¹⁴³, ocorrido em especial em torno dos estudos de Karl Holl, que foi professor de Bonhoeffer em Berlim. Certamente, este professor contribuiu para colocar Bonhoeffer em contato com os ensinamentos de Lutero.

3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ORDEM DA PRESERVAÇÃO EM ALGUNS AUTORES

Aqui inicia a segunda parte deste capítulo, onde analisaremos as contribuições da literatura secundária em torno do tema da ordem da criação. Foi feita uma seleção diversificada de estudiosos em Bonhoeffer para compor esta parte. Apresentamos-os em ordem cronológica, conforme seus trabalhos foram sendo publicados. Christoph Strohm e Gottfried Claß são teólogos alemães, que realizaram suas pesquisas quase que simultaneamente, na Faculdade Teológica da Universidade de Heidelberg. Ambos foram orientados por Heinz Eduard Tödt, um

¹⁴¹ DEJONGE, 2017, p. 98. *“bolster the legitimacy of the new state through theologically grounded natural law arguments that treated Volk and race as orders of creation. While the church and private Christian piety might be governed by sacrifice, the argument goes, the state and public life are governed by the autonomous logic of the Volk’s self-assertion against its enemies.”*

¹⁴² KAUFMANN, 2017, p. 196-200.

¹⁴³ KAUFMANN, 2017, p. 200-201.

estudioso de Bonhoeffer já falecido. Suas pesquisas interpretam alguns temas da teologia de Bonhoeffer. Strohm aborda a ética política enquanto Claß trata da compreensão de pecado. Steven Christian Van Den Heuvel é um teólogo estudioso de Bonhoeffer, que atua na Holanda. Sua pesquisa é de cunho mais hermenêutico, por relacionar a teologia de Bonhoeffer a um tema atual, que o próprio Bonhoeffer não expressou, como no caso, a ética ecológica. Michael P. DeJonge é cientista da religião, norte-americano e estudioso de Bonhoeffer, cuja obra trata de interpretar a influência de Lutero na teologia política de Bonhoeffer. Por fim, Wilhelm Sell, um teólogo luterano brasileiro que recentemente pesquisou sobre a importância da antropologia de Bonhoeffer para a sua ética.

3.2.1 Christoph Strohm

Christoph Strohm se ocupou com a análise do conceito de Bonhoeffer das “ordens da preservação direcionadas para Cristo” em sua tese doutoral, defendida em 1987, sobre o tema da teologia e ética de Dietrich Bonhoeffer no conflito contra o nacional-socialismo visto em relação ao círculo de familiares e de amigos¹⁴⁴. O foco da sua análise está voltado ao desenvolvimento da ética política de Bonhoeffer. Quanto ao conceito de ordem da preservação, Strohm o aborda em três fases distintas: nos anos finais da República de Weimar, na tomada de poder do nacional-socialismo e no início do *Kirchenkampf*.

Para o autor, foi durante os anos finais da República de Weimar que Bonhoeffer criou o conceito da ordem da preservação, em conexão com suas atividades ecumênicas deste período. Ele explica a recusa de Bonhoeffer à teologia da ordem da criação com base em sua ética cristologicamente centrada¹⁴⁵. Strohm explica o conceito de ordem da preservação com base na palestra de Bonhoeffer “Da Fundamentação Teológica do Trabalho da Aliança Mundial”, de 26 de Julho de 1932. Ele argumenta que a polêmica contra as ordens da criação serviu para a “delimitação contra objetivos nacionalistas e a sobrecarga da teologia com ideias

¹⁴⁴ STROHM, Christoph. **Theologische Ethik im Kampf gegen den Nationalsozialismus**. München: Chr. Kaiser, 1989. (Heidelberger Untersuchungen zu Widerstand, Judenverfolgung und Kirchenkampf im Dritten Reich; Bd. 1) p. XXIII-XXIV.

¹⁴⁵ STROHM, 1989, p. 30-35.

étnico-religiosas.” (tradução nossa)¹⁴⁶. Para isso, o conceito de ordem da preservação quer trazer um critério teológico para avaliar todas as ordens do mundo, que, segundo Strohm, pergunta “até que ponto as ordens estão abertas a Cristo e à nova criação nele; até que ponto elas são capazes de deter o declínio radical do mundo na morte e no pecado e manter aberto o caminho para o Evangelho.” (tradução nossa)¹⁴⁷. A partir deste critério, Strohm explica que Bonhoeffer havia minado qualquer tentativa de um povo sobrepor seus interesses aos outros povos, pois assim, nacionalidade, etnicidade e até o agir do Estado só tem direito e razão se estão alinhadas a Cristo e se servem a nova criação Nele¹⁴⁸. Como na abordagem de Strohm a ordem da preservação é vista em conexão ao engajamento ecumênico, ele finaliza afirmando que Bonhoeffer defendeu uma ordem da preservação supraestatal na ordem da paz internacional, não como um ideal de paz, mas como mandamento concreto de Deus diante da situação atual do rearmamento das nações¹⁴⁹. Deste período Strohm conclui que Bonhoeffer desenvolve uma compreensão de ética política, quando qualifica o “Estado como ordem da preservação direcionada para Cristo [...] no âmbito de uma ética do mandamento concreto da Igreja.” (tradução nossa)¹⁵⁰. Assim, ainda durante o fim da República de Weimar, Bonhoeffer tinha uma avaliação positiva do Estado, em especial como ordem responsável por regular o ímpeto da supremacia étnica.

Na segunda fase, ao tratar a ascensão do nacional-socialismo ao poder, no início de 1933, Strohm não explora muito a utilização do conceito das ordens da preservação por Bonhoeffer. O autor mostra que no contexto interno da igreja, Bonhoeffer rejeitou o conservadorismo cristão com sua absolutização das ordens existentes e também ao entusiasmo fanático, que recusava o Estado como ordem da preservação¹⁵¹. Segundo Strohm, nesta fase Bonhoeffer continua suas reflexões na linha do ensino sobre as ordens da preservação, pontuando agora “que Deus em

¹⁴⁶ STROHM, 1989, p. 36. *„Abgrenzung gegen nationalistische Ziele und die Überfrachtung der Theologie mit religiös-völkischem Gedankengut.“*

¹⁴⁷ STROHM, 1989, p. 36. *„inwieweit die Ordnungen offen sind für Christus und die neue Schöpfung in ihm; inwieweit sie den radikalen Verfall der Welt an Tod und Sünde aufzuhalten und dem Evangelium dem Weg offenzuhalten Vermögen.“*

¹⁴⁸ STROHM, 1989, p. 36-37.

¹⁴⁹ STROHM, 1989, p. 38-39.

¹⁵⁰ STROHM, 1989, p. 51. *„Staates als ‚Erhaltungsordnung auf Christus hin‘ wird [...] im Rahmen einer Ethik des konkreten Gebotes der Kirche ausgeführt.“*

¹⁵¹ STROHM, 1989, p. 102.

Cristo afirma e se submete às ordens, mas ao mesmo tempo também as relativizou e as quebrou.” (tradução nossa)¹⁵². Strohm explica que, com a tomada de poder pelo nazismo, a relação entre Igreja e Estado ganha outra ênfase para Bonhoeffer, não é mais uma relação de uma limitação mútua, mas de uma limitação exclusiva da Igreja às reivindicações do Estado. Assim Bonhoeffer passou a fortalecer a perspectiva de uma relação de tensão mútua entre ambos.¹⁵³

Durante o início do *Kirchenkampf*, no ano de 1933, Strohm apresenta em especial a apropriação do conceito de ordem da preservação na disputa contra os teuto-cristãos. Um exemplo foi o teólogo luterano Walter Künneth, no contexto que Strohm retrata as diferenças entre Bonhoeffer e o Movimento Reformista Jovem. Em acordo com as linhas gerais representadas por esse movimento, Künneth afirmou o povo e o Estado como ordens da preservação fundadas no conhecimento da revelação de Deus, que representam a vontade de Deus para o ser humano e, que, portanto, os seres humanos devem se submeter em obediência¹⁵⁴. Ele entendeu a função das ordens da preservação como sendo “permitir e estabelecer a construção secreta do reino de Deus de uma maneira que não pode ser compreendido pelos seres humanos.” (tradução nossa)¹⁵⁵. Esta foi uma apropriação bem oposta ao que Bonhoeffer quis ensinar e combater com o conceito das ordens da preservação.

Outro aspecto relevante levantado por Strohm, neste período, foi a avaliação do conceito das ordens da preservação por outros teólogos, quando da apreciação da primeira versão da redação da Confissão de Bethel. Nesta parte, Strohm destaca na avaliação do velho teólogo de Tübingen, Adolf Schlatter, que se opôs completamente ao teor crítico do conceito de ordens da preservação direcionadas para Cristo. Da mesma forma como afirmava o conceito de ordens da criação, Schlatter reestabelece o valor absoluto e incondicional das ordens a partir de si mesmas, inclusive colocando elas como mediadoras do acesso a Cristo¹⁵⁶. Assim, Schlatter rejeitou completamente o critério cristológico que Bonhoeffer havia defendido para a valoração e função das ordens da preservação. Meses depois, o

¹⁵² STROHM, 1989, p. 139. „daß Gott in Christus die Ordnungen bejaht und sich ihnen unterstellt, sie gleichzeitig aber auch relativiert und durchbrochen habe.“

¹⁵³ STROHM, 1989, p. 140.

¹⁵⁴ STROHM, 1989, p. 199-200.

¹⁵⁵ KÜNNETH apud STROHM, 1989, p. 200. „in einer für menschliches begreifen nicht feststellbaren Weise den geheimen Bau des Reich Gottes zu ermöglichen und aufzurichten.“

¹⁵⁶ STROHM, 1989, p. 215.

próprio Bonhoeffer criticou a versão de novembro da confissão, por fortalecer o tom da valorização das ordens em detrimento da sua relativização na nova criação¹⁵⁷. Strohm apresenta a avaliação de Barth para o texto da Confissão de Bethel, onde conclui que ele estava buscando alcançar o mesmo objetivo que Bonhoeffer no campo na ética política, que “As ordens não deveriam manter nenhum direito próprio ao lado da revelação em Jesus Cristo.” (tradução nossa)¹⁵⁸

Por fim, Strohm explica o abandono do conceito das ordens da preservação por Bonhoeffer, após estes episódios do verão de 1933. Com certeza, foram determinantes as apropriações do conceito feitas por outros teólogos luteranos, como Künneth¹⁵⁹. Na opinião de Strohm, o conceito das ordens da preservação para Cristo não foi capaz de trazer o consenso que Bonhoeffer esperava:

Os trabalhos na Confissão de Betel, que naturalmente tinha que ser um documento de consenso, mostraram que o conceito não estava em condições suficientemente claras para se garantir contra a absolutização teuto-cristã das realidades políticas com a ajuda de justificativas teológicas da criação. Uma fundamentação da ordem estatal na cristologia, como ele desenvolveu na preleção do semestre de verão de 1933, provavelmente pareceu-lhe não ser capaz de consenso nos trabalhos em Betel. (tradução nossa)¹⁶⁰

3.2.2 Gottfried Claß

O teólogo luterano Gottfried Claß faz uma análise sobre a compreensão de pecado de Bonhoeffer na obra Criação e Queda, que resultou em sua tese, publicada em 1994¹⁶¹. No capítulo de sua tese, onde aborda sobre a essência do pecado, ele traz na última seção as formas de limitação para o pecado, dentre as quais destaca as ordens da preservação. O assunto central desta seção é o agir de Deus com o ser humano e a criação, que estão caídos no pecado. Segundo Claß, a

¹⁵⁷ STROHM, 1989, p. 226.

¹⁵⁸ STROHM, 1989, p. 221. „Die Ordnungen sollten kein Eigenrecht neben der Offenbarung in Jesus Christus erhalten.“

¹⁵⁹ Assim também explica Bethge, cf. BETHGE, 1986, p. 525.

¹⁶⁰ STROHM, 1989, p. 228-229. „Die Arbeiten am Betheler Bekenntnis, das naturgemäß ein Konsensdokument sein mußte, hatten gezeigt, daß der Begriff nicht klar genug gegen die deutsch-christliche Verabsolutierung politischer Gegebenheiten mithilfe schöpfungstheologischer Begründungen zu sichern vermochte. Eine Grundlegung staatlicher Ordnung in der Christologie, wie er sie in der Vorlesung des Sommersemesters 1933 entwickelt hat, schien ihm wohl bei den Betheler Arbeiten nicht konsensfähig zu sein.“

¹⁶¹ CLAß, Gottfried. **Der verzweifelte Zugriff auf das Leben:** Dietrich Bonnhoeffers Sündenvertändniss in „Schöpfung und Fall“. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener Verlag, 1994. (Neukirchener Beiträge zur systematischen Theologie; Band 15).

interpretação de Bonhoeffer é que Deus limita o poder destrutivo do pecado e, assim possibilita a continuidade da existência humana e de toda a criação. Antes mesmo de adentrar no tema das ordens da preservação, Claß já conclui que este agir de Deus limitando o pecado “no mundo caído deve, portanto, ser determinado como um *ato de preservação*.” (tradução nossa)¹⁶²

Nesta seção de sua tese, o autor dedica uma boa parte para responder a pergunta: “[...] por que Bonhoeffer rejeita expressamente o conceito de 'ordens de criação' e, em vez disso, fala de 'ordens de preservação'.” (tradução nossa)¹⁶³. Ele explica primeiramente, que Bonhoeffer interpreta Gênesis 3.21 como um gesto de afirmação de Deus ao mundo caído, mas que não deve ser mal interpretado “como tolerância passiva e mera aceitação do mundo caído” e “não no sentido de uma aceitação tácita ou indiferença ao pecado” (tradução nossa)¹⁶⁴. Mas em seguida, o autor esclarece, que esta afirmação de Deus, na qual Ele protege o mundo de sua autodestruição, traz ao mesmo tempo à tona a realidade que o mundo se entregou ao poder destruidor do pecado¹⁶⁵. Por fim, o autor aponta para o caráter provisório deste agir de Deus com o mundo e o ser humano caídos, pois “O ato preservador de Deus limita o pecado, mas não o supera.” (tradução nossa)¹⁶⁶

Na análise de Claß, Bonhoeffer recorre ao conceito de ordem para definir mais de perto a ação preservadora de Deus no mundo caído. No entanto, ele explica que ordem não era “um termo ‘desobstruído’ e inconfundível” (tradução nossa)¹⁶⁷, mas trazia consigo muitos pressupostos teológicos. Naquela época, a teologia da ordem da criação foi muito utilizada como base de muitas concepções éticas e sociais, criadas por teólogos luteranos.¹⁶⁸

Claß então identifica problemas políticos e teológicos na teologia da ordem da criação. Segundo ele, o problema político é que a partir dela tudo pode ser teologicamente justificado, assim, “Certas realidades políticas são declaradas de

¹⁶² CLAß, 1994, p. 173. „[...] *in der gefallenen Welt ist also als Erhaltungshandeln zu bestimmen.*“

¹⁶³ CLAß, 1994, p. 173. „[...] *warum Bonhoeffer den Begriff der 'Schöpfungsordnungen' ausdrücklich ablehnt und statt dessen von 'Erhaltungsordnungen' spricht.*“

¹⁶⁴ CLAß, 1994, p. 183. „*als passive Duldung und bloße Hinnahme der gefallenen Welt [...] nicht im Sinne einer stillschweigenden Bejahung der Sünde oder Gleichgültigkeit ihr gegenüber.*“

¹⁶⁵ CLAß, 1994, p. 184.

¹⁶⁶ CLAß, 1994, p. 184. „*Das Erhaltungshandeln Gottes begrenzt die Sünde, aber überwindet sie nicht.*“

¹⁶⁷ CLAß, 1994, p. 184. „*‘unbelasteter’, unmißverständlicher Begriff.*“

¹⁶⁸ CLAß, 1994, p. 184.

acordo com a criação e, portanto, sancionadas teológica e eclesiologicamente.” (tradução nossa)¹⁶⁹. O autor explica que com esta abordagem teológica se fez a justificação para todo o movimento e ideais nacionalistas, que apregoavam como grandezas o povo, a nacionalidade, a vontade nacional, a raça. Segundo Claß, as consequências políticas deste embasamento teológico foram a massiva aceitação acrítica pela igreja do movimento nacional-socialista com seus ideais, a aclamação da tomada de poder de Adolf Hitler em 1933 e a incorporação da tendência de antissemitismo dentro da igreja.¹⁷⁰

Ele segue mostrando o problema teológico da teologia das ordens da criação nas seguintes palavras:

Sua suposição de que certas ordens, certas realidades do mundo caído representam *diretamente* a vontade criativa de Deus, pressupõe que há pelo menos uma continuidade parcial entre o mundo da criação e o mundo caído. Entretanto, com isso, ela não levou realmente a sério a queda no pecado como um evento que afeta *toda* a criação. A relação entre criação e pecado é erroneamente definida aqui. (tradução nossa)¹⁷¹.

Depois de mostrar os problemas político e teológico da ordem da criação, Claß apresenta a proposta de Bonhoeffer por meio da sua substituição pelo conceito de ordens da preservação. O autor mostra que Bonhoeffer tem outro entendimento a respeito das ordens, não como sacrossantas, mas como ordens relativizadas quando são colocadas em relação com Cristo. Segundo o autor, para Bonhoeffer as ordens da preservação têm sua legitimidade vinculada às condições de servir a vida humana e do combate a injustiça, a escravidão e a violência. Se as ordens não cumprem a estas condições elas perdem sua legitimidade. O mais importante para o autor, é que Bonhoeffer relaciona as ordens da preservação a Cristo, assim atribuindo a elas um caráter provisório, não-escatológico e revisável, pois Cristo se torna o critério último para a avaliação delas.¹⁷²

Claß conclui sua análise a respeito das ordens da preservação, afirmando a centralidade da abordagem cristológica de Bonhoeffer e apontando os resultados

¹⁶⁹ CLAß, 1994, p. 185. „Bestimmte politische Gegebenheiten werden als schöpfungsgemäß erklärt und sind damit theologisch und ekklesiologisch sanktioniert.“

¹⁷⁰ CLAß, 1994, p. 185.

¹⁷¹ CLAß, 1994, p. 185-186. „Ihre Annahme, dass gewisse Ordnung, gewisser Gegebenheiten der gefallenen Welt unmittelbar Gottes Schöpferwillen repräsentieren, setzt voraus, zwischen Schöpfungswelt und gefallener Welt zumindest teilweise eine Kontinuität besteht. Damit aber hat sie den Sündenfall als die ganze Schöpfung betreffendes Ereignis nicht wirklich ernst genommen. Das Verhältnis von Schöpfung und Sünde ist hier falsch bestimmt.“

¹⁷² CLAß, 1994, p. 186.

que ela trouxe no curso dos desdobramentos políticos e eclesiásticos que se seguiram:

A abordagem cristológica da teologia da ordem de Bonhoeffer provou sua força, sua potência crítica ao lidar com as reivindicações da ideologia nacional-socialista. [...] a teologia das ordens de preservação de Bonhoeffer com o poder crítico inerente a ela, também contribuiu para que ele, nos primeiros dias do “Terceiro Reich”, quando o entusiasmo geral sobre a “revolução nacional” também dominou amplamente a igreja evangélica, não abdicasse do seu distanciamento crítico e foi então um dos primeiros a poder conduzir o debate teológico com a ideologia do nacional-socialismo. (tradução nossa)¹⁷³

3.2.3 Steven Christian Van Den Heuvel

O teólogo holandês, Steven Christian Van Den Heuvel analisa em sua tese a como os conceitos da teologia de Bonhoeffer podem ser transportados e se tornar relevantes para a discussão recente em torno da ética ecológica¹⁷⁴. Um dos conceitos que ele aborda é o da ordem da preservação, em especial quando mostra que Cristo é o centro da criação e apresenta este conceito no contexto da cristologia de Bonhoeffer.

Heuvel destaca duas formas diferentes de significado para ordem da preservação. O primeiro significado pode ser encontrado na interpretação de Bonhoeffer de Gn 1.4a, na obra Criação e Queda, que expressa o agir mantenedor de Deus com a sua criação desde a sua origem, onde Deus é ao mesmo tempo o Criador como o Preservador do mundo. O outro significado do conceito remete ao agir preservador de Deus após a queda, que se dá através de formas específicas de ordem que estruturam a vida.¹⁷⁵

¹⁷³ CLAß, 1994, p. 187. „Der christologische Ansatz von Bonhoeffers Ordnungs-Theologie erwies seine Stärke, seine kritische Potenz in der Auseinandersetzung mit den Ansprüchen der nationalsozialistischen Ideologie. [...] Bonhoeffers Theologie der Erhaltungsordnungen mit der ihr innewohnenden kritischen Kraft ist daran mitbeteiligt, dass er auch in der Anfangszeit den 'Dritten Reichs', als die allgemeine Begeisterung über die 'nationale Revolution' auch die evangelische Kirche zu weiten Teilen miterfasste, seine kritische Distanz nicht aufgab und dann als einer der ersten dazu fähig war, die theologische Auseinandersetzung mit der Ideologie des Nationalsozialismus zu führen.“

¹⁷⁴ HEUVEL, Steven C. van den. **Bonhoeffer's Christocentric Theology and Fundamental Debates in Environmental Ethics**. Leuven, Belgium/Kampen, Netherlands, 2015. 255p. Tese (Doutorado) - Evangelische Theologische Faculteit of Leuven, Belgium/Theologische Universiteit van de Gereformeerde Kerken in Nederland of Kampen, Netherlands, 2015. p. 3. (Material gentilmente concedido pelo autor).

¹⁷⁵ HEUVEL, 2015, p. 74-75.

Para este autor, o significado das ordens da preservação está, como toda a teologia da natureza de Bonhoeffer, na sua relação com Cristo. A função de cada ordem da preservação somente existe quando elas apontam para Cristo. Apoiado em Larry Rasmussen, mostra que a intenção de Bonhoeffer com as ordens da preservação é realocar a revelação de Deus em Cristo, desabsolutizando as ordens da criação como esferas autônomas e deixando a realidade aberta para o cumprimento escatológico em Cristo.¹⁷⁶

Ao analisar o contexto histórico do conceito, Heuvel conclui:

Por mais que o conceito de Bonhoeffer de *Erhaltungsordnungen* possa ter funcionado como uma reação contra a apropriação indevida do conceito de *Schöpfungsordnungen*, certamente não se limitou apenas a essa função. Como vimos acima, Bonhoeffer direcionou as ordens de preservação para Cristo, e é principalmente em relação à cristologia de Bonhoeffer que elas precisam ser compreendidas. (tradução nossa)¹⁷⁷.

Em seguida, tendo especialmente como base o artigo de Jordan Ballor, Heuvel apresenta o conceito de *Erhaltungsordnung* de Bonhoeffer como uma via média entre as posições de Barth e Brunner, na acalorada discussão da época entorno da teologia natural. Por um lado, com o conceito de ordem da preservação, Bonhoeffer teria preenchido uma lacuna na teologia de Barth, que encontrava dificuldades em fornecer uma avaliação positiva das ordens fundadas na natureza e na cultura. Por outro lado, Bonhoeffer usou o conceito de ordem da preservação para todas as ordens existentes, considerando todas afetadas pelo poder destruidor da queda, em correção a Brunner, que fazia uma separação entre as ordens da criação e ordens da preservação, dando mais valor as primeiras por terem sido estabelecidas antes da queda.¹⁷⁸

Mais adiante, o autor aborda a questão do uso da ética da lei natural por ecoteólogos, na tentativa de estabelecer uma teologia natural, que leve em conta os ordenamentos da natureza percebidas nas ciências naturais. Para ele, apesar de Bonhoeffer não discutir o tema da ética da lei natural em sua teologia, o conceito de ordem da preservação oferece uma ajuda nesta questão. O autor vê a possibilidade

¹⁷⁶ HEUVEL, 2015, p. 75.

¹⁷⁷ HEUVEL, 2015, p. 77. "However much Bonhoeffer's conception of *Erhaltungsordnungen* may have functioned as a reaction against the misappropriation of the concept of *Schöpfungsordnungen*, it was certainly not limited to this function alone. As we saw above, Bonhoeffer directed the orders of preservation toward Christ, and it is primarily in relation to Bonhoeffer's Christology that they need to be understood."

¹⁷⁸ HEUVEL, 2015, p. 77-79.

de relacionar o conceito de ordem da preservação com as ordenações naturais descobertas pelas ciências naturais. Ele observa que, assim como todas as ordens da preservação são derivadas de Cristo, também toda e qualquer ordem da natureza pode ser reconhecida como normativa, não a partir de si mesmas, mas a partir de Cristo. Com este exercício, Heuvel pretende indicar que o “conceito cristologicamente definido de *Erhaltungsordnungen* de Bonhoeffer poderia levar a uma ética da lei natural transformada.” (tradução nossa)¹⁷⁹. Segundo ele, o trabalho fundamental da ecoteologia cristã é “trazer ‘fatos’ biológicos em relação com a cristologia” (tradução nossa).¹⁸⁰

Heuvel finaliza sua abordagem sobre o conceito de ordens da preservação comparando-o com o conceito dos mandatos divinos, da obra *Ética*. Os mandatos divinos retomam o mesmo tema das ordens da preservação: o ordenamento divino do mundo. É comum a ambos o seu direcionamento a Cristo. Entretanto, para Heuvel, são apontadas diferenças no conceito dos mandatos que trouxeram um avanço: os mandatos são mandamentos que exigem obediência e possuem uma estrutura que pode ser facilmente discernida, por conseguinte sendo um conceito mais dinâmico que o primeiro. O autor ainda destaca como diferenciais dos mandatos uma maior abertura para a realidade empírica e a adição da dimensão escatológica ao conceito.¹⁸¹

Nós discordarmos do autor quanto a esta última diferença, pois o conceito de ordens da preservação também traz a dimensão escatológica. Conforme visto nos próprios textos de Bonhoeffer, ele com frequência afirma que as ordens da preservação possuem um caráter temporário, pois estão voltadas para a nova criação em Cristo, pela qual são completamente relativizadas. Tendo em vista abordagens apresentadas até aqui, podemos ver que outros interpretes de Bonhoeffer reconhecem também o caráter escatológico das ordens da preservação, como Strohm e Claß.

¹⁷⁹ HEUVEL, 2015, p. 94. „Bonhoeffer’s Christologically defined concept of *Erhaltungsordnungen* could lead to a transformed, natural law ethics.“

¹⁸⁰ HEUVEL, 2015, p. 94. „bringing biological ‘facts’ into relation with Christology“.

¹⁸¹ HEUVEL, 2015, p. 182-184.

3.2.4 Michael P. DeJonge

O professor Michael P. DeJonge ocupa a cátedra de estudos religiosos na University of South Florida. Ele atualmente está entre os mais proeminentes estudiosos de Bonhoeffer, trazendo pesquisas de referência, que mostram em especial as bases teológicas luteranas presentes na teologia de Bonhoeffer. Tomaremos por base para análise do tema em questão duas obras de DeJonge: *“Bonhoeffer’s Luther Reception”*, publicada em 2017, e *“Bonhoeffer on Resistance – The word against the wheel”*, publicada em 2018.

Em sua obra *“Bonhoeffer’s Luther Reception”*, DeJonge aborda a doutrinas importantes da tradição luterana que foram usadas como referenciais para Bonhoeffer. Uma das mais discutidas pelo autor é a doutrina dos dois reinos ou dois governos de Deus. Ele mostra que Bonhoeffer entendia esta doutrina em relação de complementariedade com o pensamento luterano sobre as ordens de Deus, e que juntas serviram como bases para o pensamento e engajamento político de Bonhoeffer em toda a sua carreira teológica. Ou seja, o autor interpreta o conceito de ordens da preservação como uma atualização que Bonhoeffer faz do pensamento das ordens presentes na teologia de Lutero. Bonhoeffer nunca abandonou os dois reinos e as ordens como referencial teológico, mas em seu tempo se posicionou criticamente contra a separação da realidade em duas esferas, a temporal e a divina, que atribuíam o governo de Cristo exclusivamente à esfera divina, enquanto a esfera temporal estava isenta do poder de Deus e relegada a seu próprio governo e leis derivadas da lei natural e das ordens da criação. Este autor identifica as noções de autonomia e o dualismo presente no pensamento moderno, como a pesquisa já apontou acima¹⁸², e mostra que Bonhoeffer foi um crítico a estas duas noções e sua influência na doutrina dos dois reinos e das ordens.¹⁸³

Mais à frente, no capítulo *“Anabaptists and Peace”*, DeJonge aborda o problema da associação de Bonhoeffer com o anabatismo, levando a uma porção de interpretações erradas em assuntos que luteranos e anabatistas tradicionalmente divergem. O objetivo de DeJonge é trazer uma apresentação clara da compreensão de Bonhoeffer sobre a paz, que na sua avaliação, segue na tradição teológica

¹⁸² Cf. acima, no subtópico “3.1.2.2 Formulações Teológicas”.

¹⁸³ DEJONGE, 2017, p. 129-132.

luterana, a qual é completamente diferente da compreensão anabatista. Muitas interpretações erradas da teologia de Bonhoeffer associam a compreensão de paz de Bonhoeffer com a compreensão anabatista.¹⁸⁴

Dentro deste capítulo, o autor aborda a relação entre paz e preservação presente na teologia de Bonhoeffer. A tese defendida por DeJonge apresenta a compreensão da paz de Bonhoeffer como ordem da preservação e também o diferencia da posição anabatista, que vê a paz como concretização do Reino de Deus na terra. Segue a tese do autor:

A posição de Bonhoeffer, ao contrário, trata a paz em termos de preservação. A paz é um penúltimo ordenamento do mundo pecaminoso que o preserva para a redenção. Isso significa que, em contraste com os anabatistas, Bonhoeffer não coloca a paz no centro do evangelho. Em vez disso, a paz mantém o mundo aberto para ouvir o evangelho. Disso se segue que, para Bonhoeffer novamente em contraste com os anabatistas, o mandamento da paz é provisório. Em geral, a paz preserva o mundo para o evangelho, mas há momentos raros e desconexos em que a violência preserva melhor o mundo. (tradução nossa)¹⁸⁵

No mesmo capítulo desta obra, DeJonge se ocupa com o conceito de ordem da preservação. O autor explica que Bonhoeffer abordou a teologia das ordens em três diferentes fases da sua carreira, cada qual marcada pelo uso de diferenciada terminologia. Na primeira fase ele usou o termo “ordens da criação”, como pode ser visto na palestra de 1929, em Barcelona, “Questões Fundamentais de uma Ética Cristã”. A segunda fase é marcada pela crítica ao termo “ordens da criação” e sua substituição pelo termo “ordens da preservação”, no início da década de 1930. A terceira fase é marcada por uma nova mudança, do termo “ordens da preservação” para o termo “mandatos”, no início dos anos 1940, como é visto nos manuscritos da obra *Ética*. DeJonge afirma que estas mudanças na terminologia para tratar da teologia das ordens se deu como empenho de Bonhoeffer em preservar o lugar da ética social luterana conta a sua corrupção.¹⁸⁶

¹⁸⁴ DEJONGE, 2017, p. 142-144.

¹⁸⁵ DEJONGE, 2017, p. 144, 160. *„Bonhoeffer’s position, by contrast, treats peace in terms of preservation. Peace is a penultimate ordering of the sinful world that preserves it for redemption. This means, in contrast to Anabaptists, Bonhoeffer does not locate peace at the center of the gospel. Rather, peace keeps the world open for the hearing of the gospel. From this it follows that, for Bonhoeffer again in contrast to Anabaptists, the commandment for peace is provisional. In general, peace preserves the world for the gospel, but there are rare, disjointed times when violence better preserves the world.“*

¹⁸⁶ DEJONGE, 2017, p. 130-131, 166-167.

De Jonge analisa a primeira mudança, quando do abandono do termo “ordens da criação” e sua substituição por “ordens da preservação”. Segundo ele, Bonhoeffer procura fazer a distinção entre a criação original e a criação caída. Primeiro, ele destaca o pecado como argumento para provar esta distinção. Então, ele rejeita a ordem da criação com base na queda do pecado, pois há uma mudança de estado com a queda, a qual impede que se possa ter o conhecimento de Deus derivado do conhecimento da criação. Identificar esta alteração de estado que a queda trouxe para a realidade é o principal *insight* da crítica de Bonhoeffer.¹⁸⁷ Portanto, “Levar o pecado a sério requer abandonar as ‘ordens da criação’ e repensar como Deus, a ordem e a criatura se relacionam entre si.” (tradução nossa).¹⁸⁸

Em segundo lugar, ele destaca que com a queda as ordens divinamente aprovadas não podem mais ser ordens da criação, mas da preservação porque com o pecado Deus se tornou o preservador. Ao usar o termo “criação” significa que as ordens mantêm o mundo como ele está, enquanto com o termo “preservação” significa que elas impedem que o mundo caia num caos total, para que possa ser redimido em Cristo. Nesta mesma linha, a ordem da criação é universalmente válida enquanto que a ordem da preservação é provisoriamente válida. A validade e o sentido das ordens não está nelas mesmas, mas no Evangelho de Cristo. Segundo o autor, “Ao mudar as ordens da criação para a preservação, Bonhoeffer enfraquece o tipo de pensamento que exalta uma ordem particular do mundo como divinamente aprovada em todos os tempos e lugares.” (tradução nossa).¹⁸⁹

A conclusão que DeJonge chega ao analisar o termo “ordens da preservação” está bem voltado para a ética teológica, na pergunta pelo agir ético. Segundo ele, esta substituição de ordem da criação por ordem da preservação mostra como Bonhoeffer lidava com situações excepcionais que surgiam na ética, como por exemplo a questão da guerra. Bonhoeffer decididamente não usa as

¹⁸⁷ DEJONGE, 2017, p. 167-168.

¹⁸⁸ DEJONGE, 2017, p. 168. „Taking sin seriously requires jettisoning “orders of creation” and rethinking how God, order, and creature relate to each other.“

¹⁸⁹ DEJONGE, 2017, p. 168-169. „In shifting orders from creation to preservation, Bonhoeffer undercuts the kind of thinking that exalts a particular ordering of the world as divinely approved in all times and places.“

ordens como fonte última da revelação da vontade de Deus, mas sim a revelação em Cristo.

Com efeito, então, Bonhoeffer exclui a referência a uma ordem particular como um princípio ou universal ético. Isso porque não podemos saber de antemão se devemos aprovar ou condenar uma determinada ordem; tal decisão depende de um julgamento sobre se aquela ordem funciona em uma dada situação para preservar o mundo para Cristo ou fechar o mundo para ele. Desta forma, a revisão de Bonhoeffer das ordens de criação em favor das ordens de preservação reflete sua convicção fundamental de que a ação de acordo com a vontade de Deus não pode ser prescrita com antecedência, mas deve ser determinada na situação concreta. (tradução nossa)¹⁹⁰

Na obra mais recente de DeJonge *“Bonhoeffer on Resistance”* é retomado tudo o que já fora apresentado em *“Bonhoeffer’s Reception of Luther”*. No entanto, nesta última obra, o autor analisa a controversa questão da resistência política de Bonhoeffer, investigando as suas bases teológicas, o que traz alguns aspectos novos em relação ao conceito de ordens da preservação. Por fim, nesta nova abordagem, o autor identifica que o esforço de Bonhoeffer em manter longe a corrupção dos pseudo-luteranos – como ele mesmo os chamava – as doutrinas dos dois reinos e das ordens, possibilitou a ele o lugar de onde pode articular as suas estratégias de resistência contra o Terceiro Reich.¹⁹¹

A maior ênfase do autor, ao explicar o abandono do conceito de ordens da criação, recai sobre a queda no pecado. Explica que a ideia de ordem da criação pressupõe a criação no seu estado original, como “criação intocada e criatura epistemologicamente intocada” (tradução nossa)¹⁹², que se pode derivar a vontade de Deus do conhecimento da criação. Sem esta precisa distinção entre criação original e criação caída, este conhecimento resulta em autojustificação da criação, como faziam o pseudo-luteranos. Assim, as ordens da criação se assemelham ao direito natural, pois ambos estão baseados na ideia da revelação natural da vontade de Deus. Este é o motivo pelo qual Bonhoeffer chama seus contemporâneos

¹⁹⁰ DEJONGE, 2017, p. 169. *“In effect, then, Bonhoeffer rules out reference to a particular order as an ethical universal or principle. This is so because we cannot know beforehand whether to approve or condemn a particular order; such a decision depends on a judgment about whether that order functions in a given situation to preserve the world toward Christ or close the world off from him. In this way, Bonhoeffer’s revision of the orders of creation in favor of orders of preservation reflects his fundamental conviction that action in accordance with God’s will cannot be prescribed ahead of time but must be determined in the concrete situation.”*

¹⁹¹ DEJONGE, Michael P. **Bonhoeffer on Resistance**: The word against the wheel. Oxford: Oxford University Press, 2018. p. 44.

¹⁹² DEJONGE, 2018, p. 42-43. *„unspoiled creation and epistemologically unspoiled creature“.*

luteranos que usavam esta abordagem de pseudo-luteranos, pois haviam abandonado sua própria tradição, se aproximando mais da tradição católica romana. Estes pseudo-luteranos baseavam sua ética política na revelação natural no *Volk*, como ordem da criação. Eles consideravam a humanidade estava dividida em povos como obra da criação de Deus. Assim, era algo absolutamente natural que os povos lutassem entre si pela sua sobrevivência e que o mais forte vencesse o mais fraco. Para os pseudo-luteranos, tal luta era considerado um ordenamento de Deus.¹⁹³

Em termos de ética política, DeJonge mostra que Bonhoeffer a entende como forma de preservação de Deus à criação caída. Há toda uma teologia da preservação, que também pode ser entendida como fundamento da vida política, em Bonhoeffer. O autor afirma, que “para Bonhoeffer, questões políticas se enquadram sob a categoria teológica da atividade preservadora de Deus” (tradução nossa)¹⁹⁴. Preservação é o estado atual no qual se encontra a criação, que é o mundo criado e preservado para a redenção em Cristo. DeJonge argumenta que a opção de Bonhoeffer por fundamentar a política como obra da preservação de Deus é uma posição mediana. Assim, Bonhoeffer rejeita duas outras opções de fundamentação, tanto a posição que a fundamenta na criação – como é o caso dos católicos romanos e dos pseudo-luteranos – quando a posição que a fundamenta na redenção – como é o caso dos entusiastas e fanáticos, que toma o Reino de Deus como modelo a ser implementado no mundo. Bonhoeffer rejeita ambas as posições e, de acordo com a tradição de Lutero, entende a fundamentação da política como realidade provisória do agir preservador de Deus com o mundo criado e caído, para que não caia num completo caos gerado pelo pecado.¹⁹⁵

DeJonge ainda explica a questão da quebra das ordens da preservação, como foi levantada por Bonhoeffer na sua palestra na “Aliança Mundial”, na Ciernohorské Kúpele. Uma ordem só deve ser quebrada quando ela para de desempenhar sua função como ordem da preservação. No caso desta palestra, o autor explica que a situação era de agito das nações para uma expansão territorial através da guerra, não pela preservação da paz. Então, o mandamento concreto para esta situação deve ser anunciado pela Igreja: não lutem esta guerra! Assim,

¹⁹³ DEJONGE, 2018, p. 31-33, 42-43.

¹⁹⁴ DEJONGE, 2018, p. 31. „for Bonhoeffer, matters of politics fall under the theological category of *God's preserving activity*.“

¹⁹⁵ DEJONGE, 2018, p. 30-36.

cabe a Igreja uma palavra direta ao Estado, o que deve ser visto como uma situação extraordinária. O mesmo pode ser visto no ensaio “A Igreja diante da Questão Judaica”, onde o Estado não está agindo como ordem da preservação, mas está faltando com a justiça e ordem ao perseguir judeus e está invadindo o âmbito da Igreja; assim agindo com justiça e ordem demais, ao ordená-la como tratar seus ministros. Nesta situação, cabe a Igreja resistir ao Estado neste seu agir injusto e autoritário. O objetivo ao agir assim, quando uma ordem intervém em outra ordem, é restaurar o seu correto funcionamento como ordem da preservação.¹⁹⁶

3.2.5 Wilhelm Sell

A recente tese de doutorado de Wilhelm Sell (defendida em 2019) pesquisa a antropologia de Bonhoeffer e propõe que a sua antropologia é essencial para a compreensão da sua ética¹⁹⁷. Já nas suas hipóteses o autor postula que as ordens da criação, juntamente com a teologia natural, são desdobramentos do idealismo hegeliano¹⁹⁸. Ao longo do desenvolvimento de sua tese, o tema das ordens também é desenvolvido e a sua hipótese é confirmada. Ele reconhece o termo ordens da criação como proveniente do próprio Lutero, mas que acabou sendo substituído por Bonhoeffer por ordens da preservação para atacar as interpretações distorcidas, que os “pseudo-luteranos” faziam de Lutero¹⁹⁹. Sell vai interpretar as ordens da criação e a teologia natural a partir da dialética entre Deus *absconditus* e Deus *revelatus* de Lutero²⁰⁰, critério que vai acompanhar todo desenvolvimento destes temas. A concepção de interpretar da teologia da criação a partir de Jesus Cristo, presente em Bonhoeffer, é apontada como fruto da influência de Barth. Sell argumenta que Bonhoeffer, querendo corrigir a distorção dos “pseudo-luteranos”, “liga a concepção de Barth com à teologia de Lutero e identifica Jesus Cristo como fundamento também das ordens da criação e de ambas as esferas dos Dois reinos.”²⁰¹

¹⁹⁶ DEJONGE, 2018, p. 86-87.

¹⁹⁷ SELL, Wilhelm. **Ser Humano, Ser Para a Outra Pessoa**: O significado da antropologia de Dietrich Bonhoeffer para a sua ética. São Leopoldo, RS, 2019. 211p. Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2019. p. 22. (Material gentilmente concedido pelo autor)

¹⁹⁸ SELL, 2019, p. 23.

¹⁹⁹ SELL, 2019, p. 91.

²⁰⁰ SELL, 2019, p. 97.

²⁰¹ SELL, 2019, p. 100.

O tema das ordens da criação é aprofundado na tese especialmente nos capítulos 5 e 6, respectivamente, quando as obras Criação e Queda e Ética são analisadas. Na análise de Criação e Queda, Sell aponta o fato que Bonhoeffer tinha em foco este tema em suas preleções, em Berlim, e que entendia sua distorção oriunda da separação das ordens, bem como a separação dos dois reinos (ou regimentos)²⁰². O autor explica a noção de *continuum* entre as ordens da criação e redenção, proveniente da filosofia idealista, uma “continuidade imediata, sem ruptura, na razão, no sentimento e/ou no espírito, entre criatura e criador, entre o ser humano e aquilo que o transcende.”²⁰³. Segundo o autor, a partir de Lutero que Bonhoeffer vê esta noção como problemática e a critica, porque não leva em conta a ruptura entre Deus e o ser humano, gerada pelo pecado.

Assim, é a partir de Lutero que Bonhoeffer critica o idealismo afirmando não haver qualquer diluição, elevação, fusão entre criador e criatura. E isso é de suma importância para a correta compreensão das ordens da criação enquanto des-conhecidas pela revelação natural. Por causa do pecado e da ruptura, estas devem estar sob constante revisão de compreensão por meio da revelação específica. Do contrário, são estabelecidas idolatrias e fixa-se na lei. [...] Para Bonhoeffer, as ordens da criação têm uma conotação de algo fixo, o que, diante da realidade do pecado, mesmo que foi dado no princípio, assim não pode ser recebido ou entendido no meio, sem o fim. Da mesma forma que Lutero, Bonhoeffer lida com a criação não apenas protologicamente, mas principalmente pelo viés escatológico. Por isso, ele realoca toda a revelação de Deus para Jesus Cristo, desabsolutizando as ordens da criação como esferas autônomas, fixas e isoladas de valor revelatório. Absolutizar as ordens da criação é ignorar a realidade do mundo caído e a incapacidade de correspondência por causa da realidade de meio. Além disso, tira de Deus a sua liberdade como criador.²⁰⁴

Na nossa avaliação, esta citação sintetiza toda a avaliação de Sell a respeito da crítica de Bonhoeffer às ordens da criação e a correção desta compreensão por meio do das ordens da preservação. Para o autor, Bonhoeffer está fazendo uma correção teológica a partir da teologia de Lutero na própria tradição protestante, que não existe um *continuum* entre criação e Criador, nem mesmo através da razão, do sentimento ou da elevação, como insistia a filosofia idealista. Assim, Bonhoeffer rejeita completamente a teologia natural. Entretanto, por outro lado, Bonhoeffer também afirma a teologia natural, pois declara a criação como completamente dependente do seu Criador, mesmo após a queda. Sell afirma este paradoxo na teologia de Bonhoeffer: “Assim, há uma absoluta diferença e, ao mesmo tempo, uma

²⁰² SELL, 2019, p. 129.

²⁰³ SELL, 2019, p. 139.

²⁰⁴ SELL, 2019, p. 140-141.

absoluta dependência da criação em relação a Deus.”²⁰⁵ Isso significa, que Bonhoeffer faz uso do paradoxo da distinção entre Lei e do Evangelho e a distinção entre relação natural e específica, proveniente de Lutero. Neste sentido, as ordens da preservação enquanto preservam a criação para seu fim em Jesus Cristo, são máscaras pelas quais Deus se manifesta na criação, são presença oculta de Deus, mas que devem constantemente ser revisadas pela revelação específica em Cristo. Segundo Sell, apresentando análise de outro autor, esta posição de Bonhoeffer seria uma terceira via, tomando por referência a discussão em torno das ordens da criação entre Barth e Brunner²⁰⁶. Sell então conclui sua tese mostrando que Bonhoeffer chama a atenção para o perigo do ser humano *sicut-deus* (que se tornou a si mesmo deus) confundir a Lei com o Evangelho, ou a revelação natural com a revelação específica, “Assim, ele considera sua moral e toma as ordens da criação como Evangelho.”²⁰⁷

3.3 RESUMO

Quais temas e ideias estão no pano de fundo do conceito de Bonhoeffer? Neste capítulo, procuramos responder a esta pergunta. Para isso, mostramos dois ensinamentos fundamentais de Lutero para a sua ética social e política: o ensino dos três estamentos e o ensino dos dois regimentos. Bonhoeffer usa por base estes ensinamentos de Lutero em seu conceito de ordens da preservação? O conceito de ordens da preservação reflete os ensinamentos de Lutero a respeito dos três estamentos e dos dois regimentos? Faremos esta comparação entre Lutero e Bonhoeffer no próximo capítulo. Mas como já pode ser visto na interpretação dos estudiosos de Bonhoeffer, o conceito de ordens da preservação é uma atualização de ambos os ensinamentos de Lutero.

Ainda para responder esta mesma pergunta, analisamos o contexto teológico e filosófico da época. Assim, foi possível mostrar como se deu o surgimento e desenvolvimento do ideal nacionalista alemão, desde a formação do Império Guilhermino até o Terceiro Reich. Apontamos suas bases filosóficas na aplicação prática e acrítica da filosofia da história de Hegel. Outra questão

²⁰⁵ SELL, 2019, p. 178.

²⁰⁶ SELL, 2019, p. 179.

²⁰⁷ SELL, 2019, p. 197.

importante que apontamos, foram as elaborações teológicas utilizadas para sustentar o ideal nacionalista, com base na autonomia e no dualismo entre os dois regimentos e os três estamentos. Assim, o âmbito secular, da qual a política faz parte, se tornou autônomo e separado do âmbito espiritual. O resultado é a absolutização do âmbito secular, pois sua existência e agir são justificados como divinamente desejados e estão baseados na lei natural. Ficou claro que grande parte dos teólogos luteranos neste período haviam se afastado daquilo que o reformador Martinho Lutero ensinou.

Como a literatura secundária entende o conceito bonhoefferiano de “ordem da preservação”? Neste capítulo analisamos cinco autores que vem de diferentes contextos e trazem suas interpretações sobre as ordens da preservação. Na nossa avaliação, as interpretações que eles apresentam não conflitam entre si, mas cada qual traz destaque a algum elemento que lhe pareceu mais importante no contexto da sua pesquisa. Estas diferentes ênfases podem ser reunidas e se tornam complementares para uma melhor compreensão do conceito. Claß e DeJonge enfatizam a função das ordens da preservação em relação ao pecado, como ordens provisórias que buscam conter o caos. DeJonge relaciona o conceito ao contexto da compreensão e ação políticas de Bonhoeffer, que aprofundado no próximo capítulo. Claß ainda aponta a centralidade da cristologia na teologia das ordens da preservação. Assim também, Strohm e Heuvel enfatizam mais o aspecto da cristologia presente no conceito, que coloca Cristo com critério para avaliação das ordens. Sell é o único que explica as ordens da criação como desdobramento do idealismo hegeliano. A análise de Sell dá destaque a dialética luterana de Lei e Evangelho, revelação geral e específica, Deus *absconditus* e *revelatus* que Bonhoeffer recupera com o conceito de ordens da preservação. As abordagens trazidas por estes autores irão auxiliar para definir das contribuições das ordens da preservação para o âmbito da política.

4 A POLÍTICA COMO ORDEM DA PRESERVAÇÃO

Neste capítulo, a pesquisa analisa o conteúdo relativo ao tema político do conceito de ordem da preservação. O foco está voltado em responder à pergunta problema que motiva a pesquisa: Quais são as contribuições que o conceito bonhoefferiano de ordem da preservação traz para o discernimento teológico na política? Tomamos conscientemente opção por examinar o conteúdo teológico de Bonhoeffer, expresso na ordem da preservação. O conceito se trata de uma criação teológica, mas que a pesquisa acredita ter contribuições a oferecer para a reflexão teológica cristã da política.

A primeira seção se ocupa em relacionar o conceito de Bonhoeffer aos conceitos da ética social e política de Lutero. A seção seguinte trata de formular a resposta de Bonhoeffer à teologia e filosofia de seu tempo, como foi expressa através da ordem da preservação. A terceira seção procura responder ao problema da pesquisa e, para tal, apresenta quatro aspectos fundamentais da ética política de Bonhoeffer. Finalizamos este capítulo com algumas propostas sucintas, que visam incentivar uma reflexão prática a respeito da compreensão cristã sobre a política. Estas propostas apresentam a política como ordem da preservação, bem nos termos bonhoefferianos.

4.1 BONHOEFFER E LUTERO: SOBRE A ORDEM DA PRESERVAÇÃO

Lutero usou o termo “ordem da criação” no contexto do seu ensino sobre os três estamentos. Os três estamentos são também chamados de ordens ou ordenamentos de Deus. São eles a ordem eclesiástica, a ordem doméstica e a ordem política. Todavia, Lutero chamou apenas as ordens eclesiástica e doméstica como ordens da criação, por terem sua origem já na criação original, antes da queda. A ordem política só existe para Lutero por causa do pecado, que entrou no mundo com a queda de Adão e Eva. Assim, a política é uma ordem emergencial, cuja função, nas palavras de Lutero, é “conter o pecado”²⁰⁸.

²⁰⁸ LUTERO, 2014, v. 12, p. 135.

Ao propor o termo “ordem da preservação”, Bonhoeffer assume os ensinamentos de Lutero sobre as ordens, tanto da criação como a ordem emergencial. Ordem da preservação se refere a tudo aquilo que ao longo da tradição luterana foi expresso nos conceitos “ordens”, “estamentos” e “vocação”. Bonhoeffer não rejeita Lutero, mas procura recuperar os seus ensinamentos dos maus entendimentos e corrupções que vinham sofrendo. O uso do termo “ordens da criação” como Lutero o fez não é um problema para Bonhoeffer, mas sim a alteração do seu significado, como vinha sendo apresentado em sua época. Como bem alertou Claß, “ordem” não era um termo neutro, sem sobrecarga²⁰⁹, mas precisava ser explicado e discernido corretamente. Foi isso que Bonhoeffer tentou ao adicionar a qualificação “preservação” ao termo ordem.

Esta distinção que Lutero faz entre antes da queda e após a queda é um critério teológico, que Bonhoeffer retoma em sua ordem da preservação. Lutero identifica uma mudança completa de estado com a queda no pecado, que afeta toda a criação, toda a realidade e a vida humana. Sem o correto reconhecimento desta mudança de estado trazido no pecado, seria impossível para Lutero a formulação da sua doutrina da justificação pela fé²¹⁰. Da mesma forma, Bonhoeffer entende esta mudança de estado, por isso, como toda a realidade foi afetada, ele insiste que as ordens também foram afetadas. Por isso, as ordens em si mesmas não expressam a vontade original do Criador, não podem ser a fonte da revelação do mandamento de Deus, como Bonhoeffer afirmou em seu seminário sobre ética²¹¹. O pecado também governa as boas ordens que Deus criou; a situação é tão crítica que, “criação e pecado estão tão entrelaçados um ao outro, que nenhum olho humano pode soltar um do outro”²¹². Então, podemos afirmar que as ordens são ordens caídas e marcadas pelo pecado. Lutero e Bonhoeffer entendem que o pecado afetou toda a realidade, também as ordens, mesmo aquelas que foram criadas por Deus antes da queda, como a igreja e a economia. Não existe uma continuidade entre Deus e sua criação. O que existe é uma ruptura entre Deus e sua criação, a ruptura causada pelo pecado. É por causa do pecado que Bonhoeffer se posiciona criticamente contra as

²⁰⁹ Cf. CLAß, 1994, p. 184.

²¹⁰ Cf. NIELSEN, Kirsten B. Sünde. In: GRÜNWLDT, Klaus; TIEZ, Christiane; HAHN, Udo (Hg.). **Bonhoeffer und Luther: Zentrale Themen ihrer Theologie.** VELKD: Hannover, 2007. p. 106.

²¹¹ Cf. seção 2.4, p. 31.

²¹² BONHOEFFER, 1994, p. 336. „Schöpfung und Sünde so ineinander verflochten sind, daß kein menschliches Auge sie voneinander lösen kann“.

ordens da criação, que eram tidas como realidades divinas e que expressam em si mesmas o mandamento de Deus.

Um outro aspecto relevante na teologia de Lutero é a centralidade de Cristo. A sua nova compreensão de palavra e sacramento está fundamentada na encarnação de Cristo, pois Deus quer ser conhecido no homem Jesus de Nazaré. Conforme Lehmkuhler, a teologia de Lutero está completamente marcada pelo auto prendimento de Deus ao que há no mundo²¹³. Assim, em Cristo vemos que Deus escolheu ter corpo; Ele não negou a mundanidade e a corporeidade, mas decidiu entrar em sua criação assim como Ele a criou para ser. A partir desta perspectiva de Lutero, Bonhoeffer vai falar da criação com enfoque cristológico. Aqui também está a chave hermenêutica usada por Bonhoeffer para superar a ruptura do pecado entre Deus e sua criação. Segundo Lehmkuhler, Bonhoeffer afirma na encarnação de Cristo que a criação é “julgada”, porque Ele não tem o pecado que o mundo carrega, mas ao mesmo tempo a criação é “dignificada”, por receber a Deus e por ser recriada por Ele²¹⁴. Esta estrutura de pensamento de Bonhoeffer é bem nítida em sua “ordem da preservação em direção a Cristo”. As ordens não têm valor em si mesmas, mas nelas reina o pecado. Todavia, como Cristo se fez carne e assumiu toda a criação em si, também as ordens ganham valor e dignidade no servir a Cristo. Assim, na perspectiva de Cristo, o mundo caído é o mundo cuidado por Deus e, portanto, repousa a preservação de Deus sobre toda a criação, a qual as ordens devem preservar a vida. Podemos perceber que Bonhoeffer atualiza a teologia de Lutero no aspecto da centralidade de Cristo no mundo.

A insistência de Bonhoeffer a tratar todas as ordens como “preservação” ocorre pelo fato de desejar expressar que elas servem para “conter o pecado”, como Lutero havia expressado em relação a ordem política, em sua Preleção de Gênesis. Entretanto, Bonhoeffer afirma que todas as ordens, até as mais antigas, devem ser chamadas de ordens da preservação, pois todas estão caídas e a todas cabe conter o pecado para a redenção na nova criação em Cristo. Na perspectiva teológica de Bonhoeffer, após a entrada do pecado no mundo, a criação se tornou caída e preservada. Ela é caída porque está sobre o reinado do pecado. Ela é preservada

²¹³ LEHMKÜHLER, Karsten. *Christologie*. In: GRÜNWLDT, Klaus; TIEZ, Christiane; HAHN, Udo (Hg.). **Bonhoeffer und Luther: Zentrale Themen ihrer Theologie**. VELKD: Hannover, 2007. p. 68.

²¹⁴ LEHMKÜHLER, 2007, p. 69.

porque Deus não a abandonou nem destruiu, mas a preserva por meio das ordens por ele estabelecidas para a nova criação em Cristo. Isso significa que, após a queda o mundo jaz sob a preservação de Deus. A perspectiva de Bonhoeffer em relação a criação, e isso inclui as ordens, é a preservação operada por Deus a fim de resgatar sua criação.

4.2 A RESPOSTA DE BONHOEFFER À FILOSOFIA E TEOLOGIA DE SEU TEMPO

Como vimos no capítulo anterior, o idealismo hegeliano foi tomado como base para a fundamentação do ideal nacionalista alemão, em especial como expressa na sua filosofia da história. Na linha do idealismo hegeliano, o divino se manifesta em toda a criação, na cultura e nos processos naturais da história. A compreensão de pecado de Lutero, que afirma a total decadência da criação, foi substituída por uma visão otimista de ser humano e de todas as ordens da criação. O idealismo hegeliano faz a dissolução da radical diferença entre Deus e o ser humano, entre Deus e a criação, como é visto na teologia de Lutero. Do contrário, o que predomina no idealismo hegeliano é a harmonização e a identificação entre o espírito Deus e o espírito humano²¹⁵. Desta forma, Deus se torna imanente na sua criação ou, dito em outras palavras, a revelação de Deus emana da criação. Era bem isso que estava sendo afirmado pelo conceito de ordens da criação, ao qual Bonhoeffer criticou. Suas críticas deixam perceber que, os teólogos protestantes estavam depreendendo a revelação do mandamento de Deus diretamente das ordens da criação. Por exemplo, partindo do *Volk* como ordem da criação, entendiam que era da vontade divina a luta entre os povos, justificando assim o armamentismo e a guerra. Por isso a insistência de Bonhoeffer em afirmar em vários de seus textos que as ordens da criação são tidas como “muito boas em si mesmas” ou “válidas por si mesmas”. Para a teologia de Bonhoeffer não há nenhuma continuidade entre Deus e sua criação, o que predomina é uma total descontinuidade, uma diferenciação entre Deus e sua criação, isso por causa da ruptura da queda no pecado. Bonhoeffer combate este otimismo em relação a

²¹⁵ SELL, 2019, p. 79. Sell traz uma análise mais ampla sobre as críticas de Bonhoeffer ao idealismo hegeliano, como pode ser conferido em SELL, 2019, p. 75-82.

revelação imanente na criação, quando insiste que as ordens estão caídas e que elas são somente válidas a partir da relevação de Cristo.

Igualmente, a separação das ordens e dos dois regimentos em esferas autônomas, como ocorreu durante a modernidade, trouxe um prejuízo para o entendimento da ética social luterana. Bonhoeffer busca reparar estes prejuízos quando busca desfazer os mal entendidos e atualizar os ensinamentos de Lutero²¹⁶. Ele critica a noção de autonomia já bem cedo, como podemos ver na sua preleção “História da Teologia Sistemática do Século XX”²¹⁷. Sua crítica se direciona a autonomia cultural pura que se chegou, pois nela reduziu a ética cristã ao mero reconhecimento da moralidade imanente nos objetos. Assim, basta seguir a cultura moderna, pois em cada esfera ou âmbito da vida sob o domínio da ciência e tecnologia já tem consigo as normas do agir ético. Assim, o governo de Deus já é imanente na própria cultura, de modo natural e direto, pelas leis naturais que regem cada uma destas esferas (âmbito da vida política e econômica). O que ocorre, por consequência é a dicotomia da realidade, entre público e privado, secular e espiritual, sagrado e profano. De um lado, a esfera mundana é completamente autônoma em relação a Deus. De outro, a fé e a espiritualidade cristã foram relegadas à esfera particular e privada de cada pessoa individualmente. Bonhoeffer, no entanto, via esta forma de autonomia radical e dicotomia como uma corrupção do ensino de Lutero. Por isso chamou os teólogos que assim pensavam de “pseudo-luteranos”. Ele procurou resgatar a unidade da realidade, a relação de interdependência entre as ordens e a complementariedade entre os dois regimentos. Como pode ser visto nos textos que seguem a preleção sobre a “História da Teologia”, Bonhoeffer identifica em Cristo o retorno unidade dos dois regimentos, bem como a validade e a orientação para as ordens da preservação²¹⁸.

²¹⁶ Esta é a tese de DeJonge, que assumimos aqui. Segundo este especialista, Bonhoeffer sempre teve a doutrina dos dois regimentos e o pensamento das ordens (estamentos) como padrão para julgar a vida política, desde o início do seu envolvimento em assuntos políticos, nos anos 1930, até o final de sua vida, quando estava engajado na conspiração. Cf. DEJONGE, 2017, p. 121-141; DEJONGE, 2018, p. 130-132.

²¹⁷ Cf. acima, seção 2.1, p. 22.

²¹⁸ O seu ensaio “Venha Teu Reino”, apresenta de modo claro a recuperação da doutrina dos dois regimentos de Lutero. Como vimos na análise desde ensaio, Bonhoeffer argumenta que Cristo é a superação da dicotomia entre céu e terra, entre o regimento secular e o regimento espiritual. O Reino de Deus revelado em Cristo abrange tanto o céu como a terra. O Reino de Deus vem a nós através mistério da ressurreição, que é anunciado pela Igreja, e através da ordem da preservação, que é efetuado pelo Estado. Ambos se complementam, como Lutero já ensinara, a ordem que

Um exemplo, que emerge dos textos analisados na presente pesquisa, está no “Relatório da Conferência Teológica da Central para o Trabalho Ecumênico Jovem”. No debate de Bonhoeffer com Stählin vemos como a autonomia e a dicotomia entre as ordens geram mal entendidos. Na opinião de Stählin as exigências da ordem dos povos se sobrepõem as exigências da Igreja cristã. Segundo esta opinião, na prática, as pessoas cristãs devem apoiar a guerra, que seria uma obediência a Deus em sua vontade manifesta no seu *Volk*, mesmo que as Escrituras testemunham que Cristo ordenou a amar ao próximo. Assim, podemos ver bem que, a autonomia e a dicotomia entre as ordens geraram uma separação delas e, conseqüentemente, a exaltação e glorificação de uma ordem sobre as outras. Isso se dá também, como consequência da diluição da divindade na natureza, que acredita na vontade divina emanada das próprias ordens da natureza, como fez o idealismo hegeliano. Bonhoeffer procura corrigir esta separação entre as ordens e o otimismo idealista por meio do conceito de ordem da preservação, que, segundo ele, “ordem da preservação significa que toda realidade é apenas uma realidade preservada por Deus em graça e ira em vista da revelação em Cristo.”²¹⁹ Assim, as ordens são todas postas na mesma altura e com o mesmo valor e validade perante Cristo. A revelação de Cristo é o critério pelo qual as ordens deste mundo ainda são preservadas e avaliadas. Por isso, no mesmo debate, Bonhoeffer afirma que mesmo as ordens da preservação, em sua corrupção pelo pecado, podem e devem ser quebradas quando não estão mais abertas ao Evangelho de Cristo²²⁰.

4.3 O DISCERNIMENTO TEOLÓGICO DE BONHOEFFER SOBRE A POLÍTICA

Toda a análise feita até aqui tem o objetivo de apontar como o conceito de ordem da preservação contribui para o discernimento teológico da política. Temos que levar em conta que, Bonhoeffer parte da análise teológica a respeito da política. Ele não é um teórico da ciência política, mas como teólogo discute a política e, em especial, tendo em vista os fatos do seu contexto histórico. Por isso, quando falamos

preserva para o mistério da ressurreição e o mistério da ressurreição que limita a ordem. Cf. acima, seção 2.7, p. 40.

²¹⁹ BONHOEFFER, 1994, p. 324. „Erhaltungsordnung gemeint sei, daß jede Gegebenheit nur von Gott in Gnade und Zorn erhaltene Gegebenheit sei im Ausblick auf die Offenbarung in Christus.“

²²⁰ BONHOEFFER, 1994, p. 325, 327. Cf. também a repetição da mesma ideia na tese 3 do “Reconhecimento da Ordem da Criação”, em BONHOEFFER, 1994, p. 237-238; e na palestra “Da Fundamentação do Trabalho da Aliança Mundial”, em BONHOEFFER, 1994, p. 337.

de contribuições políticas das ordens da preservação, entendemos política em termos amplos, como felicidade individual e coletiva das pessoas na *polis*, assim como entendia Aristóteles²²¹. Como procuramos mostrar em nossa pesquisa, ele toma por base a ética social e política luterana, fortemente embasada nos ensinamentos dos dois regimentos e dos três estamentos de Lutero, e dialoga com a tradição luterana bem como com concepções filosóficas modernas e contemporâneas. No que segue, o foco da análise estará voltado para o aspecto essencialmente político da ordem da preservação. Não se tratará somente sobre o Estado como ordem da preservação, mas de todo o âmbito da política, em sentido amplo. De acordo com os dados obtidos até o momento pela pesquisa, percebemos que o conceito de ordem da preservação traz quatro elementos fundamentais que dizem respeito a política: o seu lugar, a sua função, a sua confusão e a sua relativização.

4.3.1 O Lugar da Política

Toda a criação está caída, mas existe por causa da preservação de Deus por meio das suas ordens da preservação. O fim da preservação é redenção em Cristo, onde a morte é vencida pela ressurreição e a criação caída se torna nova criação. Então, Deus age de duas formas na criação: preservando e redimindo. Isso significa que, o lugar da política é entre a queda e a redenção. De acordo com o conceito de Bonhoeffer, podemos chamar este lugar entre queda e redenção de preservação. A política preserva a criação para a sua redenção em Cristo.

DeJonge trata de explicar este lugar com maiores detalhamentos. Para facilitar a compreensão da proposta de Bonhoeffer, que localiza a política na preservação de Deus, ele a compara com duas outras posições que Bonhoeffer combateu: uma que localiza a política mais na criação e outra que a localiza mais na redenção. A primeira procura identificar a partir da criação, ou seja, da lei natural como a política deve ser conduzida. Bonhoeffer critica esta localização da política na criação com dois argumentos: não temos como acessar a criação original, primeiro, porque somente temos acesso à criação caída e, segundo, porque aquele que

²²¹ SELL, Wilhelm; CALDAS, Carlos. Vocação política da Igreja em tempos sombrios: Denúncia de Dietrich Bonhoeffer ao messianismo político. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 50-63, 2020. p. 51. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/PR/article/view/117/80>. Acesso em: 18 mar. 2023.

procura acessar a criação também é um ser humano caído. Em outras, a ruptura do pecado impede o conhecimento da vontade de Deus por intermédio da criação. Como já vimos, os luteranos que usavam esta localização para a política Bonhoeffer chamou de pseudo-luteranos, por estarem mais próximos da concepção católica romana de política do que da luterana propriamente dita.²²²

A segunda posição, que localiza a política mais na redenção, procura identificar um modelo de vida política no reino vindouro de Deus. O problema desta posição é que ela rejeita a preservação de Deus, pois está focada na implantação do Reino de Deus na terra. Assim, a política se torna na busca por cumprir este ideal de Deus aqui e agora. Bonhoeffer rejeitou esta posição porque ela confunde a obra humana em busca de uma justiça relativa com a obra da justiça plena de Deus. Em outras palavras, confunde a dádiva de Deus com as obras humanas, como se os seres humanos pudessem ser justos perante Deus. Bonhoeffer chamou aquelas pessoas que localizavam a política mais na redenção de “entusiastas” e “fanáticos”²²³, pois tinham em comum o fato de confundir preservação e redenção ao investir em mudanças políticas radicais com apelo salvífico. Em oposição a ambas, Bonhoeffer localiza a política na obra da preservação de Deus, que quer reconhecer a criação como caída e preservada e não quer confundir a obra da preservação com a obra da redenção.²²⁴

4.3.2 A Função da Política

Como a política se localiza no âmbito da obra da preservação de Deus do mundo caído, a sua função é servir a Deus preservando a vida. Como vimos, Lutero entendida que o estamento político tem a função de conter o pecado para que o mundo não sucumba em destruição completa. Quando falava nos termos dos dois regimentos, ele argumentava que Deus deu a “espada” ao regimento temporal para combater as forças desagregadoras do pecado e do reino do diabo. Em sua doutrina

²²² DEJONGE, 2018, p. 30-33.

²²³ Bonhoeffer chama de “*schwärmerisch*” – entusiasta – a compreensão a respeito da paz internacional, que predominava na Aliança Mundial, pois entendia a paz como uma realidade do Evangelho, como uma manifestação do Reino de Deus na terra, como realidade última. Para ele, a paz deve ser entendida como ordem da preservação do mundo precário e caído, como mandamento do Deus irado a fim de preservar o mundo até a nova criação em Cristo. Cf. BONHOEFFER, 1994, p. 338-339; DEJONGE, 2017, p. 160-166.

²²⁴ DEJONGE, 2018, p. 33-36.

dos três estamentos, ele também entendia que os seres humanos são vocacionados, em cada estamento que integram, a serem cooperadores de Deus na sua obra de preservação do mundo e contra o reino do diabo.

Na esteira de Lutero, Bonhoeffer identifica as ordens da preservação com a função de preservar a vida e conter o pecado, pois o mundo e a humanidade estão caídos e continuam caindo no insondável²²⁵. Todas as ordens têm a função de preservar a vida e conter o pecado, não apenas o Estado, com o uso da força e das leis, mas também a família através da proteção e educação, o trabalho na criação de valores e no cuidado com o mundo, a Igreja no anúncio do mandamento de Deus para a realidade atual e concreta. Em “Criação e Queda”, ele afirma que as ordens da preservação são ordem caídas, portanto, elas não salvam do pecado, mas devem preservar a vida em meio ao mundo caído, por isso devem limitar a ação do pecado. Elas preservam a vida para que Cristo possa efetuar a obra da salvação no mundo. Isso significa que, no desempenho correto de sua função, as ordens garantem a possibilidade da nova criação em Cristo. Daí podemos entender a importância das ordens na obra da preservação de Deus no mundo caído. Assim, as ordens realmente são ordens da preservação quando estão abertas para a nova criação em Cristo, pois se não estiverem, não estão desempenhando sua função e devem ser quebradas por Cristo.

4.3.3 A Confusão com a Política

A análise mostrou que houve muita confusão com política, que Bonhoeffer procurou combater com o conceito de ordem da preservação. Como já mostramos, a confusão veio da corrupção da tradição luterana deste a modernidade até os dias de Bonhoeffer. O idealismo hegeliano diluiu a diferença ente Deus e a criação, fazendo com que se pudesse acreditar na possibilidade de encontrar a revelação do divino disperso no mundo. As noções modernas de autonomia e dicotomia foram aplicadas a ética política e social luterana, resultando na separação dos dois regimentos e das ordens, na negação do senhorio de Cristo sobre todas as esferas da vida e na absolutização de certas realidades. Assim se explica como se deu a absolutização

²²⁵ BONHOEFFER, 2020, p. 120.

do *Volk*, da raça ariana, do Estado totalitário do Terceiro Reich e do *Führer*. Se explica a confusão com a política que Bonhoeffer combateu em seu tempo.

Tomando por base o que a análise definiu acima, podemos sistematizar a confusão na política da seguinte forma: sempre que a política sai fora do seu lugar e abandoa a sua função, ocorre a confusão na política. Quando a política é alocada em outro lugar, que não é o da preservação, ocorrerá a confusão. Como foi visto, a política localizada na criação bem como quando é localizada na redenção, leva a mal entendidos. Os “pseudo-luteranos”, ao localizá-la mais na criação, acabaram divinizando as ordens da criação e exaltaram o *Volk* como realidade última, escatológica. Pertencer e servir o *Volk* com a própria vida era tido como salvífico. Assim, confundiram a natureza com o divino e idolatraram as ordens do mundo. Igualmente, fizeram os “entusiastas” que, ao optar pela localização da política mais na redenção, confundiram a preservação como sendo redenção. Como no caso do ideal da paz internacional, criticado por Bonhoeffer na palestra “Da fundamentação Teológica do Trabalho da Aliança Mundial”²²⁶, que a assume como realidade do Evangelho. Essa é uma grande confusão, pois a paz é confundida com um pedaço da eternidade que irrompe na terra, recebendo atributos divinos e sendo idolatrada em lugar de Deus. Bonhoeffer realoca a paz em seu devido lugar, como ordem da preservação que tem a função de criar um mundo ordeiro para que o Evangelho da nova criação em Cristo possa ser anunciado pela Igreja. Assim, em ambos os equívocos, ocorre confusão e resulta em autoglorificação da criação, negação da obra salvífica de Cristo e idolatria.

A política como ordem da preservação tem a função de preservar a vida e limitar o pecado para a nova criação em Cristo. Portanto, ocorre confusão com a política quando as ordens não estão abertas para Cristo. As ordens da preservação só têm razão de existir em função de Cristo. Se não cumprem esta função já se tornaram em ídolos e estão roubando a glória para si mesmas, assim estão corrompidas pelo pecado e arruinam o mundo. Neste caso, Bonhoeffer afirma que, baseada na revelação específica em Cristo, a Igreja deve agir para quebrar estas ordens pervertidas ou então protestar contra elas, a fim de que sejam restauradas em seu lugar e função. Este discernimento da Igreja deve vir a partir da Revelação

²²⁶ Cf. BONHOEFFER, 1994, p. 338-339.

de Cristo. Para Bonhoeffer, essa difícil tarefa de julgar as ordens do mundo cabe a Igreja só porque ela é a presença de Cristo no mundo, existindo como comunidade²²⁷. Este agir responsável da Igreja só é possível mediante a promessa do Evangelho, que Deus perdoa os pecados da Igreja em Cristo²²⁸. Assim, podemos entender melhor o que Bonhoeffer propôs em seu ensaio “A igreja diante da Questão Judaica”, quando ele afirma que a Igreja deve “se lançar nos raios da roda”²²⁹. Este ato de responsabilidade da Igreja é uma ação extraordinária, que só pode ser decidido pautado na revelação do mandamento concreto de Cristo para uma situação específica atual. Quebrar uma ordem da preservação só se justifica quando se busca reestabelecer o seu correto funcionamento.

4.3.4 A Relativização da Política

Em vários de seus textos, Bonhoeffer argumenta em favor da relativização das ordens da preservação. Em extensão, afirmamos que a política também é relativizada na teologia de Bonhoeffer. Segundo Strohm, o próprio Bonhoeffer reconhece a relativização que as ordens sofrem na nova criação em Cristo, a qual foi rejeitada pelos avaliadores da versão de agosto da “Confissão de Bethel”²³⁰. Cristo é a relativização da política. Isso não quer dizer que a política não tenha importância para Cristo. Ela é importante para a preservação da criação e do mundo, mas ela não é eterna. Isso significa que, a política tem caráter provisório, transitório, perene. Se adotarmos a distinção que Bonhoeffer faz em sua “Ética”, entre as coisas ciosas últimas e penúltimas²³¹, teremos que colocar a política como penúltimo e Cristo como último. Era exatamente esta a intenção de Bonhoeffer, ao centralizar a revelação em Cristo e buscar nela o critério para a validação das ordens da preservação, conseguiu a relativização das ordens da criação. Assim, as ordens não estão mais fechadas em si mesmas, mas devem estar abertas para

²²⁷ BONHOEFFER, 1994, p. 331; SELL, 2019, p. 79-80; “Cristo existente como comunidade”, esta foi sua tese doctoral, Cf. BONHOEFFER, Dietrich. **A Comunhão dos Santos**: Uma investigação dogmática sobre a sociologia da igreja. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2017. p. 161.

²²⁸ BONHOEFFER, 1994, p. 338.

²²⁹ BONHOEFFER, Dietrich. **Die Kirche vor der Judenfrage**. In: http://www.geschichte-bk-sh.de/fileadmin/user_upload/BK_im_Reich/Die_Kirche_vor_der_Judenfrage.pdf. p. 2-3. Acesso em 23.11.2021.

²³⁰ STROHM, 1989, p. 226. Outros autores também argumentam no sentido da relativização das ordens, cf. CLAß, 1994, p. 186; HEUVEL, 2015, p. 75.

²³¹ BONHOEFFER, Dietrich. **Ética**. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009. p. 79-92.

Cristo. Ao relativizar a política na nova criação em Cristo, Bonhoeffer devolve a toda a criação o seu estado de condição de criatura, pois já não precisa mais ser idolatrada e autoglorificada. A política serve para preservar a vida e limitar o poder do pecado através da lei e da força, mas ela não tem poder sobre a morte e a vida. Cristo tem o poder de arrancar o mundo e o ser humano da morte através da ressurreição e da nova vida. Assim, a única legitimação para a existência de todas as ordens deste mundo, inclusive para a ordem política, é que elas devem estar abertas para a nova criação em Cristo. Sem esta abertura elas perdem sua legitimidade e devem ser quebradas por Cristo.

4.4 POLÍTICA COMO ORDEM DA PRESERVAÇÃO – ALGUMAS PROPOSTAS

Como uma forma diversificada de resumir este último capítulo, optamos por apresentar algumas propostas para contribuir no discernimento teológico na política. Estas propostas podem ser aplicadas de forma prática, servindo como critérios de avaliação do engajamento e das reflexões políticas das pessoas cristãs e das igrejas cristãs.

1) Entender a política como instrumento ou ordem da preservação de Deus no mundo caído. O lugar da política é após a queda no pecado e antes da redenção escatológica na vida de Cristo.

2) A política é responsável pela preservação da ordem e da vida. Esta é a vontade de Deus para o mundo caído. Está sendo feita uma boa política em nosso mundo a fim de que sejam mantidas condições favoráveis e justas para a vida humana e não humana?

3) Entender a política como realidade penúltima, não como realidade última (messiânica). Ela é absolutamente provisória, imperfeita! A redenção da humanidade e da criação está em Cristo, não na política, nem em algum governante ou partido, nem mesmo em um sistema econômico. Este é um excelente remédio para os extremismos e a polarização!

4) Política deve ser avaliada através da revelação de Cristo. Pergunte: A ordem política vigente está aberta para o Evangelho de Cristo? Esta ordem da sociedade está fechada para o Evangelho de Cristo? As ordens instituídas estão agindo para a preservação do nosso mundo e do gênero humano? Onde há ordens

que estão usurpando o lugar de Cristo em autoglorificação e estão destruindo a dignidade humana e o nosso mundo? Há espaço no nosso mundo ou na nossa sociedade para que o Evangelho da nova criação em Cristo possa ser anunciado pela Igreja?

5 CONCLUSÃO

Deus não abandonou o mundo caído no pecado, mas proveu ordenamentos para preservar as condições de vida, a fim de que a vida não seja destruída pelo pecado, mas venha a ser redimida em seu Filho Jesus Cristo. Sobre o estudo destes ordenamentos nos debruçamos em nossa análise, conforme Bonhoeffer quis expressá-los por meio do seu conceito de ordem da preservação.

O que Bonhoeffer quis dizer através do conceito de ordem da preservação? A análise do segundo capítulo procura responder esta pergunta. A análise tomou por base nove textos onde ocorre a expressão e os relacionou ao seu contexto histórico. Conseguimos determinar com clareza que, o conceito tem natureza polêmica porque quer criticar o conceito de ordem da criação, como vinha sendo usado na época. A pesquisa revelou que, a doutrina do pecado e doutrina sobre Cristo são as bases teológicas do conceito. Esta base também traz o amparo para o desenvolvimento de suas críticas ao conceito de ordem da criação.

No terceiro capítulo, tratamos de toda a literatura secundária sobre o tema. Procuramos determinar o pano de fundo teológico e filosófico na polêmica entre ordem da criação e ordem da preservação. A análise descobriu algumas noções bem relevantes que estavam no pano de fundo. As concepções teológicas da ética social e política de Lutero dos três estamentos e dos dois regimentos são destacadas. Do lado da filosofia, foram destacadas as influências recebidas na teologia contemporânea a Bonhoeffer: o idealismo hegeliano e as noções modernas de autonomia e de dicotomia. Na segunda parte do capítulo, analisamos as interpretações de cinco estudiosos de Bonhoeffer ao conceito de ordem da preservação. Pudemos concluir que, as interpretações dos autores não se contrapõem, mas se complementam. São notáveis as contribuições recentes de Sell e DeJonge à pesquisa em Bonhoeffer, em especial porque focam muito a influência da teologia de Lutero no pensamento bonhoefferiano.

O quarto e último capítulo termina a análise com o foco em responder à pergunta problema: Quais são as contribuições que o conceito bonhoefferiano de ordem da preservação traz para o discernimento teológico na política? A análise mostra que Bonhoeffer se encontra na esteira teológica de Lutero. Em toda a sua

carreira teológica, Bonhoeffer sempre usou as doutrinas dos três estamentos e dos dois regimentos de Lutero como referenciais para a sua compreensão e engajamento na política. Estas referências lhe ajudaram a se posicionar diante dos equívocos teológicos no campo da ética social e política. O seu conceito de ordem da preservação é permeado por estas doutrinas de Lutero. Como resultado do entendimento político de Bonhoeffer expresso neste conceito, foram apresentados quatro elementos essenciais que o constituem: a definição do lugar da política na obra da preservação de Deus; a função da política como preservadora da vida e limitadora do pecado; a confusão com a política quando esta é tirada o seu lugar e da sua função estabelecida por Deus; e a relativização da política na nova criação que ocorre em Cristo. Ao final do capítulo, trazemos algumas propostas de incentivo prático para o uso do conceito de ordem da preservação na reflexão atual sobre a política.

A pesquisa não encerra o tema em questão e esta nem é sua pretensão. Estamos cientes que ficaram lacunas, que podem ser preenchidas ou mesmo aspectos que ainda podem ser mais aprofundados. Deixamos aqui algumas sugestões para novas pesquisas: (1) ampliar a pesquisa em torno da preservação de Deus através das ordens do mundo em outros textos de Bonhoeffer, que, apesar de não mencionarem o conceito diretamente, usam a noção da preservação através das ordens²³²; (2) relacionar o conceito de ordem da preservação com o conceito dos mandatos na “Ética”; (3) fazer análises de sistemas políticos, econômicos e sociais partindo do conceito de ordem da preservação como base teórica.

²³² Feil cita outros textos de Bonhoeffer que expressam esta noção. Cf. FEIL, Ernst. **Die Theologie Dietrich Bonhoeffers**: Hermeneutik, Christologie, Weltverständnis. Evangelische Verlagsanstalt: Berlin, 1977. p. 166-167.

REFERÊNCIAS

- AMELUNG, Eberhard. STROHM, Christoph. Nachwort der Herausgeber. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 467-484.
- BAYER, Oswald. **A Teologia de Lutero: Uma atualização**. São Leopoldo: Sinodal, 2007.
- BETHGE, Eberhard. **Dietrich Bonhoeffer: Theologe, Christ, Zeitgenosse**. 5. ed. München: Chr. Kaiser, 1983.
- BÍBLIA. Português. **Nova Versão Internacional**. Traduzido pela comissão de tradução da Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Vida, 2000.
- BONHOEFFER, Dietrich. **A Comunhão dos Santos: Uma investigação dogmática sobre a sociologia da igreja**. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2017.
- BONHOEFFER, Dietrich. Bericht über die Sitzung der Mittelstelle für ökumenische Jugendarbeit am 20. Oktober 1931. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 131-138.
- BONHOEFFER, Dietrich. Bericht über die theologische Konferenz der Mittelstelle für ökumenische Jugendarbeit am 29.-30. April 1932 in Berlin. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 317-327.
- BONHOEFFER, Dietrich. Betheler Bekenntnis (Entwurf und August-Fassung). **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1997. Bd. 12. p. 362-407.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Criação e Queda: Uma interpretação teológica de Gênesis 1-3**. São Leopoldo: Sinodal, 2020.
- BONHOEFFER, Dietrich. Dein Reich komme! Das Gebet der Gemeinde um das Reich Gottes auf Erden. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1997. Bd. 12. p. 264-278.
- BONHOEFFER, Dietrich. Die Geschichte der systematischen Theologie des 20. Jahrhunderts. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 139-213.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Die Kirche vor der Judenfrage**. In: http://www.geschichte-bk-sh.de/fileadmin/user_upload/BK_im_Reich/Die_Kirche_vor_der_Judenfrage.pdf. Acesso em 23.11.2021.
- BONHOEFFER, Dietrich. Erkennbarkeit der Schöpfungsordnung. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 237-238.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Ética**. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2009.

BONHOEFFER, Dietrich. Gibt es eine christliche Ethik? **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 303-313.

BONHOEFFER, Dietrich. Zur theologischen Begründung der Weltbundarbeit. **Dietrich Bonhoeffer Werke**. Gütersloh: Kaiser, 1994. Bd. 11. p. 237-238.

CLAß, Gottfried. **Der verzweifelte Zugriff auf das Leben**: Dietrich Bonnhoeffers Sündenvertändniss in „Schöpfung und Fall“. Neukirchen-Vluyn: Neukirchener Verlag, 1994. (Neukirchener Beiträge zur systematischen Theologie; Band 15).

CLEMENS, Keith. **Dietrich Bonhoeffer Ecumenical Quest**. Geneva: WCC Publications, 2015.

DEJONGE, Michael P. **Bonhoeffer on Resistance**: The word against the wheel. Oxford: Oxford University Press, 2018.

DEJONGE, Michael. **Bonhoeffer's Reception of Luther**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

FEIL, Ernst. **Die Theologie Dietrich Bonhoeffers**: Hermeneutik, Christologie, Weltverständnis. Evangelische Verlagsanstalt: Berlin, 1977.

FLOYD, Wayne Whitson. Encounter with an Other: Immanuel Kant and G. W. F. Hegel in the Theology of Dietrich Bonhoeffer. In: FRICK, Peter. **Bonhoeffer's Intellectual Formation**: Theology and Philosophy in His Thought. Oregon: Wipf&Stock, 2008. p. 83-119.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar um Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

HEUVEL, Steven C. van den. **Bonhoeffer's Christocentric Theology and Fundamental Debates in Environmental Ethics**. Leuven, Belgium/Kampen, Netherlands, 2015. 255p. Tese (Doutorado) - Evangelische Theologische Faculteit of Leuven, Belgium/Theologische Universiteit van de Gereformeerde Kerken in Nederland of Kampen, Netherlands, 2015.

KAUFMANN, Thomas. *et al.* (Orgs.). **História Ecumênica da Igreja 3**: Da Revolução Francesa até 1989. São Paulo: Loyola, Paulus; São Leopoldo: Sinodal, 2017.

KELLY, Geoffrey. Bonhoeffer's Christ-Centered, Religionless Christianity. In: DE GRUCHY, John W.; PLANT, Stephen; TIETZ, Christiane. **Dietrich Bonhoeffers Theologie heute**: ein Weg zwischen Fundamentalismus und Säkularismus? = Dietrich Bonhoeffer's Theology today: a way between Fundamentalism and Secularism? Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 2009. p. 139-155.

LUTERO, Martinho. Catecismo Maior. In: DREHMER, Darci (Ed.). **Livro de Concórdia**: As confissões da Igreja Evangélica Luterana. 6. ed. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2006. p. 385-496.

LUTERO, Martinho. Preleção sobre Gênesis. **Obras Selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Concórdia; Canoas: Ulbra, 2014. v. 12. p. 53-530.

MENEZES, Estera Muszkat; SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. rev. atual. Florianópolis: UFSC, 2005.

NICOLAISEN, Carsten; SCHARFFENORTH, Ernst-Albert. Zur Entstehungsgeschichte der Betheler Bekenntnisses. *In: Dietrich Bonhoeffer Werke*. Gütersloh: Kaiser, 1997. Bd. 12. p. 503-507.

NIELSEN, Kirsten B. Sünde. *In: GRÜNWALDT, Klaus; TIEZ, Christiane; HAHN, Udo (Hg.). Bonhoeffer und Luther: Zentrale Themen ihrer Theologie*. VELKD: Hannover, 2007. p. 105-121.

SELL, Wilhelm; CALDAS, Carlos. Vocação política da Igreja em tempos sombrios: Denúncia de Dietrich Bonhoeffer ao messianismo político. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 46, n. 1, p. 50-63, 2020. Disponível em: <http://revistas.est.edu.br/index.php/PR/article/view/117/80>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SELL, Wilhelm. **Ser Humano, Ser Para a Outra Pessoa**: O significado da antropologia de Dietrich Bonhoeffer para a sua ética. São Leopoldo, RS, 2019. 211 p. Tese (Doutorado) - Faculdades EST, Programa de Pós-Graduação, São Leopoldo, 2019.

STROHM, Christoph. **Theologische Ethik im Kampf gegen den Nationalsozialismus**: Der Weg Dietrich Bonhoeffers mit den Juristen Hans von Dohnanyi und Gerhard Leibholz in den Widerstand. München: Chr. Kaiser, 1989. 393 p. (Heidelberger Untersuchungen zu Widerstand, Judenverfolgung und Kirchenkampf im Dritten Reich; Bd. 1).

WACHHOLZ, Wilhelm. O progresso do espírito: o céu como alvo e o inferno como consequência. O paradigma trinitário em Agostinho, Fiori, Comte e Hegel no diálogo com o pensamento de Lutero. **Estudos Teológicos**, São Leopoldo, v. 47, n. 2, p. 5-26, 2007. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/444. Acesso em: 13 mar. 2023.

WACHHOLZ, Wilhelm. O ser humano cooperador com Deus: ética cristã a partir dos dois regimentos e três estamentos na teologia de Martim Lutero. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 57, n. 1, p. 14-29, 2017. Disponível em: http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/2936. Acesso em: 24 fev. 2023.